

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**HISTÓRIAS DE VIDA, PRISÃO E ESTIGMA: O USO DA  
TORNOZELEIRA ELETRÔNICA POR MULHERES NO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO.**

MARIA LUIZA LACERDA CARVALHIDO

Campos dos Goytacazes – RJ

Outubro de 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**HISTÓRIAS DE VIDA, PRISÃO E ESTIGMA: O USO DA TORNOZELEIRA  
ELETRÔNICA POR MULHERES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

MARIA LUIZA LACERDA CARVALHIDO

Dissertação apresentada ao Centro de  
Ciência do Homem da Universidade  
Estadual do Norte Fluminense Darcy  
Ribeiro, como requisito para obtenção  
do título de Mestre em Sociologia  
Política.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciane Soares  
da Silva.

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ  
OUTUBRO DE 2016.

**FICHA CATALOGRÁFICA**Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

064/2016

**C331** Carvalho, Maria Luiza Lacerda.

Histórias de vida, prisão e estigma : o uso da tornozeleira eletrônica por mulheres no estado do Rio de Janeiro / Maria Luiza Lacerda Carvalho. – Campos dos Goytacazes, RJ, 2016  
148 fl. : il.

Orientador: Luciane Soares da Silva.  
Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2016.

Bibliografia: f. 139-144.

1. Mulheres. 2. Sistema Prisional. 3. Monitoração Eletrônica de Prisioneiros. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD – 305.4

**HISTÓRIAS DE VIDA, PRISÃO E ESTIGMA: O USO DA TORNOZELEIRA  
ELETRÔNICA POR MULHERES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

MARIA LUIZA LACERDA CARVALHIDO

Dissertação apresentada ao Centro de  
Ciência do Homem da Universidade  
Estadual do Norte Fluminense Darcy  
Ribeiro como requisito para a obtenção  
do título de Mestre em Sociologia  
Política.

Aprovada em: 13/10/2016

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciane Soares da Silva  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF (Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Glaucia Maria Pontes Mouzinho  
Universidade Federal Fluminense - UFF

---

Prof. Dr. Roberto Dutra Torres Junior  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

---

Prof. Dr. Nilo Lima de Azevedo  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

OUTUBRO DE 2016

Á todas as mulheres que  
usam e ou usaram a tornozeleira  
de monitoramento eletrônico de pessoas!

## AGRADECIMENTOS

Antes de começar a agradecer preciso dizer que essa sempre é uma etapa emocionante de qualquer trabalho porque nos lembramos de toda caminhada, de todo o esforço e dedicação que tivemos para chegar até aqui, e cheia de emoção e gratidão, entrego a Deus, por ter me sustentado e cuidado do meu agir e pensar, toda honra e glória pelo título de mestre.

Agradeço ao meu amor, Cezar, que é a pessoa mais generosa que eu conheço. Você foi a sustentação desse mestrado. Você contribuiu em todas as etapas para a realização desse projeto e isso incluiu cuidar das crianças e da nossa casa. Obrigado por ter compreendido minhas ausências, reclamações, correrias e ter vivido comigo tudo isso. Nos momentos em que desanimei e nos momentos que vibrei e que me empolguei você estava lá, me incentivando. Sabe aquela música: *Você é a escada da minha subida, você é o amor da minha vida, é meu abrir de olhos no amanhecer, verdade que me leva a viver!* É para você. Você é tudo isso para mim!

Caio, Vitor e Laís vocês fazem meus dias mais longos, agitados e com certeza muito mais felizes. Filhos são herança do Senhor. Amo vocês três!

Agradeço à UENF, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, por ter me permitido a realização dessa pesquisa, incluindo nesse agradecimento o recebimento de bolsa de pesquisa.

Agradeço imensamente a todos os funcionários e professores do programa de pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, que com grande franqueza me receberam nesse universo acadêmico.

Agradeço, especialmente e muito especialmente, a minha querida orientadora, a Prof.<sup>a</sup> Luciane Soares da Silva. Lulu, você foi meu terror e amor pela sociologia. Tornou-se meu espelho e exemplo de profissional e o melhor, minha amiga e da minha família. Sua dureza, necessária, em alguns momentos exigiu de mim a superação essencial para o amadurecimento intelectual e eu te agradeço por tudo que fez e principalmente por não ter desistido de mim. Sei que te dei trabalho. E ouvir dias antes de finalizar a escrita dessa dissertação, *“Estou orgulhosa de você!”* me fez a orientanda mais feliz do mundo!

Aos amigos da turma de mestrado do ano de 2014 que compartilharam comigo dessa maravilhosa oportunidade: Obrigada. Com vocês foi muito mais divertido!

À amiga Nayara, sua parceria ficará para toda vida. Nossos dilemas e vitórias sempre serão lembrados com muito carinho e amor.

À Thaís Badaró, uma sumidade, que se tornou amiga e companheira de viagem...as segundas-feiras eram sofridas mas com você se tornavam mais leves!

Mãe, você me deixa louca com sua teimosia, mas eu amo você do jeito que você é. Obrigada por ter aberto sua casa para receber meus amigos!

Pai, alguns meses após você falecer eu fui aprovada no mestrado em Sociologia Política, na UENF e você não pôde vivenciar comigo toda essa caminhada que tanto era desejada por você. Você defendia a UENF e dizia que meu lugar era lá dentro junto das cabeças pensantes. “*Quente, pra frente, contente e sorridente*”. Você está fazendo falta, Zé!

À amiga Isabel Uchôa, por sempre estar disposta a discutir os problemas da vida e da dissertação.

Agradeço a todas as mulheres que de certa forma contribuíram com essa pesquisa. Sem a história de vida de vocês não existiria dissertação. Obrigada pela franqueza, simplicidade e generosidade com que me receberam e abriram a vida de vocês.

Aos amigos, Tony e Andrea; Érika e Gustavo, sem vocês para proporcionar a mim e minha família momentos de descontração e de amizade verdadeira, eu não teria sobrevivido a esse mestrado. Amigos mais chegados que irmãos, esses são vocês.

À professora Gláucia Mouzinho, ao professor Roberto Dutra, ao professor Nilo Azevedo muito me honra em tê-los na banca de defesa desse trabalho. Espero um dia contribuir com a ciência assim como vocês fazem tão brilhantemente.

*“Quanto maior o bem, maior o mal que da sua inversão procede”.*

Ruy Barbosa



## RESUMO

CARVALHIDO, Maria Luiza Lacerda. Histórias de vida, prisão e estigma: O uso da tornozeleira eletrônica por mulheres no estado do Rio de Janeiro. Campos dos Goytacazes: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2016. 148 p. Dissertação de mestrado.

Inserindo-se num conjunto de estudos que já tem problematizado a questão da prisão e as mulheres, contudo sem ter contemplado a questão do uso da tornozeleira eletrônica, este trabalho, que utiliza a metodologia da história de vida, irá dar voz a essas mulheres, problematizando e refletindo sobre o significado do estigma na construção da identidade social delas, contribuindo, assim, para a discussão e elaboração de protocolos e diretrizes relacionadas às mulheres que usam a tornozeleira de monitoramento eletrônico de pessoas.

Palavras-chave: mulheres; monitoração eletrônica de pessoas; sistema prisional; estigma.

## ABSTRACT

CARVALHIDO, Maria Luiza Lacerda. Stories of life imprisonment and stigma: The use of electronic anklet for women in the state of Rio de Janeiro. Campos dos Goytacazes: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2016. 148 p. Dissertação de mestrado.

Inserting a set of studies that have already questioned the issue of prison and women, but without having contemplated the question of the use of electronic anklet, this work, which uses the methodology of life story, will give voice to these women, questioning and reflecting on the meaning of stigma in the construction of social identity of them, thus contributing to the discussion and development of protocols and guidelines related to women who wear the anklet electronic monitoring of people.

Keywords: women; electronic monitoring of people; prison system; stigma.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Monitoração eletrônica através do software de monitoramento SAC24---	67
Imagem 2 – Equipamento de duas peças-----	68
Imagem 3 – Equipamento de dispositivo único-----	69
Imagem 4 – Central de monitoramento eletrônico-----	69
Imagem 5 – Dispositivo com peça única onde o monitorado fica atado na tomada-----	73
Imagem 6 – Dados nacionais acerca do Monitoramento Eletrônico-----	76

**LISTA DE ABERVIATURAS E SIGLAS**

UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MJ	Ministério da Justiça
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
SEAP	Secretaria do Estado de Administração Penitenciária
SISPEN	Superintendência de Inteligência do Sistema Penitenciário
UMI	Unidade Materno Infantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
VEP	Vara de Execução Penal
LEP	Lei de Execução Penal
VPF	Visita Periódica à Família
LC	Liberdade Condicional
PAD	Prisão Albergue Domiciliar
PADM	Prisão Albergue Domiciliar monitorada
LFS	Limitação de Final de Semana
PSC	Prestação de Serviço Comunitário
GPS	Global Positioning System
SAC24	Software de monitoramento eletrônico de pessoas
UPR	Unidade Portátil de Rastreamento
GPRS	General Pocket Radio Services
PNUD	Programa das Nações Unidas

## SUMÁRIO

Introdução -----	13
Capítulo 1: A Prisão	
1.1 – Sistema prisional brasileiro -----	19
1.2 - Breve apresentação dos dados acerca do encarceramento feminino -----	32
1.3 – A mulher no sistema prisional -----	35
1.3.1 – Maternidade e prisão -----	39
1.3.2 – Orientação sexual e prisão -----	42
1.3.3 – A visitação no presídio feminino -----	43
1.4 – As “meninas” do Presídio Nilza da Silva Santos -----	44
Capítulo 2: Debate acerca do uso da monitoração eletrônica de pessoas	
2.1 – Breve histórico -----	59
2.2 – O Monitoramento eletrônico no Brasil -----	61
2.3 - A tecnologia empregada no monitoramento eletrônico -----	65
2.4 - O Monitoramento eletrônico no estado do Rio de Janeiro -----	71
2.5 - Análise da aplicação do monitoramento eletrônico no Brasil -----	76
2.6 – Os dados pessoais dos monitorados -----	81
Capítulo 3 – Histórias de vida, mulheres, estigma e monitoração eletrônica de pessoas	
3.1 – Início do campo e a construção metodológica -----	83
3.1 – Eva foi a primeira. Mulher, mãe e traficante. -----	92
3.2 – Trabalhar e nunca mais voltar ao crime: planos de uma Aline. -----	121
Capítulo 4	
Considerações Finais -----	135
Referências Bibliográficas -----	139
Anexos -----	145

## Introdução

O tema que norteia esta pesquisa vem me incomodando intelectualmente e existencialmente por alguns anos. No ano de 2011, logo assim que me formei em Bacharel em Direito, fui assistir uma audiência no Fórum da comarca de Itaperuna, cidade do noroeste fluminense, com meu marido que é advogado criminalista. Antes da “nossa” audiência, estava acontecendo um interrogatório de um homem que estava usando a tornozeleira de monitoramento eletrônico de pessoas.

Era a primeira vez que via uma tornozeleira de monitoramento eletrônico “ao vivo e a cores”. Fiquei constrangida de ficar olhando e ao mesmo tempo curiosa. E quando ninguém olhava, ao menos eu achava que ninguém estava vendo, me pegava hipnotizada olhando para tornozeleira e pensando: como seria usar aquilo? Como será que funciona essa tecnologia?

A sala de audiência era pequena e estava cheia: estagiários, advogados, alunos do curso de Direito fazendo aula prática, serventuários do fórum, promotor de justiça, defensor público e seu assistente, juíza de direito e policiais. Durante todo o tempo que o homem que usava o monitoramento eletrônico de pessoas esteve dentro daquela sala de audiência, ele ficou olhando para o chão e chorando baixinho. Tinha a voz cansada, usava roupas velhas, chinelos e um boné. Num momento a juíza o questiona, querendo saber o porquê do choro. E ele respondeu, levantando a cabeça pela primeira vez, mas não a olhou nos olhos:

*“Quando estamos na cadeia fazemos qualquer negócio para sair daquele lugar, inclusive usar esse troço. Mas aqui fora a vida é mais dura e cruel do que lá dentro. Eu não posso sair de casa que fica todo mundo me olhando e comentando, meus filhos estão sendo tratados como eu, um marginal, na escola e eles não têm culpa dos meus erros, minha mulher não consegue emprego e não temos dinheiro para nada. Ela quer me deixar e eu tô levando. Eu preferia estar preso. A tornozeleira é uma coisa que marca a vida da gente, todo mundo tem medo de mim.”*

Fiquei com a imagem daquele homem e com a fala dele marcados em mim. Assim, busquei mais informações sobre a tornozeleira de monitoramento eletrônico de pessoas e as discussões que existiam até aquele momento sempre abordavam a visão do judiciário sobre a política pública em questão o que já demonstrava a não existência de

uma real preocupação com o monitorado, apenas com os objetivos da política e com o controle social.

E aqui me surgiu uma questão: se o preso que progrediu de regime, ou seja, saiu do regime fechado e foi para o regime semiaberto e depois para o regime aberto de cumprimento pena, entende-se que além de ter cumprido os requisitos legais para progressão de regime, passou por análises psicológicas e assistenciais, onde foi afirmado por profissionais das respectivas áreas que o mesmo se encontra apto, ou melhor, preparado, para o retorno ao convívio social. Se o apenado está apto ao retorno do convívio social, porque ele precisa de vigilância? E mais, de vigilância 24 horas por dia através de um dispositivo eletrônico acoplado ao seu corpo que exterioriza sua situação?

Durante a realização desta pesquisa aconteceram processos reflexivos e de muitas críticas. As críticas, aqui, não possuem o sentido de revisão das minhas fraquezas e imperfeições, mas sim o sentido de mostrar um olhar diferente para os pontos cegos de sistemas teóricos que permearam a minha formação acadêmica, com o intuito de criar as condições para a transformação e amadurecimento intelectual. Pessoalmente, essa não foi uma jornada fácil e indolor.

Precisei construir essa pesquisa diariamente, buscando as oportunidades, me inserindo e vivenciando o campo, enfrentando as dificuldades de acesso à informações, ouvindo as mais diversas histórias, dialogando com colegas e professores, explicando, sempre, como seria a construção desta pesquisa e aonde eu queria chegar com tudo isso. Nesse sentido, este não é um trabalho que nasceu pronto, ele é o resultado das transformações sofridas por mim, enquanto pesquisadora, e através das interações estabelecidas no decorrer dessa caminhada. Todas as críticas aqui apresentadas são respostas as minhas escolhas.

Hoje compreendo o monitoramento eletrônico de presos com certa maturidade. A minha curiosidade inicial acerca do funcionamento da tecnologia da tornozeleira de monitoramento eletrônico de pessoas deu lugar a compreensão de processos sociais que estão diretamente ligados ao seu uso bem como a construção de políticas públicas de alargamento do poder punitivo e controle social.

Durante o meu processo de orientação, a professora Dr.<sup>a</sup> Luciane Soares da Silva, me apresentou a metodologia de história de vida e me sugeriu realizar um recorte na

pesquisa, ou seja, estudar as histórias de vida das mulheres monitoradas que usam e ou usaram a tornozeleira de monitoramento eletrônico de pessoas.

Segundo Howard S. Becker (1993), a história de vida não é um “dado” para a ciência social convencional, embora tenha algumas de suas características por se constituir numa tentativa de reunir material útil para a formulação de teoria sociológica geral. Tampouco ela é uma autobiografia, ainda que compartilhe com a autobiografia sua forma narrativa, seu ponto de vista na primeira pessoa e sua postura abertamente subjetiva. Certamente não é ficção, embora os documentos da história de vida mais interessantes tenham uma sensibilidade, um ritmo e uma urgência dramática que qualquer romancista adoraria conseguir.

Inserindo-se num conjunto de estudos que já tem problematizado a questão da prisão e do sistema prisional brasileiro, contudo sem ter contemplado a questão do monitoramento eletrônico de pessoas em mulheres, o objetivo da minha pesquisa é analisar o uso da tornozeleira de monitoramento eletrônico de pessoas em mulheres no seu cotidiano, mais especificamente as suas experiências e o significado do estigma na construção da identidade social dessas mulheres, contribuindo, assim, para a discussão e elaboração de protocolos e diretrizes relacionadas às mulheres que usam a monitoração eletrônica.

Diante da tecnologia do monitoramento eletrônico de presos e num contexto social em que esse dispositivo se torna visível aos olhos de terceiros, é compreensível que seja levantada a questão do estigma em função do porte do equipamento.

Caiado (2012) diz que o monitoramento eletrônico, curiosamente, retoma o corpo como eixo da ação penal, mas não visando a sua incapacitação ou imobilização, o que representa uma nova ruptura com o atual paradigma da pena: as tecnologias de monitoramento eletrônico em uso visam primariamente conhecer a localização do corpo.

Constituíram-se, dessa forma, os objetivos específicos dessa investigação, compreender: 1) como a monitoração eletrônica de pessoas é vivida pelas mulheres; 2) se e de que maneira o uso da tornozeleira leva a estigmatização da mulher; 3) conhecer o sistema prisional feminino e as particularidades do Presídio feminino Nilza da Silva Santos, único presídio feminino da região Norte e Noroeste Fluminense.



Para atender aos objetivos propostos, por meio do método de revisão bibliográfica e da técnica metodológica da história de vida observei, *in loco*<sup>1</sup>, no período de outubro de 2014 a janeiro de 2016 o cotidiano de uma apenada, chamada por mim de Eva, que usa a tornozeleira de monitoramento eletrônico de pessoas podendo, ainda, realizar algumas entrevistas com seus familiares, especificamente: pai; mãe, tia e irmã. Paralelamente, acompanhei por sete meses – agosto de 2015 até fevereiro de 2016 - o cotidiano de outra mulher, Aline, que também usa a tornozeleira e vive uma realidade bem distinta da Eva. Em algumas oportunidades pude ouvir suas filhas, mãe e amigos.

Com isso busquei analisar as interações familiares e a percepção desses atores acerca do uso da tornozeleira de monitoramento eletrônico de pessoas, e principalmente, das monitoradas, sobre o cotidiano do cumprimento da pena e o processo de construção da identidade social, perpassando a questão do estigma.

Entrevistei, ainda, duas mulheres que utilizam a tornozeleira de monitoramento eletrônico de pessoas, contudo essas entrevistas não se enquadraram na metodologia da história de vida, pois não foram realizadas em profundidade, uma vez que seus companheiros não autorizaram o prosseguimento das entrevistas e do contato das entrevistadas comigo. Contudo as utilizo para enriquecer o trabalho e corroborar com as questões propostas.

Foram ouvidas e entrevistadas, ao todo, quatro mulheres com processo transitado em julgado, ou seja, mulheres condenadas inicialmente ao regime fechado e que passaram pelo Presídio Nilza da Silva Santos. Essas mulheres relataram como é ser mulher e estar dentro de um presídio. Elas me contaram seus medos, experiências, contato com a criminalidade, convivência familiar e os planos para o futuro. Por fim, entrevistei um advogado criminalista que milita nessa área há quase 15 anos, e que me trouxe uma visão prática do sistema de execução penal e do cotidiano de atendimento jurídico a esse público alvo em questão.

Todas as entrevistas acima mencionadas e que foram autorizadas sua gravação, estão transcritas em sua totalidade e constam no acervo do trabalho de campo dessa pesquisa de dissertação de mestrado. Ainda realizei relatos detalhados com a maior riqueza possível de todas as minhas observações, conversas, anseios e momentos

---

<sup>1</sup> A entrevistada se encontra em prisão domiciliar por esse motivo todos os encontros foram realizados na residência dela, inclusive as entrevistas com seus familiares.

vivididos no campo, bem como das entrevistas que não receberam autorização para serem gravadas.

Para proporcionar uma visão geral da dissertação, apresento, a seguir, a descrição dos capítulos: no primeiro capítulo intitulado *A Prisão*, abordo a questão da prisão como controle social e discuto nos subcapítulos o sistema prisional brasileiro e a atual recorrente presença das mulheres nesse sistema, que mesmo compondo estatísticas ainda são invisíveis. Complementando e ilustrando a discussão, trago as entrevistas com mulheres que estiveram encarceradas no Presídio Nilza da Silva Santos em Campos dos Goytacazes, único presídio feminino da região Norte e Noroeste fluminense. Faz-se necessário abordar esses tópicos para realizar um arcabouço teórico para melhor compreender a utilização do monitoramento eletrônico de pessoas. Os principais autores trabalhados nesse capítulo são Foucault, Wacquant e Goffman.

No segundo capítulo, intitulado *Debate acerca da Monitoração Eletrônica*, discorro sobre a temática central dessa dissertação, o uso do monitoramento eletrônico de pessoas. Em subcapítulos, inicio fazendo um breve histórico acerca do uso da monitoração. Em seguida, trago a monitoração para o Brasil, abordando sua implantação e tecnologia além da regulamentação enquanto política pública, analisando os dados da aplicação da monitoração no estado do Rio de Janeiro e no Brasil e a questão da manipulação dos dados pessoais dos monitorados. .

No terceiro capítulo, intitulado, *Histórias de vida, mulheres, estigma e monitoração eletrônica de pessoas* exploro o objeto da minha pesquisa, trazendo a história de vida da Eva e da Aline, além da discussão acerca do estigma relacionado ao porte do equipamento. Trata-se das histórias de pessoas e daquilo que elas fazem. A história de vida, por causa da “própria história” de seus atores, é uma mensagem viva e vibrante. Não se trata de pessoas boas ou más, apenas pessoas! E acredito que isso deve ficar bem claro durante toda a leitura desse capítulo

E por fim, apresento as minhas *Considerações Finais*, reflexões acerca de todo o debate sustentado na pesquisa, que não considero como considerações finais, uma vez que a importância deste trabalho reside não apenas na atualidade das discussões em âmbito nacional acerca das tecnologias de vigilância de pessoas ou nas discussões acerca do encarceramento feminino mas também nas histórias de vida, que mostram uma interface sobre questões de gênero, estigma, violência, prisões e controle social.

Pontuo, uma vez mais, que não pretendo com este trabalho, encerrar ou definir a questão. Antes disso, esta é uma pesquisa que busca um debate sobre o tema e o material de campo, certamente, não está esgotado e poderá me ser útil na caminhada acadêmica que estou apenas iniciando.

## **Capítulo 1 – A Prisão**

### **1.1 - O sistema prisional brasileiro**

Inserindo-se numa análise sociológica, esta parte da dissertação trata da prisão e do sistema prisional brasileiro. Entretanto, não será realizada uma linha do tempo. O que busco é mostrar que a prisão e seus efeitos, assim como os seus resultados e consequências é um tema em constante debate entre entes públicos, agentes de segurança pública, presos, estudiosos do tema e a sociedade.

A história do sistema penal, em alguma medida, sempre foi a história da sua própria metamorfose. A sua reconfiguração é da sua própria lógica, por isso, podemos considerar que as prisões ainda permanecem do modo “clássico”, conforme foram mapeadas no século XX, alheias a sofisticções tecnológicas ou, em muitos casos, incorporando novidades informáticas sem maiores transformações estruturais, o que propicia a permanência temporal de tais instituições.

Diante de um comportamento desviante, em desconformidade com o que é tutelado, cabem repostas estatais, desde aplicação de restrições e sanções administrativas até penas privativas de liberdade. Essa modalidade de resposta estatal, todavia, deve ocorrer como último recurso. Para isto o Direito Penal estabelece os limites de Intervenção do Estado na esfera privada mediante a fixação de princípios e regras que regularão a possibilidade e a forma pela qual as sanções penais acontecerão numa Democracia. Estes limites do Sistema Penal encontram-se balizados pelas normas de Direitos Humanos, pela Constituição Federativa da República e pela legislação infraconstitucional. (ROSA, 2012).

Não são poucos os estudos que reconhecem a incapacidade do sistema de justiça criminal, no Brasil – agências policiais, ministério público, tribunais de Justiça e sistema penitenciário –, em conter o crime e a violência respeitados os marcos do Estado democrático de Direito. O crime cresceu e mudou de qualidade; porém, o sistema de Justiça permaneceu operando como há três ou quatro décadas. Em outras palavras, aumentou sobremodo o fosso entre a evolução da criminalidade e da violência e a capacidade do Estado de impor lei e ordem. (ADORNO, 2002).

O que acontece é que, diante do atual estado do sistema prisional brasileiro, ocorre uma inflação abusiva e banalizadora do Direito Penal, mediante a criminalização excessiva da vida cotidiana e, de outro lado, uma flexibilização abusiva das garantias

processuais, atendendo-se, dentro outros fatores, aos custos do sistema de controle, bem como aos anseios políticos da maioria. (ROSA, 2012).

Ao lado do sentimento coletivo, amplamente difundido entre cidadãos comuns, de que os crimes cresceram, e vem crescendo e se tornando cada vez mais violentos, há igualmente o sentimento de que os crimes não são punidos; ou, quando o são, não o são com o rigor de que seria esperado diante da gravidade dos crimes que têm maior repercussão na opinião pública. Mas, há também um outro lado da questão. Se muitos crimes deixam de merecer sanções penais, quaisquer que sejam, isso não significa dizer que a Justiça penal<sup>2</sup> é pouco rigorosa. As sanções alcançam preferencialmente grupos sociais singulares, como negros comparativamente às sanções aplicadas a cidadãos brancos, procedentes das classes média e alta da sociedade. A imagem flagrante do sistema de Justiça criminal é de um funil: largo na base – área na qual os crimes são oficialmente detectados – e estreitos no gargalo, região onde se situam aqueles crimes cujos autores chegaram a ser processados e por fim acabaram sendo condenados. (ADORNO, 2002).

Ignorar a dinâmica expansiva do poder punitivo é algo ingênuo. Não é nenhuma novidade que a punição desempenha uma função complexa, que a sanção pelo crime não é simplesmente o seu único elemento essencial. De acordo com Foucault (2013), os castigos não foram feitos apenas para sancionar, sabemos, servem também para manter e bem aperfeiçoar os próprios mecanismos punitivos e suas funções. Assim, discorrer sobre a prisão na contemporaneidade passa por aí.

Foucault (2013) afirma que o encarceramento é fruto de uma lógica burguesa, onde esse tipo de punição faz parte de um aprimoramento da engrenagem do castigo como consequência de um Estado Liberal. Assim, o castigo se configura como um exercício do poder e como uma necessidade social de controlar, administrar e preservar o sistema.

Considerando a leitura de Vigiar e Punir (2013) percebe-se que Foucault faz uma análise das formas históricas do poder, a partir da Idade Média, século XVI a XVIII, no sentido de mostrar como se constituiu o poder disciplinar a partir das práticas de poder estabelecidas nas relações sociais.

---

<sup>2</sup> A justiça penal é, portanto, primeiramente justiça, isto é, garantia das liberdades individuais e visa assegurar a preservação da dignidade de cada ser humano, que é intocável.

Foucault, ainda tratou do poder soberano de fazer morrer. Poder legitimado por meio dos suplícios em praça pública. Onde, na primeira parte do livro *Vigiar e Punir*, ele narra, em detalhes, como aconteceu o suplício de um rapaz chamado Damiens em 1757, na França.

As práticas do suplício, longe de serem apenas atos selvagens, revelam uma lógica específica: elas são, a um só tempo, um procedimento técnico e um ritual. Como procedimento técnico, o suplício pretende produzir uma quantidade de sofrimento que possa ser apreciada, comparada, hierarquizada, modulada de acordo com o crime cometido. Como ritual, visa a marcar o corpo da vítima, tornar infame o criminoso, ao mesmo tempo em que a violência que marca é ostensiva, caracterizada pela demonstração excessiva do poder daquele que pune, pois no suplício o que está em jogo é o poder do soberano. (SALLA, et al; 2006).

Essa prática penal oficializada pelo direito do soberano de fazer morrer e deixar viver perdurou até o século XVIII quando surgiu outra forma prática de poder, cujo objetivo era corrigir comportamentos desviantes. A pena de prisão, vista então, como forma essencial do castigo, desde quando colonizou a penalidade, foi marcada visivelmente pelo despotismo, pelo arbítrio e pelos ilegalismos.

Dentre tantas modificações, atendo-me a uma: o desaparecimento dos suplícios.

“Hoje existe a tendência a desconsiderá-lo; talvez, em seu tempo, tal desaparecimento tenha sido visto com muita superficialidade ou com exagerada ênfase como “humanização” que autorizava a não analisá-lo. (...) No fim do século XVIII e começo do XIX, a despeito de algumas grandes fogueiras, a melancólica festa de punição vai-se extinguindo” (FOUCAULT, 2013).

Essa necessidade de um castigo sem suplício é formulada primeira como um grito do coração ou da natureza indignada: no pior dos assassinos, uma coisa pelo menos deve ser respeitada quando se punir: sua humanidade.

Foucault (2013), ainda nos mostra que nestes movimentos inerentes ao registro do controle existe uma nova configuração de uma mesma vigilância penal mais atenta ao corpo social, para não dizer, uma nova economia do poder castigar – “punir melhor” – nada inédito senão por aqueles que esqueceram como se deu de forma semelhante o processo de reforma penal levada à cabo do suplício (vingança do soberano) à punição generalizada (defesa da sociedade) no século XVIII.

Na verdade, a passagem de uma criminalidade de sangue para uma criminalidade de fraude faz parte de todo um mecanismo complexo, onde figuram o desenvolvimento da produção, o aumento da riqueza, uma valorização jurídica e moral maior das relações de propriedade, métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas mais bem ajustadas de descoberta, de captura, de informação: o deslocamento das práticas ilegais é correlato de uma extensão e de um afinamento das práticas punitivas. (FOUCAULT, 2013).

Na interpretação de Foucault, a punição legal não se restringe às tentativas de “fazer justiça”, de reparação de danos ou reintegração do indivíduo à sociedade; funcionam ainda como táticas políticas.

Salla, et al. (2006) afirma que as transformações no uso dos mecanismos de repressão servem para assegurar a obediência às regras. O lugar onde esses mecanismos funcionam são as instituições disciplinadoras da sociedade (a prisão, a fábrica, o asilo, o hospital, a universidade, a escola, etc.), que estruturam o terreno social e apresentam lógicas adequadas à razão da disciplina. Nas palavras do autor.

Assim, as disciplinas são novas técnicas de controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade. As práticas disciplinares caracterizam-se por distribuir os indivíduos em espaços fechados e heterogêneos, onde cada um deles tem um lugar especificado, desempenhando também aí uma função útil. Esses locais são ainda intercambiáveis e hierarquizados. Em termos espaciais, portanto, cada prisioneiro ocupa um lugar a um só tempo funcional e hierarquizado, formando um quadro espacial em que se distribui a multiplicidade de indivíduos para deles tirar o maior número de efeitos possíveis. As disciplinas implicam também um controle das atividades dos indivíduos, estritamente coordenadas quanto a horários, ao conjunto dos demais movimentos corporais e aos objetos a serem manipulados, visando a obter assim uma utilização crescente de todas as atividades ao longo do tempo. Além de distribuir espacialmente e controlar temporalmente, as disciplinas combinam os indivíduos de modo a obter um funcionamento eficiente do conjunto por meio da composição das forças individuais (SALLA, et al; 2006).

O novo poder disciplinar será, desse modo, um poder voltado para o "adestramento" dos indivíduos. E, para isso, ele utilizará alguns mecanismos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame. A vigilância hierárquica induz, por meio do olhar, efeitos de poder: o indivíduo adestrado deve sentir-se permanentemente vigiado. A sanção normalizadora implica uma micropenalidade do tempo, da atividade, da maneira de ser, do corpo, da sexualidade, visando aos

comportamentos desviantes. O exame, por fim, indica uma técnica de controle normalizadora que permite qualificar, classificar e punir ininterruptamente os indivíduos que são alvos do poder disciplinar. (SALLA, et al; 2006).

Ao definir as práticas penais como tecnologias de poder, Foucault mostrará que são aplicáveis não apenas no interior do sistema penal, mas igualmente em contextos dos mais diversos: tanto em instituições especializadas (penitenciárias, escolas, hospitais) como em instituições de "socialização" (como a família) etc.

Nesta esteira, Goffman (2001), caracterizou com precisão os efeitos que as instituições totais produzem nas pessoas envolvidas e nas suas rotinas. Ele vai indicar que certos mecanismos de estruturação de uma instituição determinam a sua condição de instituição total e acarretam consequências na formação do eu do indivíduo que nela participa sob determinada condição.

Goffman (2001) afirma que o ser age nas esferas da vida em diferentes lugares, com diferentes coparticipantes e sob diferentes autoridades sem um plano racional geral, ao inserir-se numa instituição social passa a agir num mesmo lugar, com um mesmo grupo de pessoas e sob tratamento, obrigações e regras iguais para a realização de atividades impostas.

Quando essa instituição social se organiza de modo a atender indivíduos (internos) em situações semelhantes, separando-os da sociedade mais ampla por um período de tempo e impondo-lhes uma vida fechada sob uma administração rigorosamente formal (equipe dirigente) que se baseia no discurso de atendimento aos objetivos institucionais, ela apresenta a tendência de "fechamento" o que vai simbolizar o seu caráter "total".

“(...) uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares com diferentes coparticipantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. O aspecto central das instituições totais pode ser descrito como a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida” (GOFFMAN, 2001).

Esse caráter total da instituição age sob o interno de maneira que o seu eu passa por transformações dramáticas do ponto de vista pessoal e do seu papel social. Essa situação afeta não só os internos, mas também àqueles encarregados da sua custódia, ou seja, a equipe dirigente.

Quando o interno chega a uma instituição total ele sofre um processo, que Goffman chama de “mortificação do eu” que suprime a “concepção de si mesmo” e a



“cultura aparente” que traz consigo, que são formadas na vida familiar e civil e não são aceitas pela sociedade. Estes “ataques ao eu” decorrem do “despojamento” do seu papel na vida civil pela imposição de barreiras no contato com o mundo externo, do “enquadramento” pela imposição das regras de conduta, do “despojamento de bens” que o faz perder seu conjunto de identidade e segurança pessoal, e da “exposição contaminadora” através de elaboração de um dossiê que viola a reserva de informação sobre o seu “eu” doente. (KUNZE, 2009).

Dentro do ambiente de uma instituição total o interno passa a desenvolver a sua adaptação que pode se dar pelos “ajustamentos primários”, quando contribui cooperativamente com as atividades exigidas pela instituição, ou pelos “ajustamentos secundários”, quando empregam meios ilícitos ou não autorizados para obterem satisfações proibidas, escapando do que a organização supõe que deve fazer ou obter, ou seja, escapando daquilo que deve ser.

As respostas que os internos apresentam às regras da casa são chamadas pelo autor de “táticas de adaptação” e ocorrem a partir de ajustamentos primários, secundários ou da combinação destes em diferentes fases da sua vida de paciente ou interno.

As “táticas de adaptação” são classificadas por Goffman em: 1) “afastamento da situação” - desatenção e abstenção aos acontecimentos de interações; 2) “intransigência” - não cooperação e desafio à instituição; 3) “colonização” - consideração da vida institucional como desejável em relação às experiências ruins no mundo externo; 4) “conversão” - aceitação da interpretação oficial e representação do papel de interno perfeito; 5) “viração” - combinação de várias táticas visando evitar sofrimentos físicos e psicológicos; e 6) “imunização” - o mundo da instituição passa a ser um mundo habitual sem novidades.

Esses mecanismos de mortificação do eu e de reorganização pessoal geram um ambiente cultural que causa no interno a sensação de fracasso, um sentimento de que o tempo de internação é perdido, mas que precisa ser cumprido e esquecido e uma angústia diante da idéia de retorno à sociedade externa. (KUNZE, 2009).

Essa angústia decorre de dois aspectos. O primeiro do “status proativo”, que o autor caracteriza como o interno se vê diante de uma nova posição social que é diversa da anterior que, por sua vez, não será a mesma quando sair da instituição total, e do

“descultramento”, onde o interno se vê diante da impossibilidade de adquirir os hábitos atuais que a sociedade passará a exigir.

Os efeitos decorrentes do encarceramento também afetam os familiares do preso, ou seja, os efeitos da prisão ultrapassam os muros do presídio. E conforme pontua Wacquant (2011):

“A própria penalização assume uma multiplicidade de formas, não se limitando ao encarceramento. Ela se infiltra através dos diferentes setores da polícia, da justiça e dos aparatos carcerários, com efeitos variáveis; estende-se por domínios da política, intrometendo-se na provisão de outros bens públicos como serviços médicos, assistência à infância e habitação; e em geral desperta reticências, muitas vezes encontra resistências e por vezes provoca vigorosos contra-ataques”.

De acordo com dados do *World Prison Population List (tenth edition)*, escrito por Roy Walmsley, mais de 10,2 milhões de pessoas estão presas em instituições penais por todo o mundo. Mais da metade desses presos estão nos Estados Unidos.

Nos últimos 15 anos, desde a edição do primeiro *World Prison Population List*, o número estimado de presos em todo o mundo cresceu de 25 a 30% (enquanto a população mundial cresceu em 20%). A taxa mundial de encarceramento subiu de 136 para os atuais 144 presos por 100.000 habitantes (WALMSLEY, 2013).

A demanda mais comum hoje é a de segurança, manipulada por interesses ideológicos, acaba encontrando no sistema de controle o seu único caminho. Este caminho equivocado parte de uma noção de que ao Estado compete fazer com que os sujeitos e o Mercado – este novo componente do contexto contemporâneo – possam se sentir felizes. Esta felicidade não se reduz mais aos sujeitos, pois há a profusão de um discurso metafísico do Mercado, o qual é capaz de estar “calmo”, “agitado”, “nervoso”, conforme nos apresentam os meios de comunicação, sem que se perceba, contudo que as condições para que o Mercado e o Sujeito se sintam tranquilos não são, em definitivo as mesmas. É preciso entender que as coordenadas que ligam a noção de tranquilidade individual encontram-se condicionadas ao contexto econômico e este não leva em consideração o sujeito. Para o discurso econômico a estabilidade das relações de Controle Social assume uma característica específica: serve para diminuir as externalidades do custo das relações comerciais. (ROSA, 2012).

Nesse sentido, a leitura de Gilles Deleuze (2005) apud Rosa (2012) se faz acertada, uma vez que o autor em questão discorre ter havido uma modificação das sociedades disciplinares – discutidas em Foucault – para sociedades de controle. A

modernidade do projeto de lugares de encarceramento mediante o controle de tempo e da força de trabalho perderam sua densidade coletiva, alterando-se, assim, a lógica que preside a atuação estatal.

Dessa forma, o modelo da fábrica é deixado em favor do modelo da empresa, a qual passa a monitorar e não mais prender diretamente. A prisão, dessa forma, passa a admitir uma flexibilização articulada em modelos de contenção da pobreza, que caracteriza uma parcela da população enquadrada na categoria de não consumidores. Em texto recente, Wacquant acentua as três rupturas analíticas que desenvolveu para chegar ao que ele chama de “novo governo da insegurança social”, a combinação de *workfare* restritivo com o *prisonfare* expansivo. A primeira ruptura seria com o binômio crime/castigo, superado na contemporaneidade; a segunda seria a associação das políticas assistenciais com as políticas penais e a terceira exigiria a superação artificial, tão presente no pensamento de esquerda, entre os enfoques materialistas e simbólicos. (BATISTA, 2003).

Ainda sob o enfoque de Wacquant, o Estado penal passa a responder aos problemas decorrentes do processo agravante de desregulamentação da economia e dos elevados índices de pauperização, intensificando a ação dos aparelhos judicial e policial, e privilegiando o recurso do sistema penitenciário como forma de conter o aumento expressivo da desigualdade social e o aumento da pobreza. Esse procedimento reflete o processo de Estado repressor em meio à globalização econômica, aderindo à adoção de medidas norte-americanas de encarceramento em massa dos pobres e endurecimento das penas (BAHIA, 2012).

Wacquant defende que o aumento da população carcerária é consequência de um maior Estado Penal em detrimento de um menor Estado Social, que se extingue cada vez mais com as políticas neoliberais. Assim, a engrenagem carcerária de poder que atua sobre os corpos dessa população torna-os indivíduos que compõem uma estatística de falidos e sem expectativa de vida, que, saindo do presídio, retornarão rapidamente a ele.

De acordo com Batista (2003) e Wacquant (2011), esse pensar, demonstra que com o fim do ‘Estado Caritativo’ nos Estados Unidos da América houve um aumento do ‘Estado Penal’ na perspectiva de criminalizar as consequências da miséria mediante a

transformação dos programas sociais<sup>3</sup> em vigilância permanente e o encarceramento da pobreza, especialmente os ‘empregadores da droga’. Baseado nas análises dos dados americanos fica evidenciado que a readequação do modelo assistencial e repressivo busca normatizar a miséria, excluindo, ademais, o ‘refugio do mercado de trabalho’:

“Desregulação social, ascensão do salariado precário (sobre um fundo de desemprego de massa na Europa e de ‘miséria laboriosa’ na América) e retomada do Estado punitivo seguem juntos: a ‘mão invisível’ do mercado de trabalho precarizado encontra seu complemento institucional no ‘punho de ferro’ do Estado que se reorganiza de maneira a estrangular as desordens geradas pela difusão da insegurança social”. (WACQUANT, 2011).

A resposta à maior degradação social, deflagrada pelas mudanças nas políticas sociais, é o desenvolvimento de um complexo sistema de vigilância dos pobres, não só a partir de instrumentos tecnológicos, mas também de toda uma estrutura de assistência social que controla os passos daqueles que recebem o benefício, inclusive obrigando-os a trabalhar em troca do recurso. A política de Tolerância Zero é o instrumento para controlar as camadas populares, dando respaldo jurídico ao encarceramento ao menor sinal de delinquência, o que faz com que a população carcerária aumente de forma estrondosa; mas as prisões não ficam lotadas de criminosos perigosos, e sim de presos por uso de drogas, furto ou simples atentados à ordem pública. As penas tornam-se cada vez mais rigorosas. (SALLA, ET AL; 2006).

Coutinho e Carvalho (2004) fazem uma crítica pertinente sobre o movimento ‘Tolerância Zero’ e “*sua matriz ideológica, a chamada Broken Windows Theory (Teoria das Janelas Quebradas), invencione americana vendida aos incautos como panaceia no mercado de segurança pública mundial*”.

Na perspectiva de melhorar a qualidade de vida na cidade de Nova York, em 1994, os administradores iniciaram um programa de controle ostensivo de todo e qualquer desvio social, independentemente de sua ofensividade, com o objetivo de ‘manter a ordem’ sob a premissa de que a sua tolerância fomenta o crime.

Segundo os articuladores dessa teoria, James Wilson e George Kelling, a mesma foi baseada na premissa de que *‘desordem e crime estão, em geral, inextricavelmente*

---

<sup>3</sup> Como se pode perceber a situação brasileira segue o vácuo do modelo americano de exclusão. “Como não pensar no ‘bolsa-família’, carro chefe do Partido dos Trabalhadores, ou no ‘cheque-cidadão’ do clientelismo provinciano que distribui dinheiro público a partir de uma rede de Igrejas selecionadas?”. (BATISTA, Vera Malaguti. *Prefácio*. WACQUANT, Loic. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2011).

*ligadas, num tipo de desenvolvimento sequencial*'. Segundo eles, pequenos delitos (como vadiagem, jogar lixo nas ruas, beber em público, catar papel e prostituição), se tolerados, podem levar a crimes maiores. A ideia não é complexa e faz adaptação do ditado popular: quem rouba um ovo, rouba um boi. Se um criminoso pequeno não é punido, o criminoso maior se sentirá seguro para atuar na região da desordem. Quando uma janela está quebrada e ninguém conserta, é sinal de que ninguém liga para o local; logo, outras janelas serão quebradas. (COUTINHO; CARVALHO, 2004 e WACQUANT, 2011).

Rosa (2012) nos mostra que foram articulados para se por em prática a Teoria das Janelas Quebradas, diversas iniciativas dentre elas, o 'policimento comunitário' – que já se alastra pelo Brasil – e a 'truculência policial', um mal necessário ao 'bem comum'. Contudo, os resultados demonstram que a 'corrida repressiva' não possui os méritos que seus defensores apregoam, além de varrer para debaixo do tapete as verdadeiras causas. Em suma, é fazer prevalecer à ordem sobre a desordem, porque os desordeiros estão contra os ordeiros. E os pobres, diante de suas condições pessoais e sociais, acredite se quiser, seriam mais propensos à delinquência. Assim, prendendo os desordeiros, excluindo-os, o problema estaria resolvido.

No Brasil, assim como na América Latina, a contínua expansão do poder punitivo tem sido alimentada especialmente pela política de proibição às drogas. A proibição às drogas diz respeito à criminalização de condutas que, além de extensamente praticadas em todo o mundo, facilitam a criação de fantasias e o lançamento de cruzadas moralizadoras. Desde a década de 1970, a produção, o comércio e o consumo das selecionadas drogas tornadas ilícitas têm sido apresentados como algo extraordinariamente perigoso, incontrolável por meios regulares, que deveria ser enfrentado com medidas mais rigorosas, excepcionais e emergenciais, concebidas sob um paradigma bélico (KARAM 2009 apud KARAM; DARKE, 2016).

Como consequência desse endurecimento penal e das formas de controle das pequenas ilegalidades temos a ampliação considerável da população encarcerada na maior parte dos países. Em pesquisa histórica, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ - em junho de 2014, a população carcerária masculina e feminina no Brasil chegou ao número de 711.463 presos, outros 147.937 indivíduos estavam em prisão domiciliar efetivamente esses números deram ao Brasil a terceira maior

população carcerária do mundo, correspondendo a uma taxa de 358 presos por 100.000 habitantes.

As altas taxas de prisões provisórias indicam que princípios inscritos nas declarações internacionais de direitos humanos e constituições democráticas, especialmente a presunção de inocência, não são respeitados. No Brasil existe conforme tais normas, qualquer indivíduo acusado de um crime há de ter o direito de ser visto e tratado como inocente durante o processo: efeitos da condenação só podem repercutir sobre a pessoa após ser esta condenada em uma decisão definitiva regularmente imposta (uma decisão imposta em conformidade com o devido processo legal e não mais sujeita a qualquer recurso). A presunção de inocência implica o fato de que quaisquer prisões provisórias sejam medidas excepcionais somente imponíveis nas raras ocasiões em que se demonstrem necessárias para assegurar o normal desenvolvimento do processo. No entanto, como indicam as altas taxas acima mencionadas, o encarceramento antes de uma condenação definitiva tornou-se a regra e não a exceção em muitas partes da América Latina. Isso é ainda mais verdadeiro quando se trata de crimes relacionados a drogas. (KARAM; DARKE, 2016).

Esse contexto também condiz com a criminalização da pobreza, que se ressalta ao olharmos a composição prisional que é principalmente de pessoas pobres e negras. Embora esse trabalho não discuta relações raciais, elas perpassam as questões aqui apresentadas.

No Brasil as pessoas que possuem uma gota de sangue negra não necessariamente são negras, diferente do que acontece nos Estados Unidos e em alguns países da Europa Ocidental. Dessa maneira, o recorte racial é distinto no Brasil, devido principalmente ao processo de miscigenação e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - adotar como metodologia de pesquisa no CENSO, a auto declaração para a raça. Portanto, mesmo que a pessoa tenha vários fenótipos negros, mas se se autodeclarar branca pela sua construção de vida e de raça, ela será considerada branca. (OLIVEIRA, 2012).

Oliveira (2012) confirma que a diversidade, seja de raça e de etnia, classe ou de gênero, ganha uma roupagem de problema, caracterizando-se como uma questão social inerente à lógica machista, racista e capitalista em que a sociedade brasileira está inserida. E, ao mesmo tempo, testemunha-se a omissão do Estado perante fórmulas que poderiam diminuir, se não solucionar, essas questões que negligenciam apenas certas

peças, as quais habitam apenas certos espaços, como pessoas negras e da periferia, ou seja, as mesmas que compõem a maior parte da população carcerária no Brasil.

Encarcerar os pobres além de ser uma forma de segregação, também é uma maneira de exercer um controle sobre as suas existências e de domesticar os seus corpos. O Estado, quando aparece de forma mais ativa na vida dessa população, é institucionalizando-a. O indivíduo que se encontra na prisão apresenta ruptura dos vínculos sociais em várias dimensões e o sistema prisional aprofunda essa realidade: o isolamento, suas ações contraditórias como “punir e recuperar”, a invasão da privacidade e a dominação total sobre o sujeito segregado. As vulnerabilidades aparecem também através da superlotação, da disseminação de doenças, do uso de drogas, da violência entre os internos e daquela usada em nome da manutenção da ordem. (CARVALHO, et al, 2006).

As prisões latino-americanas há muito são conhecidas pelas desumanas condições de vida em seu interior e os efeitos deletérios disso. Essa situação se deteriorou com a superlotação, consequência natural do crescimento das populações carcerárias. Apesar da frenética construção de novas prisões no Brasil (o número de estabelecimentos carcerários praticamente dobrou de 798 em 2005 para 1.424 em 2014), as instituições penais têm invariavelmente operado acima de sua capacidade: em dezembro de 2012, os 548.003 presos brasileiros se exprimiam nas 310.687 vagas (BRASIL, 2015).

A política de encarceramento representa um flagrante desrespeito às regras internas e internacionais que versam sobre execuções penais, ocasionando os problemas sentidos especialmente pela população prisional e seus familiares, mas também para os demais atores envolvidos no cumprimento das penas, como agentes penitenciários e policiais, aumentando-se o risco e as dificuldades do trabalho. Ou seja, ainda que não fosse por razões humanitárias – direitos dos presos - e sim instrumentais, o descontrole é preocupante e acaba atingindo sempre pessoas que estão em posições de vulnerabilidade – demais direitos envolvidos -, neste caso até mesmo pelo risco da própria profissão, sem falar nos danos à credibilidade do sistema penal e na insegurança que o caos penitenciário produz no restante da sociedade, alimentando cada vez mais demandas por formas mais duras de punição, sendo esta a ausência identificada pelas teorias de todos os dias. (KARAM; DARKE, 2016).

A superlotação e as acomodações densamente compartilhadas são identificadas não apenas como uma das principais fontes das precárias condições higiênicas, da

difusão de doenças, da inatividade, de conflitos entre presos e agentes penitenciários, e da eliminação dos direitos individuais à privacidade. Por sua natureza, o encarceramento implica, ainda, em restrições tais como encontrar e estar junto com familiares e outros entes queridos, a segregação, a distância do meio social e a perda de contato com as normais experiências da vida. Além disso, presos sofrem a falta de ar, de sol e de luz, redução de oportunidades para atividades orientadas no sentido da reabilitação, como o trabalho e o estudo, as condições sanitárias precárias, a falta de higiene e a comida frequentemente deteriorada, e essas dores físicas disseminam doenças, especialmente as doenças contagiosas que afetam os presos em proporções muito superiores às registradas entre populações livres. (KARAM; DARKE, 2016).

As condições de reclusão podem produzir, portanto, consequências físicas e psíquicas nos encarcerados, contribuindo também para o aumento da violência. O ambiente das prisões tem colaborado para o surgimento e o desenvolvimento de organizações criminosas que surgem a partir da incapacidade do sistema em garantir os direitos fundamentais dos presos, resultando em grupos hierárquicos que dominam o ambiente carcerário e estendem suas atividades para fora dos muros das prisões, em atividades tais como: assaltos, sequestros, tráfico de drogas e etc, nos grandes centros urbanos. (MACIEL, 2014).

O cenário retratado evidencia a incapacidade histórica do Estado Brasileiro de incorporar valores democráticos às práticas de funcionamento das instituições do sistema de justiça criminal (ADORNO, 2002).



## 1.2 - Breve apresentação dos dados acerca do encarceramento feminino

Toda informação e dados apresentados foram publicados pelo Levantamento Nacional de informações penitenciárias – Infopen mulheres, de junho de 2014, do Departamento Penitenciário Nacional e o Ministério da Justiça.

Segundo dados do *World Female Imprisonment List*, relatório produzido pelo *Institute for Criminal Policy Research da Birkbeck, University of London*, existem mais de 700.000 mulheres presas em estabelecimentos penais ao redor do mundo<sup>4</sup>. Em números absolutos, o Brasil tinha em 2014 a quinta maior população de mulheres encarceradas do mundo, ficando atrás dos Estados Unidos (205.400 mulheres presas), China (103.766), Rússia (53.304) e Tailândia (44.751). (BRASIL, 2015).

Em 80% dos países do mundo as mulheres representam entre 2 e 9% da população prisional total. Em Hong Kong, país em que as mulheres representam o maior contingente, elas compõem 19,4% da população total privada de liberdade. No Brasil, as mulheres compõem 6,4% do total. Em relação à taxa de aprisionamento, que indica o número de mulheres presas para cada 100 mil habitantes, o Brasil figura na sétima posição mundial, com uma taxa de 18,5 mulheres presas a cada 100 mil habitantes, ficando atrás da Tailândia (66,4), Estados Unidos (64,6), Rússia (36,9), Taiwan (23,0), Vietnã (22,2) e Myanmar (18,8). Se calcularmos a taxa de aprisionamento de mulheres brasileiras somente entre a população de mulheres, teremos uma taxa de 36,4 mulheres presas para cada 100 mil mulheres em 2014. Ainda segundo os dados apresentados pelo *Institute for Criminal Policy Research*<sup>5</sup>, entre 2000 e 2014, o número de mulheres presas aumentou em 50% ao redor do mundo, passando de 466.000 mulheres para o patamar mais recente de 700.000. Estima-se que o crescimento da população feminina encarcerada representa três vezes o crescimento da população nacional nos países da América e cinco vezes nos países da Ásia. (BRASIL, 2015).

O Brasil conta com uma população de 579.7811 pessoas custodiadas no Sistema Penitenciário, sendo 37.380 mulheres e 542.401 homens. No período de 2000 a 2014 o aumento da população feminina foi de 567,4%, enquanto a média de crescimento

---

<sup>4</sup> Estima-se que esse número seja ainda maior, uma vez que o relatório não acessou dados de 7 países e os dados da China referem-se somente às mulheres sem condenação e não ao total de mulheres no sistema prisional do país.

<sup>5</sup> Disponível em: [www.prisonstudies.org](http://www.prisonstudies.org) Acesso em: 17 de fev. de 2016

masculino, no mesmo período, foi de 220,20%, refletindo, assim, a curva ascendente do encarceramento em massa de mulheres.

São Paulo é o estado com o maior número absoluto de presos, tem também a maior população absoluta de mulheres encarceradas, respondendo por 39% do total de mulheres presas no país em 2014. O Rio de Janeiro, com 4.139 mulheres presas (11% do total), e Minas Gerais, com 3.070 presas (ou 8,2%), ocupam, respectivamente, a segunda e terceira posições no ranking de 2014. Já os estados do Paraná e Mato Grosso apresentaram redução na população de mulheres encarceradas no período abordado na pesquisa.

A separação de estabelecimentos prisionais em masculinos e femininos é prevista pela Lei de Execução Penal (lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984). A destinação dos estabelecimentos segundo o gênero, portanto, é um dever estatal, e representa aspecto fundamental para a implementação de políticas públicas específicas, voltadas a esse segmento. Existiam em junho de 2014, 1.420 unidades prisionais no sistema penitenciário estadual. A maior parte dos estabelecimentos (75%) é voltada exclusivamente ao público masculino. Apenas 7% são voltadas ao público feminino e outros 17% são mistos, no sentido de que podem ter uma sala ou ala específica para mulheres dentro de um estabelecimento anteriormente masculino.

As unidades com maior número absoluto de estabelecimentos exclusivamente destinados às mulheres são: São Paulo (18 estabelecimentos), Minas Gerais (13) e Mato Grosso do Sul (12).

Os dados sobre a infraestrutura dos estabelecimentos contemplam também a questão da maternidade no ambiente carcerário: a existência – primeiro passo para garantia de acesso – de equipamentos e espaços que tornem a maternidade, no ambiente prisional, minimamente viável. Vale dizer, a existência de cela específica para gestantes, de berçário, de creche e de centro de referência materno-infantil foram contemplados por este levantamento. No que toca à infraestrutura das unidades que custodiam mulheres, os dados demonstram que menos da metade dos estabelecimentos femininos dispõe de cela ou dormitório adequado para gestantes (34%). Nos estabelecimentos mistos, apenas 6% das unidades dispunham de espaço específico para a custódia de gestantes.

Já quanto à existência de berçário ou centro de referência materno infantil, 32% das unidades femininas dispunham do espaço, enquanto apenas 3% das unidades mistas

o contemplavam. Apenas 5% das unidades femininas dispunham de creche, não sendo registrada nenhuma creche instalada em unidades mistas.

Em junho de 2014, existiam 11.269 mulheres custodiadas no sistema prisional brasileiro sem condenação, o que equivale a 3 em cada 10 mulheres presas. Embora elevada, essa participação é sensivelmente menor do que a taxa nacional de pessoas privadas de liberdade sem condenação, que atinge a marca de 41%. A pesquisa demonstrou, ainda, que a maior parte das mulheres (45%) estava cumprindo pena em regime fechado.

Analisando-se o perfil das mulheres privadas de liberdade por faixa etária por Unidade da Federação, percebe-se que o perfil etário da mulher encarcerada repete o padrão nacional jovem em quase todos os estados, com a grande maioria das mulheres privadas de liberdade abaixo dos 34 anos, ou seja, em pleno período economicamente ativo da vida. No Maranhão e no Acre, foi registrado um percentual considerável de mulheres entre 18 e 24 anos (45% e 41%, respectivamente). Em relação à raça, cor ou etnia, destaca-se a proporção de mulheres negras presas (67%) – duas em cada três presas são negras. Na população brasileira em geral a proporção de negros é de 51%, segundo dados do IBGE.

A maior parte das mulheres encarceradas é solteira (57%), o que pode ser em parte explicado pela alta concentração de jovens no sistema prisional. A principal diferença entre os gêneros está nas categorias “divorciado e viúvo”. Enquanto apenas 1% dos homens são divorciados e outros 1% viúvos, essa proporção é de 3% entre as mulheres.

Em relação ao grau de escolaridade, este se apresenta baixo no geral da população prisional. Enquanto na população brasileira total cerca de 32% das pessoas completou o ensino médio, apenas 8% da população prisional total o concluiu. 50% das mulheres encarceradas não concluíram o ensino fundamental. apenas 4% são analfabetas e 11% das mulheres encarceradas concluíram o ensino médio.

Sobre a tipificação de pena enquanto 25% dos crimes pelos quais os homens respondem estão relacionados ao tráfico, para as mulheres essa proporção chega a 68%. Por outro lado, o número de crimes de roubo registrados para homens é três vezes maior do que para mulheres. O encarceramento feminino obedece a padrões de criminalidade muito distintos se comparados aos do público masculino

### 1.3 – A mulher no sistema prisional brasileiro

Jovens, com faixa etária entre 18 e 30 anos, de baixa renda, negras ou pardas, com baixa escolaridade, em geral mães, responsáveis pela provisão do sustento familiar, custodiadas, suspeitas de crimes relacionados ao tráfico de drogas ou contra o patrimônio, exerciam atividades de trabalho informal em período anterior ao aprisionamento e com histórico de vulnerabilidade social muito semelhante. Este é o perfil da maioria das mulheres em situação prisional no Brasil.

Esse desenho é baseado nos relatos de mulheres que passaram pelo sistema carcerário; em dados publicados pelo Departamento Penitenciário Nacional, pela Secretaria Estadual de Administração Penitenciária, pelo Ministério da Justiça e em <sup>6</sup>trabalhos de outros pesquisadores que também estudaram a temática. Contudo, saliento que há uma deficiência de dados e indicadores sobre o perfil de mulheres encarceradas nos bancos de dados oficiais do governos o que contribui para a invisibilidade dessas mulheres.

De acordo com Oliveira (2012) a criminologia que pode ser entendida como o estudo do crime, não se atentou, de forma mais profunda, aos crimes de mulheres. Os crimes das mulheres foram, historicamente, interligados a crimes movidos pela paixão; ciúme e pela vingança. Portanto, o lugar da mulher na ação do crime foi negado por motivos que reconhecem a mulher como incapaz para o crime.

Almeida (2001) salienta que à questão da criminalidade dificulta a aceitação social da inserção da mulher no universo do crime. Quando a mulher é vista como autora de um crime, de modo geral aparece como cúmplice de homens, como aquela que maltrata crianças ou que se envolve em crimes passionais.

Durante muito tempo as mulheres eram relacionadas a crimes por aborto e infanticídio, ou seja crimes ligados à maternidade. Muitos crimes não eram identificados, pois aconteciam na esfera privada, a exemplo do envenenamento, tendo-se como vítimas crianças e velhos. (SOUZA, 2009).

Apesar de todas as mudanças ocorridas nas últimas décadas, esta imagem ainda vigora com vitalidade no imaginário social. O rompimento com tal imagem leva a mulher a ser alvo de dupla penalização: a primeira é jurídica (a mulher é igual ao

---

<sup>6</sup> OLIVEIRA (2012); CHIES (2004); SOUZA (2009); RODRIGUES (2008); ALMEIDA (2001); BAHIA (2012); RINALDI (2007); PEREIRA E ÁVILA (2013); AZEVEDO (2010); MELLO (2008); LUXEMBURGO (2010) E MUITOS OUTROS.

homem pela natureza do delito). A segunda é moral, já que socialmente seu papel é arcar com as responsabilidades domésticas e familiares.

A mulher que assumia o papel de criminosa, na reversão da posição de vítima e da violentada, passa a uma roupagem de violenta, sendo compreendida como transgressora. Por mais que seja pelo ato da violência e seu enquadramento pejorativo, as mulheres que são encarceradas como criminosas ocupam espaços que lhes são negados por uma lógica histórica. (SOUZA, 2009; ALMEIDA, 2001).

Ardailton e Debert (1987) apud Bahia (2012), ao analisarem a lógica dos julgamentos e das sentenças em casos de estupro e assassinato de mulheres que ocorreram entre 1981 e 1986, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em Recife e em Maceió, evidenciaram o caráter sexista e a contradição entre o princípio da igualdade e a prática diferencial/discriminatória que se faz presente no meio jurídico. Nesse sentido, as autoras mostraram de que forma o Poder Judiciário incorporava os papéis sociais masculinos e femininos, agindo para legitimá-los nesses casos de violência contra a mulher.

Rinaldi (2007) citando Heilborn (1982) enfatiza que, nos campos sócio antropológico e histórico brasileiros, desde o surgimento das investigações sobre relações entre gênero e Direito, houve a tendência em abordar a mulher como vítima. Isso se deve, em parte, ao fato de essa perspectiva de investigação científica ter surgido fortemente vinculada ao movimento feminista, a partir do qual se desenvolve a problemática da violência contra mulher.

Bahia (2012) ainda destaca os estudos que discutiram violência, gênero e justiça, também fortemente marcados pelo movimento feminista. Esses trabalhos abordam as práticas jurídicas como mecanismos de perpetuação e produção de hierarquias sociais e de gênero, discutiram a vitimização das mulheres tanto por seus companheiros quanto pelo Poder Judiciário, e quando abordaram o fato de as mulheres serem produtoras de violência, atribuíram tais atos à autodefesa, como resposta à violência sofrida.

O encarceramento feminino compõe o processo de reprimir, encerrar e repreender as mulheres tanto no espaço público quanto no privado. Ainda segundo, Lemgruber apud Chies (2004) a mulher presa é duplamente estigmatizada como transgressora, tanto da ordem social quanto de seu papel materno e familiar; numa sociedade que é fruto de ideologia machista e patriarcal.

Almeida (2001) salienta que as características de gênero atreladas à questão da criminalidade dificultam a aceitação social da inserção da mulher no universo do crime. A mulher, considerada anatomicamente frágil, dada ao instinto maternal e confinada ao espaço privado da casa, não teria motivações fortes para se envolver no discurso sobre a vida pública e muito menos em problemas como a violência, portanto, seria incapaz de matar.

O perfil dos crimes cometidos e o aumento de mulheres presas, de acordo com Soares e Ilgenfritz (2002), tem se transformado desde a década de 80, quando o número de mulheres encarceradas no Brasil cresceu, enquanto os crimes passaram de menor poder ofensivo para crimes relacionados ao tráfico de drogas.

Foi nos últimos anos – principalmente a partir de 2006, ano em que a Lei de Drogas recrudescer, tornou-se mais rígida no que diz respeito à pena por tráfico – que o número de mulheres recrutadas para o tráfico de drogas aumentou significativamente. São elas em sua maioria, mães solteiras e pobres. (FREITAS, 2010).

Segundo Soares (2002) apud Bahia (2012), certamente o novo cenário desenhado pelo alastramento do tráfico de drogas ampliou o leque e as chances, tanto para homens como mulheres de praticar infrações. A autora mostra que, quando questionadas sobre o lugar que ocupavam no tráfico, 78,4% das presas condenadas por esse delito referiam-se a funções subsidiárias ou a situações equivocadas que, por infortúnio, as teriam levado à prisão.

O crescimento das mulheres no tráfico de drogas apresentam motivadores sociais e econômicos, tais quais: o desemprego, os baixos salários quando comparados aos homens, e o aumento de mulheres que chefiam famílias. Outro fator merece destaque, em geral, as mulheres ocupam funções subsidiárias ou periféricas na estrutura do tráfico – conforme os estudos de Soares (2002) – o que faz com que elas tenham poucos recursos para negociar sua liberdade quando capturadas pela polícia.

Corroborando, Lemgruber apud Carvalho et al (2006), afirma que a maior proporção de mulheres presas devido ao tráfico deve-se à posição subalterna que as mulheres ocupam na estrutura do tráfico de drogas, que lhes dá menos possibilidade de negociar com a polícia, comprando sua liberdade.

Assis e Constantino (2000) encontraram duas principais formas da inserção feminina no tráfico. Uma acontece por ser “mulher de bandido”, a qual se sujeita aos mandos masculinos e assim é iniciada pelo parceiro. Muitas das vezes na tentativa de

entrar com drogas nos presídios masculinos alocadas dentro da vagina, escondidas nas roupas ou até mesmo em sacos dentro do estômago. A segunda é a entrada independente do parceiro, mas muitas vezes facilitada por parentes e amigos. A influência masculina se faz perceptível, mas não se torna um fator determinante.

Carvalho et al (2006), compreende que ser mulher mostrou-se associado a ter visitado alguém na prisão antes de ser presa, enquanto os homens presos apresentaram três vezes mais chance de receber visita íntima do que as mulheres presas.

Segundo Luxemburgo (2010) nesse contexto têm mulheres, crianças e adolescentes como chaves para a manutenção dessa economia, sendo tratados numa lógica de exploração e opressão sistemática que se pauta nas relações patriarcais. As mulheres assumem a reprodução desta, desempenhando as piores funções da organização da economia criminal, sendo altamente controladas e submetidas aos homens, cumprindo regras e ordens masculinas de âmbito tático, comportamentais, moral, influenciando, inclusive, em determinadas condutas sexuais femininas que são, para os homens, consideradas erradas.

Ainda segundo Luxemburgo (2010), as mulheres são instrumentalizadas, coisificadas e mais sujeitas ao encarceramento, já que a cultura machista parte por desqualificar a vida das mulheres, além de, também, muitas das vezes, pela mesma motivação, se submeterem em defesa e cuidado do outro e assumirem riscos para que companheiros e filhos não sejam aprisionados. Ainda que as mulheres não componham uma maioria nessa economia do tráfico de drogas, seu número vem ascendendo tanto pelo aumento das desigualdades sociais como pelo entendimento estratégico do papel feminino.

### 1.3.1 - Maternidade e prisão

O encarceramento feminino é revestido de inúmeras peculiaridades que majoram o sofrimento das mulheres que a ele são submetidas. Ao adentrar no aparelho prisional, a mulher passa, por exemplo, a carecer de atenção médica especializada, levando-se em consideração que a maior parte das casas penitenciárias da América Latina não contam com atendimento ginecológico ou obstétrico. Não obstante tal falta de cuidado, diversos estabelecimentos prisionais não possuem recursos humanos suficientes, tendo que, por muitas vezes, valer-se de contingente masculino para exercer as funções operacionais da casa, deficiência que proporciona uma maior vulnerabilidade, por parte das detentas, à ocorrência de abusos sexuais. (ANTONY, 2007 apud PEREIRA; ÁVILA, 2013)

Segundo Pereira; Ávila (2013) na questão referente à maternidade durante o cumprimento de pena, a situação apresenta uma série de fragilidades ignoradas pelo ordenamento penal. Quando a gestação se dá no ambiente prisional, a situação agrava-se ainda mais. As enfermarias, responsáveis pelos atendimentos médicos das penitenciárias, não suportam os cuidados especiais que uma gestante necessita, restringindo o atendimento pré-natal a meras consultas ambulatoriais.

Outro ponto importante e que merece destaque é o momento do parto. Muitas das vezes as mulheres que dão a luz em situação de cumprimento de pena tem seus filhos dentro de suas celas e em todos os momentos ficam tolhidas das escolhas referentes ao nascimento do bebê. Podemos analisar uma dessas fragilidades com um caso amplamente divulgado na mídia<sup>7</sup>, de uma ex-detenta que ganhou processo, contra o Estado de São Paulo, por ter sido obrigada a parir algemada pelos pés e pelas mãos em setembro de 2011.

Até a edição e publicação do Decreto nº 57.783/2012 era comum e normal o uso de algemas nas custodiadas do estado de São Paulo durante o trabalho de parto. A partir de 2015, entendeu-se que as sensações negativas de humilhação, aflição e desconforto, entre outras, a que eram submetidas às custodiadas, diante de cruel, desumana e degradante manutenção das algemas durante o trabalho de parto enseja danos morais indenizáveis e guardam nexos com a ação estatal, de modo que avulta o dever de ressarcimento.

---

<sup>7</sup>Link para a reportagem: <http://apublica.org/2014/08/ex-detenta-que-ganhou-processo-por-parto-com-algemas-fala-pela-primeira-vez/> Acesso em 10 de mar. de 2015.



Após o nascimento do bebê chega o momento de deslocamento da mãe e filho para a Unidade Materno-Infantil, popularmente chamada pelas detentas de “Creche”. No estado do Rio de Janeiro, a única unidade prisional onde as presas que possuem filhos ficam é o Talavera Bruce, localizado no complexo penitenciário de Bangu, portanto, há neste estabelecimento prisional presas de diversas unidades prisionais. Lá, as presas parturientes ficam até os seus filhos completarem seis meses – tempo considerado suficiente para o aleitamento materno -, momento em que são separados.

Sobre o aleitamento materno cabe falar que existe uma vinculação histórica, difundida por médicos higienistas que frente a um quadro socioeconômico vigente à época, a potencialização do aleitamento materno natural pela maior quantidade de tempo possível poderia salvar muitas vidas. Nesse período foi difundido a propaganda de que “*Sem amamentação não há amor.*” Isso fez com que houvesse uma associação entre amamentação e amor materno. (AZEVEDO, 2010).

Nesse contexto, normalmente, a mulher que tem filho dentro da prisão sente-se extremamente culpabilizada e duplamente castigada. A culpa de não poder exercer “essa função sagrada”, que pode acarretar consequências negativas para o desenvolvimento de seu filho e a perda do amor deles. Aliás, culpa, por vezes, reforçada por outras mulheres, de forma mais direta ou velada, ao lembrar-lhe que ela não estaria passando por isso se não tivesse infringido a lei. Duplamente castigada porque, além de presa, não permitem que ela crie seus filhos, colocando em risco o futuro da sua família. (AZEVEDO, 2010).

Azevedo (2010), ainda fala sobre a estrutura deprimente das Unidades Materno-infantil, onde as mulheres parecem duplamente encarceradas, tanto por sua condenação penal como pela solidão de cuidar de uma criança 24h e sozinha, sem o apoio de familiares. Essas mães ainda encaram o fato de aquele envolvimento profundo ser frágil, porque em breve irão se separar. Na semana de saída do bebê, a psicóloga realiza um trabalho chamado de “desligamento”, para reforçar a culpa das mulheres e fazê-las aceitar, sem questionamentos, a saída do bebê.

Ao sair, a criança é entregue aos familiares que ficam com a guarda provisória. Caso a presa não tenha familiares e ou os familiares não tenham interesse e ou condição financeira, essa criança é encaminhada para abrigos e em alguns casos encaminhadas para a adoção. As filhas das estrangeiras sempre vão para os abrigos, pelo fato de haver

a ausência dos familiares e pela falta de apoio dos consulados que não se interessam em viabilizar essa entrega.

Oliveira (2003) apud Pereira; Ávila (2013) apresenta outro ponto relevante em relação à maternidade e cumprimento de pena, quando estas mães adentram nas penitenciárias, possuindo filhos de menor idade, acabam afastadas destes, muitas vezes pelo preconceito de suas famílias, que hesitam em levá-los para visitação e não raras vezes por falta de condi oes para recebê-los, por parte dos estabelecimentos prisionais. Isso destrói os vínculos familiares e deixa a mulher a parte das decisões sobre a educa o e cria o dos filhos.

Além disso os filhos das detentas são considerados por alguns grupos sociais como “sementinhas do mal” e assim ficam em um grupo de risco, permanecem invisíveis quando se trata ao apoio a eles e suas famílias. Estas crianças estão mais propensas às experiências de pobreza, condi oes precárias de habita o, dentre outras consequências negativas, e são muito menos predispostas a receber qualquer tipo de ajuda ou assistência. Mesmo que as prisioneiras sejam a popula o que mais cresce hoje em dia, há relativamente poucos estudos que focam nas suas experiências únicas como mães no contexto prisional. (MELLO, 2008).

Luxemburgo (2010) aponta que o Estado intensifica sua violência contra as mulheres quando pune, além das mulheres presas, os seus filhos, já que mais de 80% delas são mães. Quanto às gestantes e aos recém-nascidos, crescem estes já em um mundo de opressões de gênero e idade, isso quando não retirados das mães e encaminhados   ado o sem a autoriza o delas e ou das famílias, descumprindo o Estatuto da Criança e do Adolescente, que prioriza o direito   convivência familiar e comunitária.

### **1.3.2 – Orientação sexual e a prisão**

Ainda sobre as mulheres encarceradas existe a questão da homoafetividade, que durante os anos 70 e 80 era considerada falta disciplinar. Acompanhando a mudança dos últimos anos da sociedade, a questão da homoafetividade deixou de ser transgressão e ganhou transparência mesmo que o preconceito, tal como ocorre na sociedade livre, esteja longe de ser erradicado, seja entre a maioria das presas, seja no seio dos diferentes tipos de funcionários, especialmente entre os mais antigos. (AZEVEDO, 2010).

Azevedo (2010) relata que a homoafetividade na prisão remete ao reconhecimento de padrões de relações heterossexuais na sua forma mais sexista. Os papéis adotados são inconfundíveis. As mulheres que assumem o gênero masculino o fazem da forma mais completa possível, assumindo ser o ativo da relação, vestindo-se como homens; com bermudões compridos e camisetas folgadas, também usam cabelos cortados a máquina – quase raspados -, impostam as vozes e são chamados de “menino” dentro da prisão. Os “meninos” são sempre chamados de nomes e ou apelidos masculinos.

A adoção da identidade masculina vai além da imagem e do nome, e atinge também outros comportamentos, como a interação com o gênero feminino, marcada por uma postura sexista. Existem ainda outras experimentações, como por exemplo o de ter uma namorada e não necessariamente “gostar somente de mulher”. Também há casos de mulheres que foram “meninos”, construíram o estereótipo masculino e depois o desconstruíram ao deixarem de ser “menino”. Ser “menino” na prisão é sinônimo de poder e tem suas regalias porque “menino” não lava roupa, sempre delega essa função a sua companheira. (AZEVEDO, 2010).

### 1.3.2 – A visitação no presídio

Bahia (2012) comparou as visitas familiares entre o universo masculino e feminino, e observou que os homens recebem mais visitas que as mulheres. Em geral, as mães são as que mais visitam os filhos, pois os homens não costumam se adequar ao ônus das revistas para as visitas e também ao fato de serem identificados como parentes de infratores, mesmo que eles mesmos o sejam.

Ao contrário do que ocorre nos presídios masculinos onde sempre há enormes filas, no presídio feminino o que se verifica é um total abandono por parte dos familiares. A busca por afeto de amigos e parentes é grande e isso acontece porque as mulheres estão culturalmente comprometidas com o universo privado, na verdade é a gestora das relações familiares e uma vez que elas se deslocam desse universo, restam poucas opções de um mesmo núcleo familiar. (AZEVEDO, 2010).

As visitas de familiares acabam se tornando exceções nos presídios femininos e a presa que recebe visita goza de certo *status* dentro do presídio, não apenas pela questão afetiva, mas também pelo fato de receberem artigos de necessidade pessoal como shampoo, condicionador, sabonete, pasta de dente, absorvente, papel higiênico, biscoitos, e etc. Pode parecer pouco significativo mas esses itens são raros, caros e cobiçados. (Azevedo, 2010).

Durante as visitas os familiares costumam trazer refeições para as presas e esse tipo de refeição tem grande significado pois foi preparado pela visita, o que possibilita a reprodução do ambiente familiar, do cotidiano da sociedade livre. E ainda que por um breve momento, a prisão se torna um satélite doméstico. (AZEVEDO, 2010).

Os dias de visita são revestidos de uma semelhança enorme. Há ainda a situação dos familiares que residem longe do presídio e não possuem condições financeiras de arcar com todos os custos do deslocamento, o que dificulta a viabilidade das visitas. Existe também o constrangimento da visita íntima, para o qual em procedimento de revista, o visitante é obrigado a ficar despido e se agachar três vezes para se certificarem de que não escondeu nenhum objeto que seja proibido estar no presídio dentro da genitália.

#### 1.4 – As “meninas” do presídio Nilza da Silva Santos

O presídio Nilza da Silva Santos é um presídio feminino que fica localizado na cidade de Campos dos Goytacazes<sup>8</sup>, no estado do Rio de Janeiro, sendo o único a atender toda a região norte e noroeste fluminense.<sup>9</sup> Existem 224 vagas que são ocupadas por 306 mulheres. É preciso ficar atento uma vez que esse número aumenta todo dia.

Para melhor compreender e vivenciar a realidade de uma mulher custodiada entendi ser necessário ouvir mulheres que estiveram e ou que estivessem em cumprimento de pena no Nilza da Silva Santos. Não foi um processo fácil chegar até essas mulheres porque esbarrei nos entraves burocráticos e quando finalmente a autorização para visitar a unidade<sup>10</sup> foi me concedida, não havia mais tempo hábil para realizar toda a observação necessária. Sem contar que para falar com as presas era necessário autorização do juiz da Vara de Execução Penal, o que se tornou um caminho mais longo e mais burocrático ainda.

Durante o período de espera de análise do processo de autorização, eu fui ao presídio em dias de visita, quartas-feiras e domingos, e ficava na entrada observando o movimento e conversando com algumas pessoas e funcionários. Numa dessas idas eu conheci a<sup>11</sup> Dona Carla. Ela é mãe de uma interna que está cumprindo pena no Nilza da Silva Santos e estava saindo de VPF - Visitação Periódica a Família. D. Carla é uma senhora franzina, com os cabelos vermelhos e que sempre estava fumando. Ela não quis me falar a idade, só disse que tinha vivido muito. Ela é aposentada e trabalha tomando conta da filha da vizinha que tem 3 anos. Com disposição e sempre animada, ela me apresentou a filha, a Ana.

Ana é uma moça de 33 anos, mãe de três filhos e carrega mais um em seu ventre. Foi presa por tráfico de drogas, condenada há 12 anos e 7 meses e já cumpriu mais de 05 anos da sua pena. No dia que a conheci ela estava saindo para VPF e a mãe foi encontra-la. Como estava de carro, ofereci uma carona para elas e isso me rendeu um convite para um café no dia seguinte.

---

<sup>8</sup> Campos dos Goytacazes é um município do Norte do Estado do Rio de Janeiro onde a UENF possui sede e foro, é o principal município da Região Norte Fluminense devido principalmente suas características econômicas oriundas da sua bacia petrolífera.

<sup>9</sup> Dados informados por funcionários do presídio durante uma visita em fevereiro de 2016.

<sup>10</sup> O processo de autorização sob nº E-21/087/23/2016 para visitar a unidade foi aberto junto ao Centro de Estudos e Pesquisa EGP/SEAP.

<sup>11</sup> Todos os nomes são fictícios por questões éticas e legais.

Conversando mais um pouco com Ana, ela me passou o contato de duas colegas que estão em cumprimento de pena no regime semiaberto. Uma delas é a Mariana, uma jovem senhora de 51 anos, divorciada, tem um filho maior de idade, mora sozinha em Campos dos Goytacazes e foi presa por tráfico de drogas. A outra colega é a Renata, que tem 41 anos e foi presa junto com a filha, Carol, de 18 anos, ambas por tráfico de droga. O contato com a Mariana foi todo realizado pelo Whatsapp pela dificuldade em encontrar um horário para entrevista face a face. Ela é enfermeira e trabalha em vários hospitais, realiza atendimentos particulares e atendimentos em casa. Em seus horários de folga, geralmente bem tarde da noite, ela conversava comigo pelo aplicativo. Já a Renata e a Carol foram orientadas por seus advogados a não gravarem entrevistas.

Durante o café, Ana me contou como é ser mulher e estar presa, além da rotina dentro do presídio. Todas as entrevistas partiram dessa pergunta. Comecei todas as nossas conversas perguntando sobre o que as levou a ficarem presa.

*Ana: Eu era muito levada e aí me envolvi e comecei a andar com gente errada. E gostava das aventuras, ficava até de madrugada na rua. E um dia um amigo pediu para mim guardar uma coisa e como eu não sei dizer não, eu fui e guardei. Até que chegou a hora que eu perdi. A casa caiu!  
Na minha cela tem 20 meninas e só uma que não foi condenada por tráfico, as outras 19 todas foram. Parente tem que ficar junto na mesma cela... a única que dorme no chão sou eu... eu sou meio doída, tem dia que estou de bom humor e ninguém tem culpa.*

*Renata e Carol: Nós fomos presas e condenadas por tráfico de drogas. Foi numa terça-feira, nós estávamos em casa, e eles chegaram com mandato de busca e apreensão para mim. Eu quem comecei a vender drogas, eu que traficava e minha mãe só foi por que eles encontraram droga na nossa casa. Sempre fomos nós duas e foi muito difícil ver minha mãe passar por isso. Eu fui condenada a 8 anos e 4 meses e minha mãe a 5 anos e 2 meses. Hoje estamos no semiaberto, saindo de VPF.*

*Mariana: Falar da gente é meio difícil, mas eu não tenho essa dificuldade não. Fui presa em 2010, e eu poderia te dizer que sou inocente, mas eu sabia, conhecia a pessoa mas não sabia da proporção do problema que estava me envolvendo. Fui presa e condenada por tráfico de droga. E, assim, fui parar naquele lugar. Eu na verdade usei meu telefone tá? Mas não sabia que meu telefone estava interligado com mais de não sei quantas pessoas.... Ah, se eu soubesse, se eu soubesse. Mas eu não fui presa com nada, não tinha nada comigo mesmo porque eu não faria isso, e fui presa por escuta telefônica, cheguei no Rio de Janeiro totalmente assim, eu porque eu tenho um Deus maravilhoso comigo...eu não conhecia ninguém do meu processo, ninguém, a não ser a pessoa que eu fui presa, e o marido dela e assim mesmo o marido eu vi muito pouco e se vi umas duas ou três vezes foi muito. Eu cheguei no Rio de Janeiro como esposa de um dos homens do meu processo... para você ter noção do que eu enfrentei. E quando eu cheguei no Rio de Janeiro a esposa dele estava lá. Eu nunca tinha visto esse rapaz, nunca tinha falado com esse rapaz, acabou que essa pessoa foi embora, este homem foi embora, o outro foi embora e dos nove que estavam lá, ficaram só nós 3, eu a outra mulher o marido dela que tinham ido comigo.*

Essas falas só reforçam as estatísticas de que as mulheres que estão no cárcere em sua maioria foram presas por tráfico de drogas e entraram nesse universo através de uma figura masculina.

*Ana: Estar dentro do presídio é horrível. E o pior que tem gente que vai e volta. E quando eu cheguei lá, como não conhecia, pensei que lá era o bicho. E tinha o medo de negócio de sapatão, porque o pessoal fala um monte de coisa assim, e quando cheguei lá eu vi que não tem nada haver. É só respeitar. Na minha cela tem um casal e elas até dormem na mesma cama.*

*Carol: Eu mesmo sendo muito nova acho que deve ter respeito por elas. Ninguém sabe o que elas estão sentindo ou passando. Enquanto eu estive lá dentro, recebi umas cantadas mas se você fala que não quer elas te respeitam e tratam na moral. Eu e minha mãe ficamos na mesma cela, isso é um tipo de regra, parente tem que ficar na mesma cela e na nossa cela tinha dois casais. Tudo de boa.*

*Mariana: As agentes eu, particularmente, nunca fui ou nunca dei a chance de ser assediada, mas já vi colegas serem convidadas né. Porque lá existem opções sexuais, não que eu tenha alguma coisa contra mas é complicado. Complicado. As maiores razões de confusão lá dentro eram por causa dos relacionamentos homoafetivos. Elas eram muito usadas, se interessavam e interagem com as outras só para conseguirem algumas coisas. O interesse afetivo era por tudo, por falta de coisas materiais, na maioria das vezes. Só você vivendo para você ver. Mas eu acho assim, mesmo porque hoje o preconceito ser muito grande, eu fico feliz delas poderem ter essa opção. E muitas funcionárias falam a mesma linguagem delas, se é que você me entende!. As pessoas ficam com uma carência muito grande, ai já vem o sentido do físico, isso não aconteceu comigo, mas existe o lado emocional e elas começam a se relacionar umas com as outra;, as que fumam, fumam 50 cigarros por dia; as que usam outro tipo de droga ilícita usam cada vez mais.. é muito triste de se ver!*

A homoafetividade como já pontuado nesse trabalho é visto e entendido dentro do presídio feminino como uma forma de regalia e poder. É bem mais comum do que se possa imaginar o envolvimento afetivo somente durante o período de encarceramento.

*Ana: A noite é a pior hora... pior hora porque a gente tá preso né, não pode fazer nada, não tá livre, não tá perto da gente que a gente gosta. Tem que fazer tudo dentro do horário que eles falam. Lá é o lugar das pessoas sonsas. Você tem que saber conviver com um monte de gente falsa. O povo gosta de mim, mas não tenho amizade, amizade assim. Se você não tem nada, eles não te dão atenção, te maltratam e destroem sua autoestima. Você vale o que tem lá dentro.*

*Mariana: Eu fui para dentro de um lugar que passou a ser minha casa, mas não conhecia ninguém. Procurei viver com todos eles da melhor forma e não consegui trazer aqui para fora amigos, amigos e amigos é muito difícil e eu não tive tempo para criar laços de amizades lá dentro. Eu não me voltei para isso não... tenho até duas conhecidas que trabalham aqui fora também. Não tive dificuldade com o convívio, eu até tirei de boa, mas fazer laços de amizade, não, não...*

Segundo Azevedo (2010), essas falas acima evidenciam que há toda uma hierarquia bem definida entre as presas (sistema de interesses) e que somente em



condições de conflitos de caráter mais geral que afetam todas as presas, e quando se forma em torno de um número restrito de valores ou demandas instrumentais, um sistema de igualdade (somos todos presas, necessitamos de maior flexibilidade para o parlatório, etc.) que permite uma unidade para determinadas demandas juntos às autoridades prisionais.

*Mariana: Vou dizer a você meu dia, como se eu fosse escrever um diário, a nossa memória é como uma poupança, o que eu vivia no meu dia lá dentro, era tipo viver assim: 'não senhora', 'sim senhora'; com horários marcados; sendo vigiada; ninguém confia em você; ninguém acredita em você. É! Você?! Não, eu né?! Eu tô falando de mim, de mim, que tive muita dificuldade de amanhecer e anoitecer como se eu estivesse vivendo aquilo tudo. Você é proibida de tudo, de sentir, de ver o sol no horário que você quisesse, tô falando das coisas maiores, você perde sua vontade de comer, o sabor, o seu olfato, sua audição, você perde os sentidos. É muito difícil, tudo é muito difícil... você é sugada, seu emocional fica totalmente assim, é horrível, horrível... estou sendo amparada primeiro por Deus, Aleluias por isso, e pelos psicólogos porque eu fiquei uma pessoa com muito medo, medo, medo de tudo. O que eu tinha lá para depositar diariamente na minha memória não era nada produtivo, nada que trouxesse alegria, é só rotinas repetitivas e sem você ter, como posso te explicar, nem eu sei...são pessoas antes calmas e alegres e com alegrias que meu Deus eu nem sei como dizer a você, é uma mistura de sentimentos,*

A rotina dentro do presídio é algo que em todas as entrevistas é retratado e isso as incomoda bastante. Os funcionários do presídio veem a rotina como disciplina: “É preciso ter disciplina para que a ordem seja mantida”. Essa foi a fala de um funcionário que trabalha fazendo a ronda do presídio. Sobre a comida e a distribuição, todas relataram experiências ruins.

*Ana: A comida é horrível. Quando funcionava a cozinha, que era só para as funcionárias, eu trabalhava fazendo comida e como trabalhava lá almoçava lá mesmo. E na época, para não jogar fora, a direção deixava dar para as meninas que iam trabalhar na obra. Só comi bem lá dentro quando trabalhei na cozinha. Agora a comida é terceirizada e vem de brilhante. Quando era a panelona era melhor, mas agora de brilhante é muito ruim, horrível. Vem comida estragada e é bem comum isso acontecer. A cantina trás a comida de fora. Já vem tudo pronto. Agora a gente pode pegar na custódia 80.00 de 15 em 15 dias e isso não dá para nada. Um frango é 20.00, um refrigerante de 600ml 6.00, uma lasanha 17.00... e quando você ver já gastou mais de 80.00.*

*Mariana: Tudo é proibido e nada é proibido. A cantina é limitada, entendeu? Mas na cantina tudo que a gente reivindicava e pedia para ter, nada podia. Lá dentro a comida é péssima, não que eu quisesse comer filé mignon, mas uma comida digna para qualquer ser humano, antes de tudo as pessoas tem que entender que somos seres humanos, não temos que ser visto e nem tratados como monstros. Domingo era dia de feijoada e vinha até focinho de porco. Eu mesma já encontrei um caco de vidro dentro da feijoada, e eu reclamei e eles reclamaram lá na firma e não sei se melhorou. Vou até repetir, se depender do sistema carcerário ninguém volta para a sociedade de boa não, só se realmente tiver uma estrutura aqui fora, por menor que seja.*

*Renata: A comida era intragável... tinha um cheiro horroroso. Vinha estragada na maioria das vezes, quando não vinha com isento, pelo de animal e não adiantava reclamar, sempre vinha assim. Trabalhei como cozinheira na cozinha dos funcionários um tempo e sempre que dava eu separava comida para mim e Carol.*

Em relação às visitas, que é um ponto sensível e relevante para quem está encarcerada, os relatos indicaram que elas são escassas e seletivas, ou seja, nem todas as presas recebem visitas. E curiosamente, elas relataram que em determinados momentos preferiam que as visitas não acontecessem. Com o intuito de preservar os familiares do convívio do ambiente do presídio e da humilhação das revistas íntimas e do tratamento grosseiro das agentes, as visitas iam se cessando a medida que elas iam progredindo de regime.

Segundo Luxemburgo (2010), isso significa que além dessas mulheres, são ‘presas’ juntamente a elas, de modo indireto, suas famílias, entre filhos, companheiros, pais e outros, também destinados ao sofrimento e às humilhações que o cárcere proporciona.

*Ana: Eu sempre tive visita da minha mãe. Antes meu menino ia com minha mãe. Mas um dia a D. Márcia – diretora do presídio à época – falou comigo: ‘cadeia não é ambiente para criança’. E ela tem razão, é verdade. Com o tempo a criança vai acostumando com aquilo e acha normal e muitos começam no crime falando ‘ ah eu quero ir pra lá, minha mãe estava lá... lá deve ser bom’. Então eu parei para pensar e concordei com ela. Lá não é bom para crianças. E tem um monte que vai desde pequenininha e aí já acostuma com aquele lugar. Desde quando ela falou eu gravei as palavras na minha mente. Ela era rígida mas muita coisa que ela falou e fez era para nosso bem mesmo. A atual diretora é boa também, ela é mais quieta, na dela assim, mas tudo pra ela tá bom, não implica com ninguém e acho que a gente tem que ter um pouquinho de rigidez se não fica muito bom e aí vai ter gente que vai ficar voltando como muitas voltaram.*

*Quando a gente começa a sair de VPF, a gente se sente mais aliviado porque fica mais fácil, a família não precisa voltar lá para deixar as coisas. Quem está de VPF não tem visita mais e a maioria que está também opina para não ter visita, a gente vai em casa. Então, eles não precisam ficar voltando. As vezes muitos deles entram chorando, passa humilhação lá dentro, as agentes pintam com a família, então é constrangedor. Agora melhorou um pouco que não precisa mais tirar a roupa, passa pela porta de detector de metais. Para gente é melhor e pra família também, porque o que mais incomoda é a família entrar chorando. A família vai lá pra visitar a gente e não para isso.*

*Mariana: Tinha visita da minha família. Tenho um filho maior de idade que mora em São Paulo, e ele me ajudou muito. É um filho muito querido e muito amado. Sou a irmã mais velha de 4. Minhas irmãs e meus cunhados também me ajudaram bastante. Perdi minha mãe tem 3 meses e enquanto ela pode, ela me ajudou... Eu tenho um pai maravilhoso também. Quando fiquei no Rio de Janeiro, eles iam me visitar de 15 em 15 dias e aí era muito sofrido. Se você quer saber assim do sistema carcerário, a gente perde a nossa identidade quando entra, eles não oferecem nada, nada para ocupar o tempo, é tudo muito difícil no sentido material, e no sentido emocional é terrível, eu olhava para aquilo tudo e me apavorava muito.*

O Estado Penal ainda pune as mulheres envolvidas em situações problemas, amontoando-as nas prisões sem se atentar minimamente para condições pertinentes às questões de gênero. São mulheres aprisionadas em instituições e organizações internas essencialmente masculinas, que sofrem com a falta de cuidados e atendimentos especiais por serem mulheres, como o direito à visita íntima, o cuidado às gestantes, a questão da saúde específica e a falta de distribuição adequada de produtos de higiene pessoal (absorventes, papéis higiênicos em quantidade maior que a recebida pelos homens detidos, e etc.). (LUXEMBRUGO, 2010).

Sobre o convívio dentro das celas, elas detalharam alguns momentos.

*Ana: Na minha cela tinha televisão, rádio e umas 20 mulheres. Todas dormem em camas só eu que durmo no chão. Tem muita gente que não tem visita nenhuma e sobrevive com o que o Estado dá e com ajuda das coleguinhas. A gente dividi papel higiênico, pasta de dente, absorvente, sabonete. E agora lá está sem doação, com pouca... antigamente tinha mais doação. Desde quando eu entrei as coisas só pioraram. Se não tiver dinheiro e visita fica a mercê do Estado e isso quer dizer, fica abandonada e sozinha. Teve uma vez eu ainda estava no fechado, teve uma lá que não tinha visita nenhuma mesmo e que foi ao banheiro e como não tinha papel higiênico, ela pegou uma blusa e foi se limpar com isso. Ai quando eu vi, ainda trabalhava na custódia eu fui falei com a encarregada e toda semana ela separava o papel higiênico para ela. O que acontece muito lá e que eu acho errado é que tem que ter consciência, se você tem visita deixa para quem não tem visita nenhuma, porque esse pessoal não tem da onde tirar mesmo.*

*Mariana: Higiene pessoal zero, péssima. Uma fila enorme e um banheiro só com um chuveiro só e um vaso sanitário só, para vinte, trinta mulheres que muitas vezes ficavam em cada alojamento, que se chama cela. Eu acho horrível esse nome. Tinha horário para banho.e para quem é calma ou tinha que ser calma ou não queria confusão tinha que ser a última da fila. Material de higiene, o estado oferecia pra quem não tinha verdadeiramente nada, era um sabonete partido ao meio de 15 em 15 dias. Quem tinha visita que dividia com as outras pessoas, eu até sempre fiz isso, não que eu tinha demais, mas eu tinha família que me ajudou bastante. Um rolo de papel higiênico por semana, absorvente zero, eu não cheguei a ver mas eu soube que algumas mulheres faziam miolo de pão como absorvente íntimo. As camas são compradas, são chamadas de comarcas, existem algumas pessoas que acabam preferindo dormir no chão porque tem a necessidade de vender a cama pra comprar outras coisas.*

Outra questão falada constantemente nas entrevistas, era sobre os cursos oferecidos e trabalho dentro do presídio. Elas viam o trabalho e o curso como uma forma de ocupar o tempo, sair um pouco da cela e da rotina do presídio. Dessa forma o trabalho apresentava oportunidades e regalias que as outras detentas não desfrutavam. Sem contar que o trabalho oferece a oportunidade de remição de pena.

Lemgruber (1999) apud Pereira; Ávila (2013) nos mostra que em relação às atividades laborais ofertadas, ao contrário do que se espera, não dão a essas mulheres condições de manter-se, durante a vida extramuros, de forma independente, através dos trabalhos ensinados no cárcere, apenas reforçam o papel submisso da mulher na sociedade.

Ana: *Eu já trabalhei fazendo tudo lá dentro: capinando, na cozinha, na cantina e agora estou no ambulatório ajudando o médico. Eu pego remédio, tiro xerox, pego prontuário... Tem dois médicos e eles estão lá terça e quinta e quarta e sexta. E aí eu trabalho nesses dias junto com as enfermeiras. Tem duas enfermeiras também. Quando acabar de tirar a cadeia, vou fazer um curso de Técnico em enfermagem... o doutor disse que levo jeito e que me ajuda a conseguir um emprego num hospital. Quando estou trabalhando eu tenho acesso a tudo lá dentro e todos os lugares. 'Ana, pega um leite na cozinha, Ana vai lá na galeria e pega um papel...' e por aí vai. Quando não tem ninguém para trabalhar e eu puder ajudar, igual foi agora na páscoa, saiu todo mundo e aí não tinha ninguém para ficar na cozinha e nem na bolsa. Eu estava na cantina ainda. Bolsa é quando a família vem e trás a sucata, aí a gente carrega para a custódia. Aí eu e mais duas ficava na cozinha, ajudava lá e na cantina. Aí eu acho que se a gente ajudar vai ser ajudado também, não adianta ficar lá dentro e ser rebelde. Eu penso assim, ninguém tem culpa de eu estar lá dentro, a grande culpada sou eu, então eu não tenho que maltratar funcionários e nem ninguém e trato com respeito e assim elas me tratam com respeito também.*

Mariana: *Trabalhei sim, no ambulatório. Procurava ajudar no que podia e remi um bom tempo. Poucos cursos eram oferecidos. Eu consegui fazer uns cursos e todos que eu fiz era porque queria sair da cela e essa era única maneira. Fiz um curso rápido lá de Cuidadores de Idosos, é dentro da minha área e poderia me ajudar quando saísse. Fiz um curso de garçom também, mas não é minha área e nem pretendo trabalhar com isso, mas fiz. Fiz um curso de bijuteria muito rápido, mas sempre depois do curso dava problema, tinha geral, sumia isso, sumia aquilo, e acabava que o curso se tornava um desgaste desnecessário. São poucos cursos que são oferecidos. Eu acho que dependendo da sua condenação, do seu tempo de sentença, deveria ser oferecido um curso mais longo, onde as mulheres pudessem ter mais tempo para se profissionalizar de verdade, porque as empresas que nos ofereciam os cursos são conceituadas, Senac, Senai...*

Renata: *Eu trabalhei muito tempo como cozinheira na cozinha. Era bom trabalhar lá, eu podia fazer o que gostava, distraia a minha cabeça e ainda remia pena. Elas gostavam da minha comida. Conversava bastante com umas agentes e até hoje elas ainda me ligam.*

*Carol: Eu fiz alguns cursos lá. Fiz de garçom, bijuteria e estudei também. Queria fazer o Enem para tentar uma faculdade de pedagogia. Agora, aqui fora, eu vou fazer. Eu trabalho num restaurante hoje graças ao curso de garçom que fiz lá. Trabalhei na obra e na cantina. Na cantina eu tive muito problema, principalmente com esse negócio de ficar levando coisa de uma cela para outra. É que as meninas veem você passando e pede 'leva esse cigarro aqui para fulana na cela x', eu não sou empregada de ninguém e não levava e aí elas ficavam me tirando e quando falava com as agentes acabava dando ruim para elas.*

Buscando ainda compreender melhor a prática da execução penal, entrevistei um advogado, que chamo de Pedro. Ele milita na advocacia há quase 15 anos e apresenta a sua visão e entendimento sobre o cárcere feminino. No início ele atuava na área cível e criminal, e depois de um tempo se especializou na área criminal. Seu campo de atuação é todo o estado do Rio de Janeiro, e os seus processos se concentram na região norte e noroeste fluminense, raramente atua na Região dos Lagos.

É preciso lembrar que esse perfil de advogado não é o único. Existe diferença de atuação entre os advogados criminalistas, por exemplo: o advogado horista, o advogado porta de cadeia, o advogado dos grandes escritórios, o advogado de boca de fumo e etc.

*Existe muita diferença de atuação entre as duas áreas. O rito processual é diferente, os prazos são diferentes e principalmente os clientes são diferentes. O público, digamos assim, da área criminal é diferente. Você tem que praticamente se reinventar como advogado para trabalhar na área criminal, só na área criminal. Você precisa, tem que criar uma certa relação com o cliente, ele vai querer falar com você todo dia, a família vai querer falar com você todo dia, o processo é mais longo, tem vezes que você vai ter que ficar ali ouvindo, só ouvir ou só ir visitar na cadeia, ou só olhar para ele, ele parece que se torna mais dependente dessa relação advogado cliente. E muitas das vezes você é a única visita que ele tem. E eu precisei aprender a fazer isso... o que parece ser uma coisa boba e sem importância, apenas ir ao presídio e olhar para ele, faz com que ele se sinta mais representado e confie mais em você.*

*A maioria das vezes quem faz o primeiro contato, não é nem o cliente, é a família, ou quando ele vai preso em flagrante e a família liga e aí você vai até o presídio para tratar dos assuntos pertinentes ao caso, ou com menos ocorrência que seria o próprio cliente te conhecer através de um outro cliente que também está preso e aí ele faz contato com você de inúmeras formas e você vai até ele e trata do caso.*

Sigo a entrevista perguntando se existe alguma diferença entre mulheres e homens que estão encarcerados. E sobre o convívio dos presos e a relação deles com os funcionários.

*A minha clientela é mista e atualmente estou atendendo mais mulheres. Existem algumas diferenças entre as mulheres e os homens presos. Primeiro vou estabelecer uma diferença entre presídios. O presídio feminino de Campos, Nilza da Silva Santos, que é o que eu mais visito, em relação ao presídio e a casa de custódia masculina, através da sala do advogado o que posso ver, ao que me parece, ele é um pouco mais tranquilo, o convívio. Até porque apesar de ter muitas presas, e esses dias eu tive um relato de uma delas de que está com superlotação lá e eu acredito que esteja, mesmo não vendo as celas, e como é um presídio menor e com menos celas, ele aparenta ter um pouco mais de organização, na limpeza, apesar de ser presídio. Já no masculino, ele é um pouco mais tumultuado, a tendência do masculino é falar mais alto com os funcionários, exigir um pouco mais, eles se consideram assim: 'sou bandido e não vou abaixar a cabeça'. As mulheres parecem que elas são mais passivas nesse ponto de dominação pelos funcionários. Elas são mais submissas. O tratamento dos funcionários é parecido, tanto com a mulher quanto com o homem, eles tem a conduta muito severa, eles são bem rígidos e são bem parecidos. O que diferencia é a clientela. E como as mulheres são bem mais submissas, elas aceitam aquela imposição, a pena, o tratamento, elas são mais controláveis. Os homens já são mais difíceis de controlar. Isso é o que me parece pelo tempo que visito presídio, pelo que contam e pelo que vejo. Por isso que acho ser tão incomum rebeliões nos presídios femininos por conta dessa submissão mesmo.*

Ora, contextualizando a fala do advogado com o que as minhas entrevistadas relataram, posso observar que dentro do presídio feminino, as mulheres, movimentam um mercado ilegal de drogas lícitas, ou seja, elas comercializam medicamentos prescritos pelo médico do presídio e distribuído a elas para dormirem. Portanto, elas ficam mais tranquilas e calmas e isso não significa submissão.

Prosseguindo com a entrevista, pergunto qual a maior queixa das mulheres encarceradas e como acontece a visitação da família e o relacionamento delas com os maridos.



*Nas mulheres, aí é mais complicado, elas estão longe de filho, de mãe. E as vezes elas não conseguem visita e o que pega mais para elas é ficar longe dos filhos. As vezes o filho mora longe ou não consegue entrar porque quando elas vão presas, a mãe da presa, a avó que vai ficar com guarda provisória das crianças. E ela não tem um documento que comprove essa guarda provisória e aí ela não tem como provar que ela é a responsável pela criança e isso aí o presídio não aceita que ela leve a criança, não pode dentro do regulamento da Seap que a criança entre ainda que seja com a avó para fazer visita a mãe porque a mãe não tem a guarda. Essa distância de filho as deixam mais fragilizadas. E às vezes ela quer sair porque não aguenta mais ficar longe da família, ela quer ter convívio com eles. Algumas vezes a visita não acontece porque a avó é pobre, mora longe, não tem com quem deixar os netos. O marido não visita mesmo, isso eu posso te dizer. Mas agora se o marido está preso e ela ficou do lado de fora, trabalhando para ele, e ou fazendo alguma coisa para ele, e aí ela ia visitando ele, aquela coisa toda! Tudo certo. Só que uma hora ela vai presa também, porque ela está cometendo um crime também, e aí o que ele faz com ela? Ele apenas a substitui. Ele não vai ter a visita dela mais, ela não vai poder levar dinheiro para ele mais, não vai poder fazer o movimento para ele aqui na rua, e aí ele arruma outra mulher que esteja solta e corta a carteirinha dela de visita e arruma uma carteirinha como amiga ou nova companheira e essa outra pessoa passa a ser a mulher dele.*

Essa fala corrobora com o pensamento de que a mulher entra para a criminalidade através da figura masculina e de que a visitação nos presídios femininos são esporádicas e o abandono da família é uma realidade dessas mulheres.

Segundo Luxemburgo (2010) no que tange ainda à relação de mulheres e prisão, cabe dar destaque também àquelas encarceradas indiretamente, que têm filhos, companheiros, ou outros membros da família em situação de aprisionamento, as quais se mantêm exercendo o papel de cuidadoras, acumulado e preservado historicamente. Mesmo vivenciando tempos difíceis de desumanização e individualização das relações, a prática do cuidar ainda corresponde em grande parte ao público feminino, resistindo ao embrutecimento das relações e mantendo relações mais sensíveis. Devido a isso é que familiares que realizam visitas às prisões são, majoritariamente, mulheres, as quais são submetidas a revistas vexatórias, que as violentam moral, física e psicologicamente. Tal prática vem ao encontro do interesse do Estado, pois assim distancia os familiares

daqueles que se encontram encarcerados e permanece ainda mais com poderes de controle contra os presos.

*E a mulher dele que esta presa, que cuidava dos filhos dele, das coisas para ele, que foi presa por causa dele fica abandonada mesmo e ela não tem dinheiro, mas ele tem, uma vez que ele arrumou outra que leva para ele. Já a mulher, ela não consegue arrumar uma visita masculina porque eu não sei, mas se o marido a abandonar, ela não consegue arrumar outro companheiro ou amigo para continuar visitando ela igual o homem faz.*

*Se ele tiver preso ou solto, ele abandona e ele acha que se ela fizer isso com ele, ela tá traindo ele e começa a perseguir ela de certa forma, e aí eu não sei se é por medo ou se é por razão íntima elas não fazem isso e acabam ficando nessa situação. Abandonadas e sozinhas. Varias vezes eu já dei dinheiro, já comprei coca cola, cigarro, remédio.*

Pergunto para ele se durante as audiências existe algum tratamento diferenciado por parte do juiz ou promotor para as mulheres que estão sendo julgadas.

*Durante as audiências o juiz ou o promotor não fazem diferença na aplicabilidade da lei por ser homem ou mulher. O que eu já vi várias vezes é quando tem filho, criança e aí elas as vezes na hora da audiência elas são repreendidas. Eu já vi algumas vezes, juiz e promotor, repreender: 'agora você tá chorando porque seu filho está lá e você não está com ele, mas você quando tava na rua tinha que estar cuidando de você e do seu filho e não tava, você tava fazendo coisa errada na rua.'. eu não vejo fazer com homem esse tipo de repreensão. Talvez porque o homem jogue para a mulher a responsabilidade de cuidar dos filhos, então eles não reclamam de estar com saudade de filho. A mulher tem mais peso a questão de estar cuidando da família em vez de estar fazendo tráfico, cometendo assalto enfim fazendo qualquer tipo de crime. Uma única vez eu vi um juiz, num determinado processo, levar em conta na hora de dosimetrar a pena, questão dela ser mulher e ter cometido crime por conta e culpa do marido. Ele, o marido, a levou a fazer aquilo e ela tinha que fazer aquilo por ser mulher dele, como por exemplo entrar com droga no presídio, traficar para ele. E daí o juiz levou em conta ela ser mulher, mas não mulher no sentido de gênero, mas ela ser mulher do preso, abrandando um pouco mais a pena dela por entender que ela estava fazendo aquilo porque era obrigada.*

Essas falas do Pedro só corroboram com o que já foi discutido e mostrado neste capítulo da dissertação.

Luxemburgo (2010) afirma que a expressão das mulheres presas reflete a máxima opressiva de um Estado Penal e Patriarcal, que rege por práticas totalitárias de controle dos corpos e da subjetividade. No cárcere, expressão central da política penal, as mulheres são oprimidas sequencialmente por carregarem estereótipos que as desqualificam enquanto sujeitos sociais. São as expressões de opressão por serem pobres, negras, jovens, mulheres, mães e presas.

## 2. Debate sobre Monitoramento eletrônico de presos

### 2.1 Breve histórico

Desde a década de 1940, no Canadá, experiências de controle com a manutenção de pessoas em seu domicílio foram iniciadas (JAPIASSÚ; MACEDO, 2008). O monitoramento eletrônico de presos de forma similar a que conhecemos hoje foi criado no início da década de 60 e apenas passou a ser utilizado na década de 80, quando se popularizou principalmente nos Estados Unidos.

O primeiro dispositivo de monitoramento eletrônico foi desenvolvido pelo norte americano Robert Schwitzgebel que era membro da *Science Committee on Psychological Experimentation*, da Universidade de Harvard. A primeira experiência foi realizada no ano de 1964, em Boston, nos Estados Unidos, em 16 jovens reincidentes que estavam usufruindo de liberdade condicional. A experiência foi repetida em Saint-Louis com o fim de reduzir a taxa de suicídios entre jovens detentos. (PRUDENTE, 2012).

A ideia foi aperfeiçoada e, em que pese pode-se apontar como precursor do monitoramento eletrônico de presos o magistrado norte-americano Jack Love, do Estado do Novo México, que teria contatado um engenheiro eletrônico, Michael Goss, a fim de desenvolver o sistema, que foi testado pelo próprio juiz, em 1983, em si mesmo por três semanas, que em seguida determinou a utilização do mecanismo para supervisionar cinco apenados de sua cidade, Albuquerque, no Novo México. Diz-se que a inspiração do juiz norte-americano Jack Love para a idealização do sistema de monitoramento eletrônico de presos teria se dado ao ler uma edição do *amazing spider-man*, (O incrível Homem Aranha) de 1977, onde o vilão usa um bracelete eletrônico no Homem Aranha a fim de monitorar seus deslocamentos. (MARIATH, 2008).

O primeiro dispositivo de monitoração eletrônica passou a denominar-se “*Gosslink*”, decorrente da união da palavra *link* e do sobrenome do engenheiro que a criou. Nascia naquele momento, também, a *National Incarceration Monitor and Control Services* (1986), a primeira empresa a produzir instalações eletrônicas destinadas ao controle de seres humanos – *eletronic monitoring ou tagging*. (PRUDENTE, 2012).

A partir daí, desenvolveram-se os projetos-piloto, notadamente em Washington, na Virgínia e na Flórida e, em 1987, 26 estados americanos já estavam utilizando o monitoramento eletrônico. Nesta década, aliás, ocorreu uma considerável

expansão no uso deste tipo de vigilância, sendo que, em 1988, 2.300 presos estavam sendo monitorados eletronicamente nos Estados Unidos. Após uma década, o número de monitorados já chegava a 95.000 (MARIATH, 2009), o que coincide com a explosão nos números da população carcerária mundial.

Na Europa, o sistema de monitoramento de presos passou a ser adotado, primeiramente, na Inglaterra (1989), Suécia (1994) e Holanda (1995), como modalidade de execução de pena privativa de liberdade e de maneira muito similar à adotada pelos Estados Unidos. (CONTE, 2010).

O monitoramento eletrônico de presos foi implementado nos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Escócia, Reino Unido, Suécia, Holanda, França, Bélgica, Itália, Alemanha, China, Japão, Dinamarca, Espanha, Tailândia, Hungria, Portugal, Suíça, Andorra, Austrália, Noruega, Nova Zelândia, Argentina, Israel, Singapura e África do Sul.

## 2.2 O Monitoramento eletrônico no Brasil

Presentemente, sob a legitimação de leis e do sistema jurídico, vivenciamos uma evidenciação do uso das tecnologias no que tange à segurança e ao sistema penal, o que incorpora o monitoramento eletrônico.

O monitoramento eletrônico de presos, no que se refere a questão terminológica, no Brasil, a legislação adotou o termo *Monitoração Eletrônica* tanto para o equipamento quanto para a medida penal. Entretanto a expressão que se tornou popular e passou a ser amplamente utilizada foi *Monitoramento eletrônico*.

De ordinário, o monitoramento eletrônico de presos, consiste no uso de um dispositivo eletrônico pelo infrator que passaria a ter sua liberdade mitigada ou condicionada, evitando que se aproxime ou distancie de locais predeterminados pelo judiciário. De acordo com a proposta de inclusão do art. 146-A na Lei de Execução Penal, o monitoramento consiste em: *“A vigilância indireta de que trata o caput deste artigo será realizada por meio da afixação ao corpo do apenado de dispositivo não ostensivo de monitoração eletrônica que, a distância, indique o horário e a localização do usuário, além de outras informações úteis à fiscalização judicial.”*

Ao ser introduzido no ordenamento jurídico brasileiro, o uso do monitoramento eletrônico de presos apresentou como objetivo e justificativa para sua implantação a redução da superlotação carcerária; redução dos gastos penitenciários e a redução da taxa de reincidência.

As finalidades do sistema de monitoramento eletrônico podem ser a detenção, a restrição e a vigilância. A detenção assegura a permanência do indivíduo em determinado lugar. Em termos de restrição, utiliza-se o monitoramento eletrônico para garantir que o indivíduo não frequente determinados locais ou para que não se aproxime de certas pessoas, em especial testemunhas, vítimas e coautores. A vigilância permite controle e acompanhamento de todos os atos praticados pelo monitorado de forma irrestrita. (JAPIASSÚ; MACEDO, 2008).

Apenas em 2001, projetos de lei começaram a surgir no Congresso Nacional para tratar da monitoração eletrônica, especialmente em função da superlotação dos estabelecimentos prisionais (MARIATH, 2009). Contudo, as discussões a respeito da utilização da monitoração eletrônica ganharam fôlego em 2007, quando o juiz, Bruno Azevedo, da VEP da Comarca de Guarabira, no estado do Paraíba, divulgou a informação de que seria testado o sistema de monitoramento eletrônico em cinco presos

do regime fechado da cidade, em parceria com a empresa INSIEL, denominando o projeto “Liberdade Viglada, Sociedade Protegida”. (MACHADO, 2008).

Nos anos seguintes, os estados do Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso do Sul, Alagoas e o Distrito Federal, realizaram testes com o monitoramento eletrônico, sempre com presos que concordaram em realizar a experiência, além de terem debates sobre a regulamentação de seu uso em andamento no legislativo estadual.

No ano de 2009, com a aprovação do <sup>12</sup>Plano de Gestão para o funcionamento de Varas Criminais e de Execução Penal, pelo Conselho Nacional de Justiça, foi observada proposta que tratava de alteração legislativa que incluía o monitoramento eletrônico para o cumprimento de pena em regime domiciliar.

O Projeto de Lei do Senado 175/2007 – Projeto de Lei nº 1.288/07 na Câmara dos Deputados -, proposto pelo Senador Magno Malta, que visava alterar o Código Penal e a LEP, condensou outros projetos que contemplavam matéria idêntica, prevendo a vigilância com o uso de equipamento de rastreamento eletrônico do condenado. Em 2009, foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, o parecer do Projeto de Lei do Senado 175/2007, que teve como relator o Senador Demóstenes Torres, que ao relatar a proposição, destacou que inicialmente o Projeto de Lei previa que a decisão judicial que autoriza a progressão para o regime aberto ou que concede o livramento condicional poderia ser acompanhada pela determinação de o condenado utilizar equipamentos de rastreamento eletrônico como condição de obtenção de tais benefícios. Destacou, ainda, o relator, que a proposição foi ampliada para incluir a possibilidade também no cumprimento de pena em regime semiaberto, nas saídas temporárias, ou mesmo no regime fechado, quando assim entender o juiz da execução penal, sendo esta ampliação de iniciativa do senador Aloizio Mercadante. (OLIVEIRA; AZEVEDO, 2012).

Ainda, segundo Oliveira e Azevedo (2012), em outubro de 2009, o Conselho Nacional de Justiça manifestou-se em sentido favorável à substituição do cumprimento das penas privativas de liberdade em regime semiaberto e aberto pelo monitoramento eletrônico, o que reacendeu o debate. Em questão deliberativa do Senado Federal, em turno único, foi aprovado o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº

---

<sup>12</sup> Link para a reportagem: <http://www.conjur.com.br/2010-mar-09/cnj-aprova-plano-gestao-dar-eficiencia-varas-criminais> acesso em 25 de mar. 2015.

175/2007, em 19 de maio de 2010, com restabelecimento de dispositivos do projeto original, sendo encaminhado à sanção presidencial. Assim, com um conjunto de vetos<sup>13</sup> que foram justificados pelo Ministro da Justiça, é sancionada a Lei Ordinária nº 12.258/2010, que prevê a permissão legal para o uso do sistema de monitoramento eletrônico nas hipóteses de autorização de saída temporária no regime semiaberto e na prisão domiciliar.

A Lei nº 12.258/2010 alterou a Lei de Execução Penal nº 7.210/84, introduzindo a possibilidade de aplicação do monitoramento eletrônico em dois casos estritos: a) saída temporária ao preso que estiver em cumprimento de pena em regime semiaberto; b) quando a pena estiver sendo cumprida em prisão domiciliar. A Lei ainda instrui acerca dos deveres e cuidados que o condenado deverá adotar com o equipamento eletrônico<sup>14</sup>.

Já a Lei nº 12.403/11 alterou o Código de Processo Penal, admitindo a monitoração eletrônica como medida cautelar diversa da prisão (artigo 319, inciso IX), com o objetivo de ser um esforço para reduzir o alto índice de presos provisórios – 41% do universo prisional, de acordo com os dados do Infopen. (BRASIL, 2015a). Neste caso a monitoração que ficava restrita à fase da execução penal, é ampliada ao público não sentenciado no curso do inquérito policial e mesmo aos acusados ao longo da ação penal.

---

<sup>13</sup> “A adoção do monitoramento eletrônico no regime aberto, nas penas restritivas de direito, no livramento condicional e na suspensão condicional da pena contraria a sistemática de cumprimento de pena prevista no ordenamento jurídico brasileiro e, com isso, a necessária individualização, proporcionalidade e suficiência da execução penal. Ademais, o projeto aumenta os custos com a execução penal sem auxiliar no reajuste da população dos presídios, uma vez que não retira do cárcere quem lá não deveria estar e não impede o ingresso de quem não deva ser preso.”

<sup>14</sup> Art. 146-C. O condenado será instruído acerca dos cuidados que deverá adotar com o equipamento eletrônico e dos seguintes deveres: (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

I - receber visitas do servidor responsável pela monitoração eletrônica, responder aos seus contatos e cumprir suas orientações; (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

II - abster-se de remover, de violar, de modificar, de danificar de qualquer forma o dispositivo de monitoração eletrônica ou de permitir que outrem o faça; (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

III - (VETADO); (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

Parágrafo único. A violação comprovada dos deveres previstos neste artigo poderá acarretar, a critério do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa: (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

I - a regressão do regime; (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

II - a revogação da autorização de saída temporária; (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

III - (VETADO); (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

IV - (VETADO); (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

V - (VETADO); (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

VI - a revogação da prisão domiciliar; (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010)

VII - advertência, por escrito, para todos os casos em que o juiz da execução decida não aplicar alguma das medidas previstas nos incisos de I a VI deste parágrafo. (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010).



A Lei nº 12.403/11 inicialmente indica a capacidade de colaborar no enfrentamento ao alto número de presos provisórios. Contudo, pesquisa publicada recentemente pelo IPEA sobre o excesso de prisão provisória no Brasil revela que “(...) os princípios constitucionais que objetivam proteger direitos como a liberdade, a presunção de inocência, o devido processo e a ampla defesa não têm obtido concretização, mesmo diante das recentes alterações legislativas de natureza processual penal, como é o caso da recente lei das medidas cautelares alternativas à prisão, 12.403/2011.” (Lemgruber et al, 2013 apud Brasil, 2015a). Com as audiências de custódia, a pessoa presa em flagrante deverá ser apresentada a um juiz no prazo de 24 horas. Durante a audiência o juiz definirá se há necessidade do encaminhamento ao presídio ou cumprimento de medida alternativa, como por exemplo, o uso da tornozeleira eletrônica. A partir das audiências de custódia, existe ainda a previsão da expansão da monitoração eletrônica.

Decerto não se pode negar, que há um direcionamento do debate acerca do monitoramento eletrônico, para uma perspectiva de limitação do encarceramento, do desafogamento do sistema carcerário e da redução de custos. Contudo, o monitoramento eletrônico aparece como um recurso simbólico de endurecimento penal, incentivado pela demanda punitiva, uma vez que sujeita o apenado a um controle penal ampliado, com vigilância constante, 24h, que agrava o regime de execução penal.

### 2.3 A tecnologia empregada no monitoramento eletrônico

A monitoração eletrônica que vem sendo desenvolvida no Brasil combina soluções em hardware e software, consistindo na implantação de um dispositivo eletrônico no corpo do indivíduo (indiciado ou condenado) que passa a ter restrições em sua liberdade, sendo observado - monitorado – por uma central de monitoração criada e gerida pelo governo do Estado. (BRASIL, 2015a).

Existem três gerações de tecnologia que foram empregadas nos sistemas do monitoramento eletrônico de presos desde as suas primeiras experiências. A primeira geração de mecanismos de controle contou com a tecnologia de transmissão de dados de rádio frequência o que permitia saber a localização do monitorado. Logo permitia saber se o mesmo estava no local predeterminado, em um ponto especificado do tempo, mas era incapaz de controlar os movimentos do monitorado.

Assim, passou a existir mais interesse na tecnologia do *Sistema de Posicionamento Global por Satélite*, popularmente conhecido como GPS, aumentando, assim, a vigilância sobre os monitorados na sociedade. Disponível em formatos ativos e passivos, a tecnologia GPS é capaz de monitorar continuamente o movimento de um indivíduo 24 horas por dia em “tempo real” quando os sistemas ativos são utilizados. Além disso, áreas de inclusão e exclusão podem ser programadas, designando as localidades geográficas nas quais um indivíduo tem ou não a permissão para entrar e permanecer de acordo com prescrição judicial. (BRASIL, 2015a). O GPS passivo opera de maneira semelhante, mas os dados de localização e movimentação são baixados, geralmente uma vez por dia, quando o monitorado retorna para casa e coloca o dispositivo em uma base que se conecta à central de controle. Em ambas as suas formas, ativas e passivas, a tecnologia GPS opera essencialmente por receber sinais de uma constelação de satélites capazes de triangular uma posição, armazenar ou comunicar esse local para um centro de monitoramento. (CORRECTIONAL SERVICE OF CANADA, 2007 apud BRASIL, 2015a).

A tecnologia operada por GPS é encontrada em todos os estados brasileiros. A monitoração funciona por meio de um dispositivo colocado no tornozelo, recebendo o nome “tornozeleira eletrônica” ou simplesmente “tornozeleira”, podendo ser adaptada para uma pulseira, cinto e um microchip implantado no corpo humano (em fase de testes nos Estados Unidos e Inglaterra). (MACIEL, 2014).

O equipamento de monitoração eletrônica, a tornozeleira eletrônica, foi projetado para ser utilizado pelo monitorado a partir do momento em que é concedido o seu uso pelo juiz da Vara de Execução Penal e perdura por todo o tempo da medida imposta. A monitoração é contínua, permitindo-se atestar o cumprimento da medida, ou seja, se o monitorado se encontra na área de inclusão ou exclusão. A área de inclusão é o perímetro permitido por onde o monitorado pode transitar e a área de exclusão é fora do perímetro permitido.

A tornozeleira possui uma bateria recarregável e emite sinais de alarme específicos caso haja baixa de carga ou mau funcionamento. As fibras óticas são utilizadas para detectar qualquer dano ao equipamento ou tentativa de violação, sendo o sinal transmitido às centrais de monitoramento. A tornozeleira pesa cerca de 150 gramas e é lacrada no corpo do monitorado no início da execução da pena ou cumprimento de medida cautelar.

A pioneira e maior empresa de monitoramento eletrônico da América do Sul é a SpaceCom SA. Essa empresa informa em sua página na internet<sup>15</sup>, que desde 1996 está no mercado e atua no desenvolvimento de produtos e soluções de segurança pública, telecomunicações e tecnologia da informação. Busca desenvolver soluções diferenciadas e inteligentes sempre visando a melhor relação custo x benefício para seus clientes, além de toda a tecnologia desenvolvida ser 100% brasileira. Diante desses fatos, não se pode negar que o discurso da empresa faz com que pensemos que o monitoramento eletrônico é encarado, evidentemente, como um benefício para o réu e para o Estado.

Segundo Maciel (2014), o Estado, por sua vez e mais uma vez, afirma sua eficácia política e simbólica, sua supremacia no controle e vigilância sob o argumento muito bem elaborado e justificado pela ciência, tecnologia e economia de mercado.

O Sistema de Acompanhamento de Custódia 24 Horas (SAC24) é uma solução completa de hardware e software para monitoramento eletrônico concebida e desenvolvida pela SpaceCom, fornecendo para o estado os dispositivos a serem portados pelos monitorados, o apoio da central de monitoramento SpaceCom para monitoramento dos monitorados e suporte às unidades prisionais, além de alocar e gerenciar os servidores do sistema em 2 data centers fisicamente distintos.

---

<sup>15</sup> Endereço eletrônico da empresa: <http://www.spacecom.com.br/>

**Imagem 1: Monitoração eletrônica através do software de monitoramento SAC24.**



Ainda sob o entendimento da empresa o monitoramento eletrônico apresenta vantagens evidentes: possibilita ao monitorado um melhor retorno a sociedade, uma vez que ele não sofreria com efeitos deletérios do cárcere e não teria contato direto com presos “perigosos”; a redução dos custos de manutenção de um preso; a rapidez e agilidade na mudança da área de monitoração; acesso aos dados de qualquer terminal conectado a internet, em tempo real e a segurança uma vez que seus aparelhos de monitoração estão de acordo com as normas brasileiras e são resistentes e confiáveis, o sistema possui criptografia de dados o que garante segurança das informações transmitidas e todo o acesso é realizado usando usuários e máquinas pré cadastradas.

Com a assinatura do contrato para <sup>16</sup>5.000 monitorados com o estado do Rio de Janeiro, a SpaceCom alcançou a marca de 36.082 monitorados contratados pelos governo federal e governos estaduais brasileiros. Atua nos estados do Acre, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo e na Justiça Federal do Paraná.

A empresa possui dois modelos de equipamentos de monitoração eletrônica: o dispositivo de única peça e o dispositivo de duas peças. O dispositivo de duas peças conta com a tornozeleira e a UPR (Unidade Portátil de Rastreamento). Enquanto monitorado, o indivíduo deve usar a Unidade Portátil de Rastreamento (UPR) juntamente com a tornozeleira, mantendo uma distância máxima entre eles – 30 metros. Esses dispositivos se comunicam de forma criptografada através de rádio frequência. As informações de localização (GPS) e de alarmes adquiridas pela UPR são transmitidas

<sup>16</sup> Dados informados pela empresa SpaceCom e disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.spacecom.com.br>

para os servidores SpaceCom via rede de telefonia celular (GPRS) e disponibilizadas via interface Web. Com isso, a instituição/central de monitoramento tem acesso aos dados de monitoramento de qualquer terminal conectado a Internet em tempo real. Os dispositivos de monitoramento SpaceCom são os únicos que contam com suporte a 2 simcards. Isto significa que a área de cobertura é, no mínimo, igual a soma da área de cobertura de 2 operadoras de telefonia móvel. Além de uma área de cobertura muito mais abrangente, a redundância na comunicação aumenta muito a capacidade do sistema de continuar operando normalmente caso uma das operadoras de telefonia esteja com problemas na transmissão ou caso o monitorado se encontre em uma área de sombra.

Os equipamentos são independentes da operadora. Para que o sistema transmita os dados utilizando uma nova operadora, basta simplesmente efetuar a troca de um dos simcards, assim como acontece com um celular comum (a troca não pode ser feita diretamente pelo monitorado pois os dispositivos são fortemente lacrados e não podem ser abertos por este). Detalhes e características técnicas do equipamento estão disponíveis no anexo 1. Abaixo imagem do equipamento de duas peças.

**Imagem 2: equipamento com duas peças.**



Fonte: <http://www.spacecom.com.br/?s=mon&ss=2p>

O dispositivo de peça única possui funcionamento similar. O equipamento deve ser portado no tornozelo pelo indivíduo. Possui fácil manuseio, alta segurança na transmissão e armazenamento das informações e são robustos. O equipamento utiliza as informações de localização (GPS) e de alarmes que são transmitidas para os servidores SpaceCom via rede de telefonia celular (GPRS) e disponibilizadas via interface web. Com isso, a instituição/central de monitoramento tem acesso aos dados de monitoramento de qualquer terminal conectado a Internet em tempo real. No anexo 2

mais informações técnicas e características do equipamento. Abaixo a imagem do dispositivo de peça única.

### **Imagem 3: equipamento de dispositivo único**



Fonte: <http://www.spacecom.com.br/?s=mon&ss=1p>

Nas centrais de monitoração, funcionários acompanham os monitorados através de grandes telas de televisão que ampliam o sistema, facilitando o trabalho da vigilância. O sistema é construído a partir de informações precisas sobre o comportamento e localização em determinados períodos de tempo de cada monitorado individualmente armazenadas num banco de dados. De forma combinada, mapas eletrônicos com caracterização por satélite auxiliam as tarefas dos funcionários na missão de localizar com exatidão os trajetos dos monitorados. O exato local e o controle em tempo real é possibilitado, como já sublinhado, por meio de GPS (forma ativa). A central de monitoramento não tem acesso a qualquer dado ou foto do sentenciado. A SpaceCom monitora os monitorados através de números aleatórios gerados pelo próprio sistema (ex.: M35764). Abaixo imagem de uma Central de Monitoramento.

### **Imagem 4: Central de monitoramento**



Fonte: [http://www.spacecom.com.br/imagens/central\\_novo.jpg](http://www.spacecom.com.br/imagens/central_novo.jpg)

Há normas e procedimentos que possuem previsão legal e devem ser observados pelo monitorado, como: o respeito aos limites definidos quanto a áreas de inclusão e também de exclusão, incluindo horários, quando estabelecidos pelo juiz; o controle quanto às recargas de bateria, possibilitando a sua conexão com a central e permanente vigilância; o cuidado com o dispositivo – tornozeleira -, evitando possíveis danos ao equipamento. Inobservância e descuido envolvendo qualquer um desses aspectos pode gerar descumprimento, isto é, violação. Toda violação é identificada pelo sistema, demandando resposta e intervenção da equipe que lida no setor de vigilância propriamente dito, na “ponta” dos serviços de monitoração. Em alguns casos, as centrais estabelecem metas atreladas ao tratamento das violações. Os protocolos, quando existentes, são incipientes ou pouco institucionalizados. Ademais, não há padronização em âmbito nacional capaz de definir o tratamento que cada tipo de violação deve gerar. (BRASIL, 2015a).

## 2.4 O Monitoramento eletrônico no estado do Rio de Janeiro

No estado do Rio de Janeiro, recorte geográfico desse trabalho, o sistema de monitoração é de responsabilidade da Secretária do Estado de Administração Penitenciária – SEAP e acompanhado pela Vara de Execuções Penais - VEP, que determina quais detentos devem usar o monitoramento eletrônico. É concedido a apenados que progrediram de regime de pena; que estão em prisão domiciliar e ou que estão em cumprimento de medida cautelar.

No caso de qualquer infração às determinações relacionadas ao uso dos aparelhos de monitoramento eletrônico, um dispositivo de segurança aciona o alarme que é disparado na Central de Monitoramento. Existem três situações que o alarme é acionado: se o apenado morrer, que é detectado pela falta de batimentos cardíacos; se os lacres da tornozleira forem rompidos; se o apenado sair do perímetro determinado e cadastrado na Central de Monitoramento e na SEAP. A secretaria tem acesso remoto ao sistema e liga para o apenado passando instruções de segurança. E em casos de desvio de conduta e ou infrações, pode determinar uma punição.

O equipamento permite o rastreamento do apenado em tempo real, podendo ser visualizado em um mapa, em fotos de satélite ou ainda em mapas híbridos – fotos de satélite com ruas -. Nesta hipótese, o vigia saberá não só a localização do apenado em dado momento, mas também poderá acompanhar sua movimentação a cada instante, podendo, inclusive, determinar sua velocidade.

Em reportagem recente datada de março de 2015<sup>17</sup>, o site do Globo publicou uma matéria assinada por Vera Araújo, Tiago Dantas e Stella Borges, onde aponta falhas no uso do monitoramento eletrônico de presos no estado do Rio de Janeiro. O pagamento ao consórcio responsável pelo monitoramento está atrasado desde junho do ano passado e apenas 732 dos 1.362 aparelhos distribuídos funcionam plenamente. Além disso, ao contrário do que acontece em outros estados, eventuais casos de ruptura ou de ultrapassagem dos perímetros fixados pela Justiça não são comunicados imediatamente. No Rio de Janeiro, a polícia só é acionada 24 horas depois.

Essa possibilidade de rastreamento é chamada de retrospectiva, no qual o sistema registrará por onde o apenado transitou ao longo do dia e enviará um relatório consolidado diariamente à Central, com estas informações. É o modelo de menor custo

---

<sup>17</sup> Link para a reportagem: <http://oglobo.globo.com/rio/monitoramento-de-condenados-com-tornozleiras-eletronicas-sujeito-falhas-no-rio-15517444> Acesso em: 21 de abr. 2015.



operacional e que de acordo com a reportagem é o que vem sendo utilizado no Estado do Rio de Janeiro.

Até março de 2015, quando o indivíduo com tornozeleira se afastava do perímetro delimitado por um juiz, o aparelho emitia uma luz e apitava, mas esses alertas só são perceptíveis para quem o usa. Um sinal era enviado pelo Consórcio de Monitoramento Eletrônico de Sentenciados, empresa que era responsável pela monitoração de presos, que fica em São Paulo, para uma central da Superintendência de Inteligência do Sistema Penitenciário – SISPEN - da SEAP, responsáveis por acionar a polícia e a VEP.

Em maio de 2015, o estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Administração Penitenciária, assinou contrato de monitoração eletrônica de presos com outra empresa, a Spacecom, com o propósito de retomada e crescimento do monitoramento eletrônico de presos.<sup>18</sup> O contrato de 12 meses com a SpaceCom SA, custou R\$ 12,87 milhões. A escolha da empresa, no entanto, foi feita sem licitação.

Ainda falando sobre o uso da tornozeleira de monitoramento eletrônico no estado do Rio de Janeiro, em reportagem<sup>19</sup> o jornal Extra, informa que logo que começou a fornecer tornozeleiras eletrônicas no estado do Rio, a SpaceCom causou grande polêmica entre os presos monitorados. O equipamento, composto apenas por um módulo, obriga os detentos a ficarem conectados à tomada enquanto a tornozeleira é carregada. Além disso, o aparelho ainda apita e vibra a cada dez minutos. Imagem abaixo. A Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro questionou a SpaceCom sobre a possibilidade de as tornozeleiras terem dois módulos, um para carregar na tomada e o outro para ficar com o detento.

---

<sup>18</sup> Link para a reportagem: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/empresa-que-vai-fornecer-tornozeleiras-eletronicas-para-presos-do-rio-foi-escolhida-sem-licitacao-16313131.html#ixzz4JqLGiRnc>  
Acesso em: 10 de jun. 2015.

<sup>19</sup> Link para a reportagem: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/major-responsavel-por-monitoramento-de-presos-com-tornozeleiras-eletronicas-deixa-cargo-apos-denuncias-do-extra-11973160.html#ixzz4KDFWsvkD> Acesso em: 10 de jun. 2015.

**Imagem 5: Dispositivo com peça única onde detento precisa ficar atado na tomada para recarregar bateria da tornozeleira.**



Fonte: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/major-responsavel-por-monitoramento-de-presos-com-tornozeleiras-eletronicas-deixa-cargo-apos-denuncias-do-extra-11973160.html>

Representante da Spacecom, Sávio Bloomfield defende o equipamento fornecido pela sua empresa: *“Estamos em 14 estados do Brasil hoje. Monitoramos por mês mais de 13 mil pessoas. Os presos (do Rio) vão carregar (a tornozeleira) como todos os presos no Brasil fazem. É uma restrição.”*

O equipamento de monitoração eletrônica deverá ser utilizado de modo a respeitar a integridade física, moral e social da pessoa monitorada. A integridade moral e social está estritamente vinculada à proteção da honra, imagem, privacidade, dignidade e, por conseguinte, dos dados pessoais dos monitorados, sobretudo pelo risco que sua má utilização apresenta. (BRASIL, 2016).

<sup>20</sup>Sobre as reclamações dos presos, a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro informou que as antigas tornozeleiras de dois módulos davam problemas por ter essa configuração, e ressaltou que o carregador do novo equipamento possui dois metros de comprimento. *“Este formato é eficientemente propício ao controle dos monitorados, visto que os aparelhos com duas peças, quando afastados um do outro, ou em desacordo no funcionamento – um desligado e outro ligado – gerava conflitos, configurando evasão”*, informou a nota da secretaria.

<sup>21</sup>Em dezembro de 2015, quando surgiram os primeiros sinais da crise financeira que assola o Rio de Janeiro, a Seap informa que 902 pessoas acusadas de crimes, e que

<sup>20</sup> Link para a reportagem: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/empresa-que-vai-fornecer-tornozeleiras-eletronicas-para-presos-do-rio-foi-escolhida-sem-licitacao-16313131.html#ixzz4JqLGIRnc>  
Acesso em: 10 de jun. de 2015.

<sup>21</sup> De acordo com a direção da empresa paranaense SpaceCom, que desde 2014 tem contrato com a Seap para fornecer as tornozeleiras, a dívida do estado do Rio de Janeiro hoje chega a cerca de R\$ 2,8 milhões.

deveriam estar sob monitoramento, foram libertadas sem as tornozeleiras eletrônicas, que deixaram de ser entregues ao estado por falta de pagamento à empresa fornecedora. Todos estão em regime de prisão domiciliar, por ordem da Justiça.

Desde que o contrato foi firmado, em julho de 2014, aproximadamente 1.700 presos receberam os kits de monitoração eletrônica fornecidas pela SpaceCom no Rio. Esses kits possuem tornozeleiras, cinta, duas travas, ferramenta de corte da cinta, alicate de bico para retirar as travas e chave de fenda para estourar o lacre. A direção da empresa faz questão de frisar que, embora os pagamentos tenham sido suspensos no fim de 2015, o serviço de monitoramento continua a ser prestado normalmente – apenas a entrega de novos kits de tornozeleiras e a manutenção das tornozeleiras em uso foram suspensas.

Na cidade de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, fica localizado anexo ao Presídio Nilza da Silva Santos, o Patronato Magarino Torres, onde ocorre a colocação e manutenção das tornozeleiras de monitoramento eletrônico dos monitorados da região norte e noroeste fluminense.

O Patronato Magarino Torres. é um órgão do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro pertencente a Secretaria do Estado do Rio de Janeiro de Administração Penitenciária subordinada a Subsecretaria da Adjunta do Tratamento Penitenciário. É uma Instituição pública destinada a realizar o cumprimento dos benefícios penais de: Liberdade Condicional (LC), Sursi, Prisão Albergue Domiciliar (PAD), Prisão Albergue Domiciliar Monitorada (PADM), Limitação de Final de Semana (LFS) e Prestação de Serviços a Comunidade (PSC). O Patronato entrega ao egresso uma cartilha, onde pretende divulgar a sua clientela como cumprir adequadamente sua pena e ajuda-los a resolver as dificuldades que possam leva-los ao descumprimento da pena e ao possível retorno ao Sistema Penitenciário por falta de informação.

De acordo com o documento, intitulado A Implementação da Política de Monitoração Eletrônica de Pessoas no Brasil – Análise Crítica do Uso da Monitoração Eletrônica de Pessoas no Cumprimento de Pena e na Aplicação de Medidas Cautelares Diversas da Prisão e Medidas Protetivas de Urgência, realizado em parceria com o

---

No mês de julho de 2016, representantes da secretaria informaram que os pagamentos deverão ser regularizados, no entanto, informou que ainda não há previsão de quando a dívida será quitada e nem confirmou o valor da dívida. Link para a reportagem: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/07/sem-monitoramento-mais-de-900-pessoas-voltam-para-ruas-no-rj.html> Acesso em: 14 de julho de 2016.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o levantamento dos dados foi feito entre fevereiro e julho de 2015 pelo Depen, existem 1.436 pessoas monitoradas simultaneamente no estado do Rio de Janeiro, o que representa 71,8% da capacidade total contratada, que é de 2000 pessoas monitoradas simultaneamente. Informalmente<sup>22</sup>, em outubro de 2015, havia 48 mulheres monitoradas na região norte e noroeste do estado.

Ainda de acordo com dados revelados na pesquisa acima, existem 1400 monitorados no regime aberto em prisão domiciliar e 36 monitorados cumprindo medida cautelar diversa da prisão no estado do Rio de Janeiro.

---

<sup>22</sup> Numa visita realizada em outubro de 2015 para conhecer as instalações e serviços disponíveis do Patronato Magarino Torres, recebi a informação, após a contagem em livro de controle, de que havia 48 mulheres monitoradas na região norte e noroeste.

## 2.5 Análise da aplicação do monitoramento eletrônico no Brasil

A Spacecom S/A aparece como a empresa responsável por cerca de 90% dos contratos de monitoramento eletrônico com as secretarias estaduais de segurança pública, registrando um crescimento de 296% entre 2010 e o final do ano passado. A empresa, avalia que o salto no número de presos monitorados tem ligação direta com o avanço das operações da Polícia Federal. A previsão é que o caixa mais apertado dos Estados pode alavancar ainda mais o mercado de monitoramento eletrônico. O custo para vigiar um preso a distância varia entre R\$ 240 e R\$ 500 por mês. De acordo com o Ministério da Justiça, o gasto médio por detento mantido no sistema prisional vai de R\$ 1,6 mil a R\$ 4 mil por mês<sup>23</sup>.

Os dados apresentados a seguir, incluindo a imagem abaixo, são referentes ao levantamento realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN - entre fevereiro e julho de 2015. A análise desses dados será apresentada no desenvolvimento do capítulo.

**Imagem 6: Dados nacionais acerca do monitoramento eletrônico.**



Fonte: <http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/100000790092/crise-passa-longo-do-setor-de-tornozeiras-eletr%C3%B4nicas.html>

Ao observarmos a imagem percebemos que 17 estados já implementaram a monitoração eletrônica e 2 estados estão em fase de testes; 7 estados já apresentaram

<sup>23</sup> Link para a reportagem: <http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/100000790092/crise-passa-longo-do-setor-de-tornozeiras-eletr%C3%B4nicas.html> Acesso em fev. de 2016.

projeto de implementação. Apenas o Amapá não implementou e nem apresentou projeto visando a monitoração eletrônica.

Nessa direção, cabe ressaltar o fomento da política através de convênios entre o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN - e as Unidades da Federação iniciados no final do ano de 2013, com investimento de quase R\$ 9 milhões nos serviços de monitoração nos dois últimos anos. Sublinhando a recente prioridade neste ponto específico da política penal, está previsto o investimento de R\$ 26 milhões nos serviços de monitoração eletrônica para o exercício de 2015. A política de monitoração fomentada pelo DEPEN abrange 10 Unidades Federativas, sendo que dos 10 convênios, 6 foram celebrados no ano de 2014. Alagoas, Goiás, Espírito Santo e Maranhão já desenvolvem os serviços de monitoração com recursos próprios e adicionalmente têm convênios firmados com DEPEN no sentido de expandir os serviços. Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Santa Catarina e Tocantins também têm convênios firmados com o DEPEN, visando a implementação dos serviços de monitoração. (BRASIL, 2015a).

Sobre a capacidade máxima de pessoas monitoradas simultaneamente no Brasil pela previsão contratual é de 40.431 usuários. Contudo, o total de pessoas monitoradas simultaneamente é de 18.172, o que deixa claro que o sistema de monitoração eletrônica, mesmo em expansão e crescimento, não trabalha com 100% da sua capacidade prevista e nem contratada.

Sobre a utilização do monitoramento eletrônico no Brasil segundo regimes ou medidas aplicadas percebe-se que 86,18% das pessoas monitoradas encontram-se em execução penal: regime aberto em prisão domiciliar (25,91%); regime semiaberto em prisão domiciliar (21,87%); regime semiaberto em trabalho externo (19,89%); saída temporária (16,57%); regime fechado em prisão domiciliar (1,77%); livramento condicional (0,17%).

As medidas cautelares diversas da prisão (8,42%) e as medidas protetivas de urgência (4,21%) que juntas somam apenas 12,63% podem indicar a possibilidade de alternativa ao encarceramento, atendendo ao objetivo de sua criação. Fica evidente que a monitoração eletrônica vem sendo utilizada de maneira tímida nas medidas cautelares diversas da prisão (8,42%). Isso indica que há 1.450 pessoas monitoradas em cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão, apresentando pouco impacto na redução do número de presos provisórios no país, que chega a 250.213 pessoas num

universo de 607.731 pessoas encarceradas. Ou seja, 41% das pessoas privadas de liberdade são presos sem condenação, a mesma proporção de pessoas em regime fechado (BRASIL, 2015a).

As medidas protetivas de urgência igualmente não são focalizadas na política de monitoração, compreendendo 4,21% dos serviços. Ou seja, 725 pessoas monitoradas cumprem medidas protetivas de urgência num universo de 18.172 pessoas.

Esse quadro indica, a condução da política de monitoração eletrônica, aplicada como ferramenta de controle na execução penal, mesmo nas hipóteses que têm previsão legal questionada, como, por exemplo, regime semiaberto em trabalho externo e liberdade condicional, o que corresponde a 19,89% e 0,17% dos serviços, isto é, 3.425 e 29 pessoas monitoradas respectivamente. (BRASIL, 2015a).

Em relação ao número de pessoas monitoradas por estados, São Paulo lidera o ranking com o maior número de pessoas monitoradas, seguido de Minas Gerais, Pernambuco, Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Espírito Santo é o estado que proporcionalmente apresenta o maior índice de pessoas monitoradas na etapa de instrução penal - 95,8% das pessoas monitoradas cumprem medidas cautelares diversas da prisão e as medidas protetivas de urgência. Apenas Goiás informou monitorar pessoas em liberdade condicional, apesar dessa hipótese de utilização ter sido vetada no momento de sanção da Lei nº 12.528/2010. Os estados que não concentram os serviços de monitoração unicamente na execução penal são Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia. (BRASIL, 2015a).

Sobre a divisão por gênero, 88% do público da política de monitoração eletrônica é voltada para os homens sendo apenas 12% para as mulheres. Levando em consideração o relatório de pesquisa realizado pelo IPEA, *A aplicação de Penas e Medidas Alternativas*, nas varas criminais as informações contidas nos processos mostram que 90,3% dos acusados são do sexo masculino e 9,7% do sexo feminino.

Observamos que esse padrão é encontrado também na execução penal propriamente dita, por isso os números referentes ao aprisionamento feminino mesmo mostrando crescimento ainda é bem baixo em relação ao aprisionamento masculino. Esses levantamentos nos fazem pensar que a monitoração eletrônica é utilizada como medida de controle social afastando-se de um de seus objetivos de implantação, que é o desencarceramento.

Podemos perceber que quanto maior o rigor penal, maior a predominância de homens. Os dados sinalizam que os aparatos do sistema punitivo, próprios da esfera formal e pública de controle, estão dirigidos primordialmente ao público masculino, sendo reservadas às mulheres os mecanismos de controle próprios das relações domésticas, sobretudo o controle informal e privado. (BRASIL, 2015a).

Conforme já mencionado, todos os estados brasileiros que implementaram a política da monitoração eletrônica de presos fazem uso da tecnologia de posicionamento global por satélite, GPS. O custo médio mensal por pessoa monitorada, segundo o relatório do Diagnóstico de monitoração de pessoas, varia de R\$167,00 a R\$660,00 nas Unidades Federativas que têm a política implementada. A média do custo é R\$301,25 e a mediana R\$240,95. Algumas defesas acerca da ampliação dos serviços de monitoração costumam se pautar na ideia da redução de custos. Mesmo que a monitoração eletrônica possa sugerir uma “economia” de recursos se comparada aos custos do sistema prisional, como ela prevalece na execução, isso pode implicar na prática em uma duplicação nos gastos. (BRASIL, 2015a).

Ainda assim, calcular o custo de uma política pública é uma tarefa complexa, que envolve muito mais que um simples cálculo matemático, pois é imprescindível considerar outros fatores e dinâmicas sociais que estão implicadas e intimamente relacionadas ao tema e o impacto promovido em diferentes áreas e sistemas públicos de saúde, educação, assistência social e trabalho, entre outros. Uma política pública não pode ser construída apenas a partir de planos ou disposições legislativas considerados em abstrato; deve levar em conta os sujeitos que atuam no cotidiano da implementação e que dão sentido e substância àquelas orientações e disposições.

Sobre os trabalhadores que atuam no segmento da política de monitoração eletrônica de pessoas, a equipe é imperada por agentes penitenciários seguidos de funcionários da empresa contratada. Em apenas 35% dos estados – Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Piauí e Rio Grande do Sul – a equipe psicossocial aparece, o que demonstra que o foco da política não é o monitorado. A equipe psicossocial é constituída por profissionais como psicólogos e assistentes sociais.

Ademais, a simples existência destes profissionais nas centrais não necessariamente indica atenção individualizada, atendimento e acompanhamento psicológico, orientação atendimento ambulatorial e encaminhamentos para a rede de assistência social. As funções e atribuições geralmente não são formalizadas e a



estrutura das centrais inviabiliza a prestação adequada dos serviços psicossociais. (BRASIL, 2015a).

A ausência de informações integradas entre Poder Executivo e Poder Judiciário impedem, atualmente, a aferição de indicadores capazes de mensurar o impacto da monitoração eletrônica na redução do encarceramento, inclusive no caso de sua utilização no âmbito das medidas cautelares diversas da prisão. Além disso, são poucas as pesquisas realizadas para aferir o efeito do uso das “tornozeleiras” nas pessoas monitoradas, quanto aos aspectos de dessocialização, estigmatização e danos físicos e psicológicos. O diagnóstico supracitado apresenta, contudo, indicativos de uma série de violações aos direitos. 86,18% das pessoas monitoradas estão na fase de execução penal (BRASIL, 2015a).

Esse indicador revela a utilização precária da monitoração como alternativa à prisão e, de forma mais abrangente, a potencialidade punitiva ainda dominante no imaginário social quando o assunto perpassa a arena penal. A monitoração, por si só, pode ser considerada uma medida constrangedora e altamente capaz de degradar a vida social do indivíduo nos âmbitos da família, do trabalho e demais relações sociais. Nesse sentido, foi apontada a necessidade de desenvolvimento de fluxos e práticas locais voltadas ao encaminhamento do público a programas e políticas de proteção e inclusão social já instituídos e disponibilizados pelo poder público. Nas centrais, há investimentos pouco significativos em serviços psicossociais. A exemplo, apenas 06 centrais contam com esses profissionais e em alguns casos o acompanhamento psicossocial é considerado secundário pela ausência de infra estrutura adequada e mesmo pela predominância do “controle e vigilância” como fundamentos de um serviço que visa oferecer resposta e tratamento rápido a qualquer tipo de incidente. (BRASIL, 2016).

É relevante, nesse momento, informar que o Departamento Penitenciário Nacional vem elaborando desde 2014 um modelo de gestão para a política de monitoração eletrônica. Destaca-se que os princípios e as diretrizes, ainda em elaboração, visam orientar, induzir e fomentar os serviços de monitoração eletrônica focados no monitorado enquanto sujeito da política, conferindo enfoque às medidas que favoreçam o desencarceramento e a inserção social, tomando como parâmetros o acompanhamento psicossocial, o menor dano ao cumpridor, a adequação, a necessidade, a dignidade da pessoa humana, a normalidade, etc. (BRASIL, 2015a).

## 2.6 – Os dados pessoais dos monitorados

Esse ponto do debate acerca da monitoração eletrônica de pessoas merece um olhar mais atento porque o tratamento dos dados pessoais sensíveis na área penal é um assunto muito pouco discutido. Nesse ano, o Departamento Penitenciário Nacional e o Ministério da Justiça em parceria com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, publicou um relatório técnico que trata sobre esse tema: Diretrizes para tratamento e proteção de dados na monitoração eletrônica de pessoas<sup>24</sup>. Nesse relatório são apresentadas 60 regras prévias ao tratamento e proteção de dados pessoais das pessoas monitoradas.

Essa ausência de discussão se deve por alguns motivos. Destaco, primeiramente, que o “preso” ou o “monitorado” não é visto e compreendido como sujeito de direitos, mesmo que o Art. 5º da Constituição Federal, apresente garantias quanto à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, tomando tais elementos como direitos fundamentais e autoaplicáveis. Em segundo lugar destaco que no caso brasileiro, a proteção de dados pessoais ainda permanece notadamente atrelada ao consumo, ao consumidor. O Código do Consumidor regula a manutenção de bancos de dados e cadastros de consumidores, determinando para estes diversas garantias. (BRASIL, 2016).

Com o decreto nº 8771/2016 que regulamenta o Marco Civil da Internet, discute-se a não discriminação no tráfego de pacote de dados; a proteção de registros de acesso e de dados cadastrais por provedores; a transparência na solicitação de dados pela Administração Pública e os parâmetros de fiscalização e apuração de infrações.

A monitoração eletrônica de pessoas trata-se de uma política pública penal, ou seja, distinta da política de segurança pública em função de seus distintos sujeitos e objetos. O principal sujeito da política penal – isso se estende à monitoração eletrônica – é o indivíduo, a pessoa custodiada, a pessoa monitorada. Os serviços de monitoração são encarados pela maioria dos operadores como ferramenta de segurança pública e, portanto, plenamente acessíveis por instituições policiais, por exemplo. Torna-se uma prática naturalizada o compartilhamento de dados das pessoas monitoradas com a polícia, o que indica um fraco alinhamento das políticas penais de cada Unidade da

---

<sup>24</sup> Endereço eletrônico do relatório técnico Diretrizes para tratamento e proteção de dados na monitoração eletrônica de pessoas <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/monitoracao-eletronica-1/arquivos/diretrizes-para-tratamento-e-protecao-de-dados-na-monitoracao-eletronica-de-pessoas.pdf> Acesso em 10 de maio de 2016.

Federação, representada neste caso pelas Centrais de Monitoração Eletrônica, com a atual política penitenciária nacional (BRASIL, 2015a).

De modo geral, os dados dos indivíduos monitorados eletronicamente são mantidos em bancos informatizados de dados pessoais desenvolvidos e geridos por empresas que atuam no ramo. A alimentação dos bancos é realizada por funcionários da empresa contratada; variados servidores públicos do estado, como agentes penitenciários; terceirizados, etc. Eles são criados e mantidos sem critérios de proteção e tratamento estabelecidos nacionalmente, comprometendo a boa gestão dos serviços. O termo de confidencialidade assinado entre a empresa e a contratante dos serviços é a forma mais utilizada no campo da segurança da informação. No caso da monitoração, esse procedimento, embora necessário, não é suficiente se não for estendido para todos os indivíduos que lidam com os dados pessoais. (BRASIL, 2016).

A monitoração é um sistema institucionalizado de risco. Daí, a necessidade de mudanças por meio de protocolos com vistas a resguardar os direitos fundamentais das pessoas monitoradas, pois entende-se que o descontrole e a incerteza sobre quem dispõe ou possui acesso a dados pessoais ultrapassa o poder de escolha que delimita e define a esfera pessoal de cada ser humano, desnudando o mais íntimo de forma avassaladora. Com isso, entendemos que os direitos, os deveres e os procedimentos durante a medida devem ser informados por escrito à pessoa monitorada. Uma vez que a privacidade é um direito e os procedimentos decorrentes da monitoração incluem, necessariamente, o tratamento dos dados pessoais dos monitorados, este tipo de protocolo é imprescindível. (BRASIL, 2016).

### **3 – Histórias de vida, mulheres, estigma e monitoração eletrônica de pessoas**

#### **3.1 – Início do campo e a construção metodológica**

Um fato importante que me aconteceu e só reforçou a minha inquietação acerca do tema dessa dissertação, foi quando, no ano de 2014 e já cursando o Mestrado em Sociologia Política nesta universidade, me deparei, ao atravessar a rua na minha cidade, Itaperuna, com uma mulher grávida que usava o monitoramento eletrônico de pessoas.

Fui atrás dela, apresentei-me como pesquisadora e conversamos um pouco, ali mesmo, no meio do calçadão, da avenida principal de Itaperuna e trocamos número de telefone. Após algumas tentativas de contato com essa moça, que por questões éticas e legais, chamo de Eva, consegui marcar um encontro para conversarmos.

O encontro e a conversa com Eva aconteceu na casa dela, uma vez que ela está em cumprimento de prisão domiciliar. Ela só recebe autorização para sair de casa para ir a consultas médicas, conforme consta em sua decisão judicial, e mesmo assim no dia marcado para a consulta deve avisar, via contato telefônico, ao Patronato Magarino Torres o horário que ficará fora do endereço cadastrado, ou seja, que saíra da área de inclusão. Ela deve, ainda, solicitar ao médico ou ao hospital um atestado de comparecimento que deverá entregar ao Patronato Magarino Torres para justificar e comprovar a saída da área de inclusão.

A casa da Eva fica num bairro distante do centro de Itaperuna. Eva é uma jovem mãe que foi presa por tráfico de drogas. Teve seu primeiro filho aos 17 anos de idade, é branca, terminou o ensino médio e quer ser técnica de enfermagem.

Com os filhos, lá estava Eva no portão de sua casa a minha espera. Vestia um short jeans, uma camiseta de pijama e chinelos, estava com os cabelos negros presos num coque no alto da cabeça. Aparentava um pouco de cansaço. E com uma voz suave me recepciona com um *“Olá. Foi difícil encontrar a casa?”*.

Eva, orientada por seu advogado, não quis que eu gravasse a conversa e quando eu tentava fazer alguma anotação ela parava de falar. Senti um pouco de medo, não sabia o que poderia acontecer e nem o que esperar. Assim, prestei atenção em tudo que ela falava, em todos os detalhes da sua vida que ela me contava num tom de confissão.

Quem conta uma história, ou seja, o narrador procura sempre na sua audiência simpatizantes, cúmplices, consoladores, conselheiros, padrinhos e patronos. Isso significa que o narrador procura ao relatar uma história pessoas dispostas, em maior ou menor grau, a compartilhar venturas e desventuras.

Os relatos da vida na cadeia, da vida antes do tráfico, do dia do julgamento, da volta para casa com o Monitoramento Eletrônico, da saudade do filho, da saudade da mãe e da avó, do momento do parto da filha, do convívio com os familiares, das amigas que ficaram na cadeia, das amigas que se perderam fora da cadeia, dos olhares curiosos, tudo que ela falava tinha tanta naturalidade que me impressionava.

As narrativas, lógico, possuíam o objetivo de serem compreendidas e justificadas, e apresentavam, portanto, todo o pano de fundo, as redes e impressões sobre os personagens que compunham os elencos dessa história. (VALPASSOS, 2013).

A história de vida, neste trabalho, é entendida como auxiliadora particularmente útil para fornecer uma visão do lado subjetivo de processos institucionais. Embora as próprias teorias se interessem mais pela ação das instituições do que pela experiência individual, elas ou presumem alguma coisa sobre a maneira como as pessoas experimentam esses processos, ou, pelo menos, levantam questões sobre a natureza desta experiência.

Becker (1993) diz que se a história de vida for bem feita, fornecerá os detalhes do processo analisado, cujo caráter, de outro modo, só seríamos capazes de especular. Ela descreverá aqueles episódios interativos cruciais nos quais novas fronteiras de atividade individual e coletiva são forjadas, nos quais novos aspectos do eu são trazidos à existência. Isso acarreta uma base realista, que serve para lançar luz sobre organizações e reorientar campos estagnados.

Sobre a história de vida cabe citar Bourdieu (2006) na obra “A ilusão biográfica” que contextualiza sobre os aspectos problemáticos do uso da história de vida nas ciências sociais. Seguramente, essas afirmativas me fizeram refletir acerca das entrevistas que estava realizando, uma vez que as entrevistas que compõem as histórias de vida levam a um esforço de apresentação de si.

“Falar de história de vida é pelo menos pressupor – e isto não é pouco – que a vida é uma história e que, como no título de Maupassant, Uma vida, uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história. É exatamente o que diz o senso comum, isto é, uma linguagem simples, que descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas (...)”.

“Ela conduz à construção da noção de trajetória como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro

vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto do metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações”.

De acordo com Becker (1993), o sociólogo que coleta uma história de vida cumpre etapas para garantir que ela abranja tudo o que deseja conhecer, que nenhum fato ou acontecimento importante seja desconsiderado, que o que parece real se ajuste a outras evidências disponíveis e que a interpretação do sujeito seja apresentada honestamente. Assim procedendo, ela dá sequência ao trabalho a partir de sua própria perspectiva, a qual enfatiza o valor da “história da própria pessoa”. Esta perspectiva difere daquela que alguns outros cientistas sociais por atribuir uma importância maior às interpretações que as pessoas fazem de sua própria experiência como explicação para o comportamento. Nas palavras do autor:

“Para entender porque alguém tem o comportamento que tem, é preciso compreender como lhe parecia tal comportamento, com o que pensava que tinha que confrontar, que alternativas via se abrirem para si; é possível entender os efeitos das estruturas de oportunidades, das subculturas delinquentes e das normas sociais, assim como de outras explicações comumente evocadas para explicar o comportamento, apenas encarando-o a partir do ponto de vista dos atores”. (BECKER, 1993).

Inserida na história de vida, a narrativa e a descrição farão parte das minhas entrevistas. Ressalto que a narrativa, é a forma de apresentação das histórias. Isto nos conduz às expectativas daqueles que contam histórias, sobretudo, daqueles que contam suas próprias histórias.

Por certo acabei desenvolvendo com Eva um relacionamento de informante, ou seja, ela me apresentou mais duas mulheres que estavam usando a tornozeleira de monitoração eletrônica de pessoas. Essa é a técnica da bola de neve, que vem se mostrando muito eficaz nas pesquisas sociais. Esse método é utilizado para se alcançar à população escondida, indivíduos fora da alçada das instituições. É formado uma espécie de rede de interação. Um indivíduo vai indicando outro e assim sucessivamente.

Como meu espaço de ação é limitado pelo regime de cumprimento de pena e como o Patronato Magarino Torres, - instituto responsável pela colocação das tornozeleiras de monitoramento eletrônico de pessoas da região norte e noroeste fluminense – não fornece os dados dos monitorados por questões legais e de segurança, comecei a falar da minha pesquisa para meus alunos, para meus colegas professores e para os meus amigos que são advogados. Quando os encontrava, podia ser em qualquer

lugar, sempre dava um jeito de falar da pesquisa e de divulgar o meu interesse acadêmico no tema.

Como Eva está em cumprimento de prisão domiciliar, a apresentação da pesquisa e da pesquisadora foi realizada através do aplicativo Whatsapp. Primeiro, Eva entrou em contato com uma moça, e com o consentimento dela, eu fui incluída na conversa.

Essa moça é a Ester. Ester usa a tornozeleira de monitoramento eletrônico de pessoas. Foi presa por tráfico de drogas, é jovem, branca, não concluiu o ensino médio, e teve seu primeiro filho dentro do presídio feminino Talavera Bruce, em Bangu, no Rio de Janeiro. Após ter estabelecido contato pelo Whatsapp e ter marcado o nosso primeiro encontro, para realizar a primeira entrevista face a face, Ester sumiu. Ela não atendia mais as ligações e depois de algumas horas o número constava como inexistente. Não consegui mais contato com ela.

Antes disso, nós conversamos duas vezes pelo Whatsapp e ela me contou como foi ter tido o filho encarcerada e como ela se envolveu com a criminalidade, que ela chamou de ‘vida louca’. Ela mora em Miracema, cidade carinhosamente chamada pelos seus moradores de “Princesinha do Noroeste Fluminense”.

*“O policial pegou o cara que tinha comprado de mim e o cara me entregou. E naquela hora eu perdi. Ainda tentei jogar fora o flagrante mas eles me pegaram, eles viram eu fazer isso”.*

O chefe do tráfico era o marido de Ester que algumas semanas depois também foi preso. Através dele ela trabalhava no tráfico e fazia o controle das vendas. Eles tinham uma vida boa. Tinham casa, carro do ano, jóias e ainda ajudavam financeiramente o pai dele que estava com câncer. Ele, ao ser preso, declarou associação a uma facção criminosa e foi transferido do presídio de Itaperuna para o de Campos dos Goytacazes. Ester já estava em Campos, no Nilza da Silva Santos e passou mal alguns dias após sua prisão e desmaiou. Foi levada para o hospital e lá descobriu que estava grávida, com 09 semanas de gestação.

*“Quando a direção do presídio ficou sabendo que eu estava grávida, eles fizeram minha transferência para o Talavera Bruce. Essa transferência demorou uns três meses. No mesmo dia eu liguei para meu marido e avisei o que estava acontecendo... ele chorou e pediu perdão por tudo”.*

*“No Talavera eu e uma amiga da cela revezávamos a cama, cada dia uma dormia na cama e a outra no chão, só com um lençol esticado. Foi lá que conheci a Eva. Não estávamos na mesma cela, mas nos víamos no pátio durante o banho de sol e no refeitório. Sempre tive facilidade para fazer amizade”. “Os dias são sempre os mesmos e aquela rotina e principalmente a solidão que dá é a pior coisa da prisão. Eu não tinha visita e preferia que minha família não fosse me ver tirando cadeia. Só tinha dinheiro quando fazia cabelo das colegas e elas me pagavam e aí eu podia tomar refrigerante e comer uma comida diferente do brilhante e um biscoito da cantina”.*

*“Lá eu só fui ao médico quatro vezes. Não era bom sair do presídio. O SOE<sup>25</sup> trata a gente pior que cachorro. Eles ficam xingando a gente e dizendo que nós arruma filho para eles terem trabalho de levar para o hospital, que nós não precisamos de exame não, filho de pobre tudo nasce pronto. Pronto para o crime. No hospital ficamos algemadas e com escolta e todos ficam olhando para gente. Uma vez ouvi uma senhora falar ‘esse mundo tá perdido mesmo, uma mulher ficar nessa vida. Esse tipo de gente não nasceu para ser mãe”.*

*“O dia que eu sai usando a tornozeleira, minha família não foi me buscar. A Social avisou que eu estava saindo e levando o bebê e que era para eles me buscar, mas ninguém apareceu. A Social e umas agentes fizeram uma vaquinha e me deram um dinheiro para eu pegar o ônibus e ir pra Miracema. Foi muito triste”.*

*“Foi meio estranho usar a tornozeleira no início. Dá um negócio na perna, fica pesado e incomoda um pouco. Tem 8 meses que saí com prisão domiciliar e fui condenada a 9 anos e 6 meses. Quando saio de casa, tô morando com meu pai, ele fica me vigiando o tempo todo, e as pessoas aqui em Miracema já se acostumaram a me ver com a tornozeleira. No início respondi a muitas perguntas sobre o que era e como funcionava. A curiosidade das pessoas não me incomodava. O pior é ter que ficar sentada duas horas para carregar a tornozeleira”.*

Sobre o sumiço de Ester, recorri a Eva para ter notícias. Fiquei preocupada. Eva me contou que ela desistiu de participar da pesquisa e parou de utilizar o número de telefone que usava o aplicativo pelo qual nos comunicávamos. Eva recebeu uma

<sup>25</sup> O Serviço de Operações Externas (SOE) é um grupo formado por agentes penitenciários responsável pela escolta das presas.



mensagem de Ester: *“Amiga, fala com a Maria Luiza que eu não quero e não posso mais participar da pesquisa. Pedi a ela para não me procurar mais. Não quero problema e nem contato com ela. :\*”*. Eva ainda perguntou por que, mas ela disse: *“não posso! Não quero falar sobre isso... vc sabe como é.”*.

Em outro momento Eva me explica o que aconteceu. *“O pai e o marido dela não deixaram ela participar da pesquisa. E ela depende deles – ela faz um gesto com os dedos indicando dinheiro -. Eles falaram que se ela contasse alguma coisa ela ia sofrer muito... então, por medo ela desistiu. Ela ficou triste com isso, sabe?! Ela adora falar e queria te contar a vida dela também”*.

Depois de alguns meses, ainda no ano de 2015, sempre em contato com Eva, ela me apresentou outra mulher que estava usando a tornozeleira de monitoramento de pessoas. Eva conheceu essa moça, que chamo de Betina, no presídio Nilza da Silva Santos.

Betina tem 31 anos de idade, nunca casou, tem quatro filhos que moram com sua mãe em Campos dos Goytacazes. Ela foi presa e condenada por tráfico de drogas quando morava em Macaé com o namorado. É usuária de drogas e não consegue se relacionar com os filhos porque não conseguiu criar laços maternos uma vez que desde que nasceram os meninos moram com a avó. Betina é negra, não terminou o ensino fundamental e trabalhou por um tempo como babá, doméstica, diarista e frentista de posto de gasolina, tudo isso para sustentar o vício. Me contou, inclusive, que furtava pequenos objetos nas casas em que trabalhava para comprar droga.

A idade dos meninos é: 10, 8, 7 e 4 anos e todos eles vão à escola. Cada filho tem um pai diferente. Os pais dos dois mais novos os visitam e dão pensão aos meninos e a avó usa esse dinheiro para junto com sua aposentadoria sustentar a casa. A mãe de Betina recebe ajuda da igreja que frequenta. Betina foi assistida por um defensor público no decorrer do seu processo.

*“Tenho 4 filhos, mas nenhum deles me aceita. Eles moram com minha mãe e é ela quem cria. Eu sou sem juízo mesmo. Sou viciada e todo meu dinheiro é para comprar droga. Fui presa num dia que voltava para casa com meu namorado e ele estava com droga, porque ele é quem era traficante. Eu não. Ele me disse para eu assumir tudo que ele ia me tirar da cadeia”.*

*“Hoje se estou aqui fora é porque ele agiu para mim. Ele me ama e me aceita como eu sou. Tínhamos uma vida agitada em Macaé. Todo dia tinha festa no nosso barraco. Nosso amor tem muito fogo”.*

*“Enquanto estive presa ele me bancou e me ajudou a tirar a cadeia. Eu não avisei a minha mãe que estava presa porque eu não sabia onde ela estava e nem o telefone dela. Um dia eu não sei como ela apareceu para me visitar e eu percebi que precisava ter juízo e sair dessa vida”.*

*“Fiquei três anos e meio limpa. Parei de usar droga dentro do presídio, o que foi muito difícil. Eva, não me conheceu nessa época, até frequentava o culto no Nilza. Fiz isso para minha mãe ir me ver mais vezes e levar os meninos, porque sabia que ela não gostava de me ver drogada. Quando vi os meus filhos lá dentro, numa visita, sentados no refeitório me esperando, meu coração acelerou e quando falei com eles e eles não quiseram falar comigo e nem lembravam de mim... eu desisti e tive uma recaída, voltei para as drogas”.*

*“Meu namorado foi me visitar uma única vez e todo dia falava com ele pelo telefone. Quando ele foi me ver deixou um dinheiro comigo e algumas coisas de comer. Ele veio me buscar no dia que sai e ele me levou para nosso barraco novo em Grussaí”.*

*“Não faz muita diferença usar a tornozeleira. O que faz diferença é estar na rua. Namorar muito já que eu operei e ter droga quando eu quiser. Aqui em Grussaí eu não tenho muitos amigos não... só saio com meu namorado e sempre vamos fumar um na praia. E com a tornozeleira é bom porque as pessoas na praia já ficam mais distantes quando veem a tornozeleira e nos dão a chance de ficar tranquilo de boa! Não me importo se as pessoas vão olhar e comentar, elas sempre agiram assim comigo”.*

*“Saí com a tornozeleira porque consegui um emprego de carteira assinada aqui fora e só durei dois meses lá. Trabalhava como auxiliar de cozinha de um restaurante e era tranquilo, ninguém implicava comigo e nem ficava enchendo por causa da tornozeleira. Eu não escondia ela não... vê se na praia eu vou usar calça comprida ainda trabalhando numa cozinha quente?! Eu sou assim e não vou mudar”.*

Depois de conversar com Betina pelo Whatsapp algumas vezes e “quebrar o gelo”, marcamos um encontro para o dia que ela deveria ir ao Patronato. Nosso encontro seria confirmado após autorização do namorado. Ela me explicou que ele é o ‘senhor’ da vida dela, ela só faz o que ele deixa e manda. Pergunto se ele sabe que estamos conversando, e ela diz que irá conversar com ele naquele dia sobre isso. Nesse encontro, a meu pedido, a mãe de Betina estaria presente. No dia e hora marcados eu estava no local combinado e a Betina e nem a mãe chegaram. Eu esperei por quase duas horas e elas não apareceram. Fui embora muito desmotivada, preocupada e com incertezas. Não sabia se ela estava bem e fiquei com medo de ligar e causar alguma situação em que Betina pudesse ter sua vida em risco.

Mais uma vez recorri a Eva e falei o que tinha acontecido. Eva tentou contato novamente com Betina, mas foi em vão. Ela não retornava e nem respondia os recados que Eva deixava. Isso me deixou muito preocupada e apreensiva. Fui ao Patronato e perguntei se ela havia estado lá naquele dia e depois de muito insistir e contar toda a história eles me confirmaram que ela esteve lá o que me causou um grande alívio.

Nesse dia entendi que essa pesquisa seria mais difícil do que imaginava. Não dependia apenas da voluntariedade das mulheres em participar, chegar até elas e conseguir uma história de vida seria uma tarefa muito difícil. Nessas duas histórias, a da Ester e Betina, percebo de uma forma bem contundente a dominação que essas mulheres sofrem e que se justifica pelas diferenças biológicas que existe entre os sexos e que se incorpora nos indivíduos na forma de esquemas de percepção e ação. Com toda essa dominação os pensamentos dominantes influenciam também os dominados, que acabam por legitimar toda a dominação sofrida, ou seja, as próprias mulheres reproduzem essas representações de dominação que as depreciam na ordem social.

Sem me esquecer da dominação masculina compreendi que quando encontrasse uma mulher com o perfil da pesquisa, teria que adotar uma aproximação diferente das que havia realizado até o momento. Foram dias de angústia refletindo na metodologia e buscando entendimento técnico e científico de como fazer o campo funcionar.

Até que certo dia recebi a ligação de uma mulher, que chamo de Aline, dizendo que queria me contar a sua história de vida. Ela é cliente de um advogado que é meu amigo e que falou com ela sobre a pesquisa e deixou meu número de telefone, caso, ela quisesse participar. Aline tem 38 anos, foi presa por tráfico de drogas, é natural do

estado do Rio de Janeiro, concluiu o ensino médio e atualmente mora em Campos dos Goytacazes/RJ.

É uma entrevistada com perfil diferente da Eva, pois reside fora da cidade de Itaperuna/RJ e exerce uma atividade remunerada de forma lícita. Aline é garçonete num restaurante e tem o desejo de que sua história seja contada em um livro, dessa forma ela se predispôs a me contar tudo, em detalhes, do que eu quisesse saber sobre a vida dela e isso me deixou muito animada.

Estabelecemos e firmamos contato pelo Whatsapp e pude perceber que ela fala e escreve muito bem. Ela é natural de Itaocara, onde morou até os quatro anos de idade. Depois se mudou com a família para a cidade de Cordeiro e lá viveu até ser presa. Ela tem duas filhas e que na época da prisão dela tinham 12 e 18 anos cada. Atualmente usa a tornozeleira de monitoramento eletrônico e recusou a monitoração eletrônica outras duas vezes anteriormente.

Dessa forma, me encontrei realizando um trabalho de campo que em algum momento utiliza a técnica de bola de neve e em outros momentos não, uma vez que algumas entrevistas não levam a outra. O meu maior facilitador de comunicação e aproximação com as entrevistadas foi o aplicativo do Whatsapp.

### 3.2 – Eva foi a primeira. Mulher, mãe e traficante.

No dia 31 de outubro de 2014 às 14h cheguei à casa da Eva para nossa primeira entrevista. Ela me esperava no portão com duas crianças. Sorrindo, ela me pergunta se foi difícil encontrar a casa.

Eva, à época, mora com o marido e os filhos na casa da sogra. A casa fica num bairro bem afastado do centro de Itaperuna. É uma casa humilde, com quintal bem grande de terra e com árvores. A casa estava com os tijolos a mostra, a sala onde ficamos era espaçosa, não tinha pisos e num dos cantos havia alguns brinquedos. Havia ainda dois sofás de cor preta que não estavam muito novos e cobertos com um lençol listrado colorido. Tinha um ventilador no outro canto, no chão, virado para onde estávamos sentadas. Ao lado estava a televisão, que passava o desenho da Galinha Pintadinha, e logo depois começou o desenho da Dora Aventureira. Eva vestia um short jeans, uma camiseta de pijama e estava descalça. Os longos e belos cabelos negros estavam presos num coque no alto da cabeça. Aparentava um pouco de cansaço e estava preocupada com minha impressão sobre a casa e suposta bagunça que não vi. *“Por favor, não repara a bagunça... com criança pequena fica difícil fazer as coisas!”*.

Logo percebi que o bebê, era uma menina. Ela vestia um *body* branco, usava brincos e pulseira. Durante a entrevista, ela amamentou a neném duas vezes e fez uma troca de fralda. Perguntei sobre a outra criança e ela me disse: *“É meu filho também, uai!”*. Nesse dia havia uma amiga dela presente e que participou ouvindo a entrevista. Em momento algum a amiga falou. Acredito que ela tenha se sentido insegura em me receber sozinha na casa dela.

Nos sentamos no sofá que ficava embaixo da janela que dava para a rua e retirei da bolsa um gravador e perguntei se poderia gravar a nossa conversa. Ela fala que conversou com o advogado dela e disse que iria participar de uma pesquisa sobre a tornozeleira pois ficou com medo disso atrapalhar seu processo e ele disse para ela não assinar papel nenhum e não deixar eu gravar nada.

Eva é uma jovem mãe. Na época, 2014, tinha 21 anos, dois filhos, convivia maritalmente com o pai do seu segundo filho, estava em prisão domiciliar aguardando a sentença de seu julgamento. Usava a tornozeleira de monitoramento eletrônico de pessoas, que ela chama de pulseira, havia quatro meses.

Ficou grávida do primeiro filho com 17 anos. Seus pais haviam se separado quando ela tinha 10 anos de idade e desde então morava com a mãe, a irmã e a avó materna na casa da avó.

Durante a primeira gestação não parou os estudos. Ela estudava numa escola municipal da cidade de Itaperuna e cursava o segundo ano do ensino médio. O pai do seu filho era seu colega de classe e Eva afirma que não sofreu nenhum tipo de preconceito e discriminação por ser adolescente e estar grávida.

O namorado tinha 18 anos e esse era seu segundo filho. Eva disse: *“Pela primeira vez eu era popular. Todos queriam falar comigo, saber como aconteceu e como foi o dia que fiquei grávida... aonde foi que eu tive relação com o pai do meu filho e se foi bom”*. Perguntei o que ela respondia. *“Ah, eu dizia que foi tudo maravilhoso e que não podia contar detalhes... mas na verdade nem sempre era bom!”*.

Perguntei um pouco mais sobre o pai do menino. Ela não quis falar o nome dele, mas disse que ele era o menino mais bonito da sala, todas meninas queriam ficar com ele, mas ele escolheu ela. *“Ele é um negão, alto, forte e cheio de charme”*. Ela achava que estava vivendo um conto de fadas com o namorado e que ele era o seu príncipe encantado. Nem sempre ele a tratava como uma princesa, mas ela estava apaixonada e fazia qualquer coisa para eles *“ficarem bem”*. Perguntei se ele tinha sido seu primeiro namorado. Eva me diz que ele foi o primeiro homem da sua vida e que ele *“mexia com tráfico e usava drogas”*, e que por causa disso eles namoravam escondido da família dela. E que em algumas ocasiões depois de usar drogas ele ficava meio agressivo e queria ter relações sexuais mesmo contra a vontade dela. Perguntei se eles usavam algum tipo de proteção durante as relações sexuais ou se ela tomava anticoncepcional. Ela disse que não tomava remédio e que às vezes usavam camisinha. *“Quase sempre a vontade era maior que tudo e nem dava tempo de pensar nisso e numa dessas eu engravidei”*. Perguntei também se ela usava drogas com ele, ela disse que nunca usou droga e nunca teve vontade de usar. Perguntei, então se ele já havia oferecido droga a ela. Ela disse que sim mas que nunca aceitou.

Pergunto sobre o dia que ela descobriu que estava grávida, como foi contar a novidade para o namorado e para a família. *“Foi tudo ao contrário do que imaginei... desconfiei que estava grávida e contei para uma tia que é quase uma mãe. Ela me deu o dinheiro e eu fui no laboratório e fiz o exame. Quando busquei o resultado fiquei doída. Não estava escrito positivo ou negativo; ou grávida ou não. Fiquei com vergonha de*

*perguntar no laboratório e liguei para a minha tia e ela me encontrou na rua e me explicou que estava escrito lá que eu estava grávida. Eu só pensava em como contar isso para meu pai e como sobreviver a minha mãe. Só tinha certeza que queria ter meu filho”.*

*Então, “num dia antes da aula, esperei meu namorado e contei para ele. Ele disse que isso era problema meu e que era para eu fazer o que quisesse, que ele não estava nem aí. Que ele não pediu filho nenhum e que não queria filho nenhum. Fiquei arrasada e nesse momento, me deu um ódio mortal dele. Ele é um safado, sem vergonha... só foi homem para fazer o filho. Eu fiquei desesperada e resolvi ir no trabalho do meu pai e conversar com ele”.*

*“Meu pai me surpreendeu e não falou nada. Apenas ficou me olhando, me abraçou e disse que estaríamos juntos. Ele me levou para casa e conversou com minha mãe. Minha mãe ficou descontrolada, gritou, chorou, faltou me bater... disse que não ia tomar conta de criança nenhuma e que eu teria que assumir as consequências disso. Não foi fácil”.*

Eva não chegou a terminar o ensino médio na época, vindo a parar no período do parto e pós parto. O pai da criança parou de frequentar a escola e não quis saber deles e não ajuda na criação e sustento do filho.

Depois que o primeiro filho de Eva nasceu, a mãe dela ficava com o bebê para ela estudar, e dessa forma, ela conseguiu terminar o ensino médio. Desde a época de escola sonha em fazer um curso técnico de enfermagem. *“Um dia ainda quero ser enfermeira. Poder ajudar um monte de gente... é essa profissão é que eu quero para mim! –Ela sorriu entusiasmada – Meu pai já disse que se é isso que eu quero ele vai dar um jeito de pagar para mim... não acho isso certo, mas é só dessa forma que poderei virar enfermeira”.*

Depois que terminou o ensino médio a mãe não ficava mais com o filho dela. Ela teve que assumir a responsabilidade de ser mãe e encarar a situação. Nesse período ela morava na casa da avó com o filho.

*“Não é certo minha mãe, ó não. Minha avó, sustentar meu filho e eu. Eu chamo, às vezes minha avó de mãe, troco, porque eu e minha irmã fomos criadas pelas nossas avós. Uma hora com a avó paterna e outra com a avó materna. Isso desde que meus pais se separaram, quando eu tinha 10 anos. Depois disso, os meus pais nunca mais voltaram... hoje eles conversam e tal. A minha mãe, eu não sabia aonde ela estava,*

*estava sei lá, na casa do namorado. Meu pai sempre que tinha uma folga passava lá na vizinha para nos ver e sempre chegava com chocolate e pão para tomar café.”* Ela fica com um olhar distante como se estivesse se voltando para aquele momento.

Eva estava determinada a arrumar um emprego. Ela conseguiu uma creche para deixar o menino, e foi trabalhar. Mas não deu certo... ela não quis falar porque não deu certo. E as contas e despesas com ela e com o filho não paravam de chegar. *“Minha avó e o pai ajudavam quando dava”*. Assim, ela entendeu que precisava sustentar o filho e já sabia no bairro onde morava quem era que traficava. Ela conhecia ‘os menino’ por causa do pai do seu filho. Com ele Eva frequentava esses lugares e sabia quem era quem dentro do tráfico daquela região.

Procurou o pessoal e disse que estava sem dinheiro e queria vender droga. E eles deram droga para ela vender. Ela sempre estava com um ‘parceiro’ e eles ficavam pelo bairro onde ela morava. *“Eu vendi muita droga, muita droga mesmo. Eles não querem saber se você é homem ou mulher, o negócio é ganhar dinheiro. Eu ainda tinha uma certa vantagem porque nunca tinha me envolvido com isso... os polícia não me conheciam e eu podia circular. Tem muita gente que não acredita, mas eu nunca usei nenhuma droga na minha vida. Nem quando me relacionei com o pai do meu primeiro filho. E de tudo errado que já fiz na vida, isso eu nunca fiz. E aprendi que prisão não acaba com vício de ninguém, ninguém que vai preso deixa de usar droga, pelo contrário usa mais ainda... lá dentro a droga é o que manda e talvez isso, não ser viciada, tenha até me ajudado a sobreviver lá dentro”*.

Levando essa vida, Eva ganhou dinheiro e disse que não passava dificuldade mais. Comprava o que queria e pagava em dinheiro. *“Eu fui na loja lá na rua e tirei tudo novo para minha avó: geladeira, fogão, televisão, cama... comprei para mim celular novo com tudo que tinha de melhor, muita roupa de marca e muita maquiagem. Para meu filho, tudo que ele pedia eu comprava. Nunca mais fiquei com vontade de comer alguma coisa, todo dia ia em restaurante”*.

*“Conheci o pai da minha filha levando vida de madame...eu não dava muito por ele não, mas me apaixonei. Ele sempre me elogiava, dizia que estava bonita até que um dia eu cedi e ficamos juntos. E percebi que ele é uma pessoa muito melhor que eu imaginava. Ele sabia que eu vendia droga, mas nunca falou nada. Nos envolvemos e eu acabei ficando grávida. E foi aí que decidimos morar juntos”*. O pai da sua filha, seu atual marido, trabalha com quê? – perguntei a ela. *“Ah, ele mexe, hoje, com negócio de*



*obra. Tem dois meses que trabalha numa obra grande aí. Assim, não esbanjo dinheiro como antes mas também não passamos fome”.*

Eva ficou vendendo droga até o dia que foi presa. Na ocasião ela estava grávida de dois meses do segundo filho. Sem saber, ela e o ‘parceiro’ de venda de droga estavam sendo monitorados pela polícia, e num dia apareceu um suposto comprador, e nesse momento a polícia fez a abordagem e ela foi presa em flagrante. Ela não imaginava que iria ficar presa, achou que fosse ser liberada na delegacia, pois na denúncia anônima ela não era mencionada, só o ‘parceiro’. A quantidade de droga que estava com eles era grande e ainda foi encontrada uma arma. Eva tentou contato com um advogado, mas não conseguiu e no mesmo dia foi para o presídio feminino Nilza da Silva Santos, em Campos dos Goytacazes. Chegando lá, já foi avisando que estava grávida e não recebeu nenhum tratamento diferenciado por isso.

Eva ficou presa até completar o oitavo mês de gestação, quando conseguiu um *Habeas Corpus* para aguardar a sentença em casa, em prisão domiciliar, perto da sua família e para poder cuidar dos seus filhos. Ela ficou aguardando sua sentença um ano e meio. E nesse tempo ela vivia em constante angústia, conforme ela me relatava: *“não sei o que vai acontecer, mas não quero voltar para aquele lugar. Não quero ficar longe dos meus filhos! Tenho medo de ser condenada e perder a ‘pulseira’. Não sei se consigo aguentar tirar cadeia denovo.”*

Diante dessa angústia, senti que era o momento certo para perguntar sobre os filhos. “Eva, como é seu relacionamento com seu filho mais velho? Quantos anos ele tem?” ‘Ah, ele é um menino muito bom. *Passou apertado demais quando fui presa e hoje ele detesta polícia. Ouve uma sirene ou vê uma viatura já me agarra paralisado com medo de ir com eles. Ele viu na hora que a polícia me levou, né?! E isso ficou marcado no menino... Ele tem 4 anos hoje’.*

Pergunto se ele vai a escola. *“Ele não vai não. Deve começar a ir no início do ano que vem (2015). Antes de ser presa estava tentando conseguir uma vaga para ele na escola mas fui presa e minha mãe não conseguiu resolver isso, por isso ele ficou sem estudar. Mas ele é muito esperto.’ Hoje ele convive com o pai, ou sabe quem é o pai dele? ‘Como ele nunca pergunta pelo pai, eu nunca falo... mas o dia que ele quiser saber eu vou contar a verdade. Que ele é um idiota, cafajeste e sem vergonha.. que não ajuda em nada e só foi homem para fazer filho”.* Mas ele nunca, nunca perguntou pelo filho, ou veio procura-lo? *“Não. Nunca... nem no dia que nasceu ele teve a coragem de*

*ir lá. Ele nem registrou o menino e isso me magoa muito. Eu não fiz filho sozinha, muito menos com o dedo... ele estava lá e por sinal gostou muito”.*

Hoje, o seu filho convive com o seu atual marido, e como é esse relacionamento? *“Ele acha que o D. é pai dele também, afinal é pai da irmã dele... não sei como falar com ele com jeitinho para ele entender e com isso ele vai vivendo assim”.* Mas você não acha que quando ele souber a verdade poderá ser pior? *“Talvez. Mas eu não sei como fazer”.*

E o seu marido, o que acha disso tudo? Quantos anos ele tem? *“Meu marido acha bom que é assim... e ele também trata o meu filho como se fosse dele. O que me deixa mais tranquila. Ele tem 27 anos e já tem outros 2 filhos. Tudo que ele faz para a menina, ele faz para o meu filho. Não faz diferença nenhuma, até porque ele sabia que eu tinha filho quando me conheceu e sabia que ele é importante para mim! Não aceito ninguém fazer bagunça com os meus filhos, eles não tem culpa de nada e nem das minhas escolhas. Julguem a mim mas a eles não. Não mexe com eles não que eu fico bicho”.*

Numa outra oportunidade, pude conversar e entrevistar os pais da Eva, a irmã, e a tia. Essa conversa aconteceu no dia 21 de janeiro de 2016, com todos juntos na atual casa da Eva.

Eva se mudou e nessa oportunidade morava numa casa menor porém mais próximo do centro da cidade. Ela estava ‘brigada’ com o atual marido e eles estavam avaliando a relação. *“Descobri umas coisas sobre ele e isso não me deixou feliz e nem me fez bem”.* Perguntei se ela queria falar sobre isso, ela me contou mas pediu para não divulgar no trabalho.

Ao conversar com os pais de Eva, pude constatar o que já imaginava. Eles são pessoas simples e que se preocupam bastante com as filhas e com os netos. A mãe dela é revendedora da Natura e está em processo de mudança de cidade. Pretende começar uma nova vida com o novo amor. Acredita que em Macaé terá mais oportunidades profissionais. Ela concluiu o ensino médio e tem experiência no comércio e como secretária. Ela está namorando tem alguns meses e diz que está feliz. Ela tem 41 anos de idade e aparenta ser bem mais velha.

O pai é vigia noturno de uma empresa na cidade, casou novamente e vive bem com a atual esposa. Ele tem 53 anos e não teve mais filhos. Ele concluiu o ensino médio e sempre trabalhou como vigia noturno e fazendo bicos de pedreiro e pintor.

A irmã de Eva é mais nova que ela três anos; concluiu o ensino médio no final de 2015, na mesma escola municipal que Eva. Ela não tem vontade de continuar estudando e no momento não trabalha. Mora com o pai do filho dela que tem quase 2 anos.

A tia de Eva tem 37 anos, é casada, tem um filho de 11 anos, concluiu o ensino médio e trabalha numa loja de roupa. O marido dela não participou da conversa. Essa tia é irmã da mãe de Eva e a ligação dela com Eva é bem forte.

Voltando ao dia que Eva foi presa, perguntei como foi receber essa notícia. O pai ficou nitidamente envergonhado e começou falando que não foi uma coisa fácil e que ele não deseja isso para pai nenhum. *“Eu fiquei decepcionado, sem chão... não sabia o que fazer. E o pior, minhas duas filhas estavam na delegacia sendo acusadas de tráfico de drogas”*. Eu pergunto: as duas? *“Sim. A Eva estava vendendo droga na frente da casa da avó dela, da casa onde ela morava com a mãe, a irmã e a avó. E a polícia levou todo mundo que estava dentro da casa. Não levou meu neto porque ela deixou na vizinha. Por sorte a avó e a mãe não estavam em casa, senão a avó tinha morrido”*.

Eva diz que a irmã não tinha nada com o negócio e foi levada porque estava em casa. Na época ela era menor de idade e foi liberada quando os pais chegaram na delegacia. A irmã diz: *“eu fiquei muito assustada, nunca tinha andado no carro da polícia, nunca tinha ido numa delegacia e eu imaginava que ia ficar presa....só dizia que eu não sabia de nada e não tinha feito nada”*.

A mãe diz que foi a pior sensação do mundo ver as duas filhas dentro da delegacia e que tudo parecia um filme de terror. Ela diz que já havia passado por isso com a irmã e aponta para a tia de Eva mas a sensação de ver as filhas lá não era a mesma coisa, era bem pior.

A tia diz que também já foi presa por tráfico de drogas e que ficou seis meses no presídio Nilza da Silva Santos em Campos dos Goytacazes. *“Na época eu fiquei presa seis meses, e esse tempo foi o pior tempo da minha vida. Parece que foram 60 (sessenta) anos. Se não fosse minha irmã e as meninas não sei o que seria de mim. Meu filho tinha quatro anos de idade e ele ficou com elas. Ele estava aterrorizado... a polícia também me prendeu em casa e ele viu tudo. Meu marido tinha sido preso havia alguns meses e ele também viu. Ele odeia polícia até hoje”*.

Peço para que elas (Eva, a mãe, a irmã e a tia) me contem mais sobre a experiência da prisão da tia. Eva diz que ela ficou muito triste não entendia muito bem o

que estava acontecendo, mas sabia que ela estava presa por tráfico de drogas e que precisava estar ao lado da tia. *“Sempre que tinha visita, eu queria ir e a mãe me levava. Na época eu tinha uns 12, 13 anos. E nós levávamos tudo para ela, roupa, roupa de cama, papel higiênico, absorvente, pasta de dente, biscoito, frutas e dinheiro. Dia de visita era uma festa... íamos de 15 em 15 dias porque a viagem era cara. Todas ficávamos alegres para ir e a volta era doída...”*

A mãe da Eva ficou responsável pela guarda do sobrinho e cuidava dele como um filho. *“A vida não era fácil. O dinheiro sempre foi curto, mas onde comiam quatro comia mais uma criança. Eu, as meninas e a mãe cuidávamos dele como um bonequinho... e a pior parte era quando ele perguntava: Tia cadê minha mãe? Eu quero ela. Falávamos que ela estava trabalhando em outra cidade e que logo ela voltaria para ficar com ele. O bichinho sofreu”*.

O pai de Eva diz que acompanhou tudo de perto. Ajudava no que podia e sempre conversava com as filhas. A mãe da Eva disse que a avó ficou muito triste, achou que ia morrer. *“Foi uma decepção muito grande para ela. Foi como se tivessem cortado uma perna ou braço dela... ela sempre fala isso e com os dias ela foi ficando doente”*. Perguntei o que ela teve. *“Foi doença da alma minha filha. Ela ficou com depressão e nem de casa queria sair mais. E essa depressão acabou levando a um problema respiratório e cardíaco”*.

A irmã da Eva diz que: *“quando a tia ficou presa nós ficamos mais unidas do que nunca. Todas nós ajudávamos no que dava, como eu era a menor eu brincava mais com o primo e fazia de tudo para ele não sentir tanta falta dela... eu fazia bolo para levar para ela no presídio no dia de visita. Fui poucas vezes lá. Eu não gostava de ir lá.. é um lugar muito triste. Um monte de mulher sofrendo de saudade da sua família... era uma choradeira na hora de ir embora... preferia ficar. Nós comprávamos tudo para a tia. Embalávamos em saco plástico transparente... por exemplo: sabonete tinha que tirar da caixa; arroz tinha que colocar o caroço no saco plástico transparente; o feijão, sal, açúcar, suco, biscoito, sabão em pó, absorvente, papel higiênico, tudo a mesma coisa. Tirávamos da embalagem e colocávamos em saco plástico transparente. Não podíamos entrar no presídio com bolsa se não fosse transparente e sempre íamos de havaianas porque os sapatos e sandálias sempre apitavam no detector”*.

A tia me conta que havia muito tempo que não falavam sobre isso. Ela estava emocionada e com lágrimas nos olhos me disse: *“as vezes nós erramos na vida. Eu*

*errei, fui presa e estar longe delas – ela apontou para as moças - e da minha família foi a pior punição que tive. Não desejo isso para ninguém... aquele lugar é horrível. Lembro de tudo que vivi lá dentro. Foram dias muito difíceis, meses que pareciam anos e anos. Quando saí eu contei tudo para as meninas (Eva e a irmã): como é lá dentro, o que passamos e as humilhações que sofremos. Toda rivalidade que existe lá dentro com outras presas, toda dificuldade que passei, todo o trabalho que tive que fazer lá, todas as dores que senti e principalmente toda saudade que me sufocava”.*

Perguntei para as meninas se elas passavam pela revista no dia de visita; se todas elas passaram pela revista íntima. Eva disse que sim... *“todas nós em todas as vezes que íamos passamos pela revista íntima. Tínhamos que chegar cedo para ficar na fila para entrar no presídio, porque a fila é grande e se você ficar muito para trás seu tempo de visita acaba ficando muito pequeno. Depois quando começava a entrar uma equipe de dois ou três agentes pega as nossas sacolas com tudo que levávamos e revirava tudo... mexia em toda a comida para saber se tinha alguma coisa escondida. Depois eles devolvem tudo bagunçado e revirado para as presas. Seguimos para uma sala onde tem mais uma ou duas agentes e lá elas pedem para tirarmos a calça e calcinha e ficarmos em pé em cima de um espelho... depois elas pedem para nos agacharmos e ficam olhando para ver se tem alguma coisa nas partes íntimas. Depois elas pedem para tirarmos a blusa e o sutiã para verificar se tem alguma coisa escondida e depois passam o detector de metais novamente... muito ruim essa experiência também”.*

Perguntei para a tia, como foi saber que a sobrinha estava sendo presa acusada do mesmo crime que ela e que estava sendo presa grávida de dois meses. *“Foi devastador... eu fui na delegacia falar com ela antes dela ir para o presídio e não consegui falar nada, só chorar e abraçar ela. Disse que íamos dar um jeito de tirar ela de lá o mais rápido. Quando eu vi Eva indo embora, parecia que eu estava dentro da minha própria vida, vivendo a minha história como visitante. Ela deixava para trás uma família, um filho e levava outro na barriga. Pela experiência como detenta eu só disse para ela ficar na dela e evitar confusão. Conheço a Eva e sei que ela pode ser meio esquentadinha”.*

Eva contou que no tempo que ficou presa em Campos dos Goytacazes, fez uma única consulta de pré-natal. Ficou presa nessa unidade por dois meses. *“O tratamento era difícil... é uma cela com um banheiro e um chuveiro para aproximadamente umas*

*20 mulheres. A comida é horrorosa e muitas das vezes vem estragada. Lá a comida vem no 'brilhante'. Quem não tem dinheiro passa fome lá dentro". Nesse período ela chegou a autorizar o filho a ir visita-la, mas mudou de idéia e não quis que o menino a visse naquela situação. "A saudade era muito grande e o arrependimento já estava maior que a saudade".*

*A mãe dela disse: "eu fiquei com o meu neto, cuidei dele com todo carinho... e ele sentiu demais falta dela. Ele ainda não ia para escola e ficava com ele o dia inteiro. Imagina o quanto ele sofreu também!". Quantas vezes foram visitar a Eva em Campos? "Não me lembro exatamente, mas acredito que umas 5 vezes. Acabava ficando muito caro ir... tinha a minha passagem e da outra filha mais as coisas de comer e roupa que tinha que levar. O marido dela ajudava sempre, mas mesmo assim o gasto era muito grande".*

*Eva, seu marido foi te visitar alguma vez no presídio em Campos ou no Rio? "Ele nunca foi... na verdade nunca perguntei a ele porque ele não foi me visitar. Acho que ele tinha medo ou vergonha e o dinheiro que ele gastaria ele preferia mandar para mim... nós nos falávamos por carta e pelo celular. Toda semana ele mandava uma carta para mim contando como estavam as coisas por aqui e em algumas cartas vinha dinheiro que ele mandava. Não é segredo nenhum que todo mundo usa celular dentro da cadeia". E como você teve acesso a celular lá dentro? "Eu comprei um. O celular lá dentro é a coisa mais cara do mundo. Mais caro que a cama, que o banho, que a água, que a comida, que tudo. Se você não puder comprar o aparelho, você pode comprar a ligação. 10 minutos de ligação custava quase R\$ 150,00. No meu caso que fazia interurbano era mais caro, quase R\$ 200,00 por 10 minutos. Mas como eu não tinha esse dinheiro por semana, eu juntei e comprei um aparelho. Sabe aquele aparelho bem velho, bem ruim que não tem nada, bem antigo?! Foi esse que comprei por R\$ 350,00. Ele fazia ligação e isso era o que eu queria, ligar e falar com minha família. Só tinha que ficar de olho porque lá dentro tem umas 'falsianes que não podem comprar nada e aí te caguetam para as agentes na hora do confere. Como eu já tinha manjado isso, eu colocava R\$10,00 de crédito e deixava elas falarem, pelo menos elas não me entregavam.".*

*E quando você saiu, o que fez com o celular? "Deixei para as amigas lá... afinal eu estava saindo e elas estavam ficando, sem chance de sair e nem de ficar perto da família. As fugas dentro do presídio são o celular e o remédio para dormir. O tempo*

*é o pior inimigo lá dentro, se você não tiver a cabeça boa fica enlouquecido... a droga também dá uma segurada na questão do tempo, elas ficam doidonas e não sentem o tempo passar!”.*

Depois de dois meses, ela foi transferida para o presídio Talavera Bruce em Bangu, no Rio de Janeiro, onde as detentas grávidas do estado ficam. Ela saiu de lá com oito meses de gestação e usando a tornozeleira de monitoramento eletrônico de presos. As detentas gestantes ficam nesse presídio, porque é aonde se deveria ter acesso ao pré-natal e ultrassonografias, porém não é um presídio exclusivo de gestantes. As gestantes ficam sempre nas mesmas celas. Todas as celas possuem um chuveiro e um banheiro.

*“Durante todo tempo que fiquei no Talavera, eu fui ao médico poucas vezes e só fiz dois ultrassons. As grávidas ficavam na mesma cela, e era muito apertado. Tudo lá é muito difícil. Temos que dormir cedo porque as agentes nos acordam cedo para o ‘confere’. Na hora do ‘confere’ elas contavam a gente e depois mandavam a gente sair da cela para conferir a cela. Quando tinha confusão entre as detentas, elas mandavam a gente sair da cela e nós ficávamos mais de duas horas em pé. Muitas grávidas não aguentam e passam mal. Eu passei muito mal lá dentro e quando o socorro chegou eu já tinha melhorado. As agentes, elas não encostam a mão na gente para ajudar se tiver passando mal. Elas ficam só olhando de longe”.*

E como era a comida no Talavera? *“A comida, logo assim quando cheguei, era pela rampa. Vinha um carrinho com as panelas e ia colocando no prato, essa até dava para comer, mas depois passou a ser ‘brilhante’ – marmitta de alumínio, e aí sim era muito ruim. Eu fiquei quatro meses sem comer comida. O arroz era da cor desse chão aqui, e tinha cheiro de terra molhada e gosto de argila. O feijão só tinha água... lá dentro a única coisa que eles dão é água e mesmo assim com cloro. Quem tinha dinheiro comprava água, quem não tinha bebia aquela mesmo. Tinha dias que faltava água, não tinha nem uma gota. Fiquei lá dentro com vontade de comer as coisas, vendo os outros comer e não podia comer. Eu chorava muito e dizia: ‘Perdoa, Senhor. Mas essa comida eu não como’”.*

Eva continuou contando sobre a vida no Talavera Bruce. *“Eu não tinha visita, porque o dinheiro que minha mãe ia gastar para sair daqui de Itaperuna e ir ao Rio de Janeiro me visitar, ela me mandava por carta para eu ficar lá. O meu marido também mandava dinheiro para mim, mas as vezes não dava nem para uma semana o dinheiro que eu tinha. A diretora exigia que a cela estivesse limpa...eles adoram limpeza lá, mas*

*não dão um material de limpeza, tudo você que tem que comprar. Tinha que varrer, passar pano na cela, o lençol branquinho e esticadinho em cima da cama, a camisa branquina...não podia ter nada amarelado não. Tudo branquinho”.*

A tia me contou que em Campos dos Goytacazes, as coisas eram um pouco mais brandas. *“Lá no Nilza, na minha época, nós tínhamos que limpar a nossa cela também mas fazíamos um rodízio na cela, cada dia eram duas ou três que ficavam responsáveis pela limpeza. Cada uma lavava sua roupa, fazíamos o cabelo e as unhas umas das outras, principalmente na véspera de visita. Na minha cela tinha oito meninas. A noite nós não podíamos conversar e se quiséssemos falar com as outras meninas das outras celas tínhamos que falar em linguagem de sinais. O ‘confere’ acontecia sempre no dia de visita”.*

A tia de Eva continuou falando, *“lá dentro tem uma cantina e tudo que é vendido lá é muito caro. Se você não tiver dinheiro sua vida lá dentro é bem pior. Eu nunca tinha dinheiro para a semana toda e quando elas iam na visita levavam comida para mim. A visita acontecia duas vezes por semana e elas só iam uma vez. Eu tinha umas colegas de cela que não recebiam visita e nem dinheiro e eu dividia minha comida com elas. Ficava com muita dó”.*

A mãe da Eva disse que conheceu as meninas da cela da irmã e sempre que podia levava mais coisas para deixar com as amigas da irmã. *“Durante a visita nós conversávamos e fazíamos planos para quando ela saísse de lá. Ela sempre me perguntava da mãe e pedia para eu cuidar do filho dela. Chorava muito por ele”.*

Eva fala que quando chegou no Talavera pensou que a filha ia nascer lá, e isso era a última coisa que queria no mundo. Ela ainda não sabia que estava a espera de uma menina. *“Minha filha não podia nascer naquele lugar, ela não merecia. Minha mãe me contava por carta que o advogado tinha entrado com um Habeas Corpus pedindo prisão domiciliar para eu poder ficar perto da minha família mas já tinha 30 dias e ainda não tinha nenhuma resposta. Eu já estava me preparando psicologicamente para ter minha filha ali e fazer o desligamento quando ela tivesse seis meses. Nessa época eu já estava com oito meses”.*

Perguntei a Eva qual foi o momento mais marcante dentro do presídio. *“Tem dois momentos que nunca vou esquecer. O primeiro momento foi no dia do julgamento. Na hora de ir embora, de voltar para o presídio, porque meu processo era de Campos e eu estava presa nessa época no Talavera, eu entrei no caminhão do SOE e estava*



*algemada. Estava passando mal e por isso eles me colocaram na frente. Eu não sabia que meu filho estava lá e nem minha mãe. Eu só tinha visto meu advogado, e na hora que o caminhão estava descendo para sair do fórum, eu vi o advogado entrando no carro dele. O advogado fez um sinal com a mão para o motorista ir devagar que ele queria falar e eu vi minha mãe e meu filho que estavam no ponto do ônibus – nesse momento da entrevista as lágrimas estavam escorrendo dos olhos dela – eu gritei o nome deles e mesmo algemada acenava. Desde que fui presa eu não via meu filho. Ele estava com três anos e ficou desesperado. O advogado nem falou com o motorista, correu e pegou o meu filho no colo. Ele gritava e chorava muito, ‘eles estão levando minha mãe de novo, não deixa advogado, não deixa. A polícia está levando minha mãe. Eu preciso dela’. E todas as pessoas que estavam no ponto do ônibus ficaram olhando para mim... e acho que foi nesse dia que minha mãe até desmaiou. Eu gritava, advogado, não deixa minha mãe aí não, leva ela para casa”.*

A mãe da Eva chorava bastante nesse momento. E me disse que foi o pior dia da vida dela. Ela não pôde entrar na sala de audiência e já estava indo embora até conformada por não ter visto a filha. *“O advogado conversou comigo depois da audiência e me disse que ela e o neném estavam bem. Que a audiência tinha sido boa e que ele estava confiante e que agora precisávamos esperar a sentença. Mas quando ouvi a voz da minha filha, eu não aguentei... eu desmaiei naquele dia, meu coração estava pequeno demais e o que eu mais queria era levar minha filha para casa e voltar no tempo pra quando ela era criança...”*

O pai da Eva disse que ele fez tudo o que pôde para tirar a filha dele daquele lugar. Ele nunca foi visita-la. Perguntei por quê? Ele disse que preferia deixar o dinheiro para pagar o advogado e mandar um pouco para o neto. Senti na sua fala um certo incômodo e vergonha em ter que admitir que queria ter ido até o presídio visitar a filha *“Foram os piores meses da minha vida”*.

Perguntei aos pais de Eva, se eles se arrependiam de alguma coisa, ou melhor, se fariam alguma coisa diferente em relação a criação das filhas? A mãe balança a cabeça em sinal que não e o pai fala que sim. *“Eu teria ficado com elas... teria pegado a guarda delas! Não sei se isso faria alguma diferença na vida delas agora, mas no meu coração eu me sentiria menos culpado de tudo isso. Eu acho que falhei como pai. Minha filha hoje usa isso aí – ele olha na direção da tornozeleira - e isso me deixa muito triste. Ela não é mercadoria para usar isso, ela não precisava passar por isso...”*

*acho que ela tem que pagar pelo que fez, mas a culpa dela ter feito o que fez em partes é nossa, minha e da mãe da dela. Quando nos separamos cada um foi viver sua vida. Brigamos muito no início e depois superamos essa fase, mas nos esquecemos delas. Podíamos ter sido mais presentes. Eu podia ter passado mais tempo com elas...”.*

A mãe retruca o pai “*Quer dizer que você reconhece que passou pouco tempo com elas? Sei... Realmente você poderia ter me ajudado mais na criação delas. Criar um filho não é só dar pensão. Acontece que eu não acho que eu tenha culpa da vida que elas escolheram. Cada uma sabe das suas escolhas e das consequências delas... eu não faria nada diferente. Sempre conversei com elas e elas viram o que aconteceu com a tia... sabiam o que era certo e errado”.* A irmã de Eva diz: “*não acho que adianta nada pensar nisso agora... somos adultas e cada uma vive a sua vida do jeito e como achar melhor. Senti muita falta do meu pai e da minha mãe quando era criança. Minha avó que sempre esteve comigo sabe disso... reclamava com ela sempre que queria ver meus pais juntos. E eu e a Eva acabamos tendo uma relação muito forte, porque nós nos apoiávamos em tudo. Ela me dava conselhos, conversava comigo, me ouvia e ajudava no que precisava”.* A tia de Eva disse que nesse assunto ela não queria se meter... “*eu não gosto de falar nada sobre isso. Já tive muitos desentendimentos com minha irmã por causa disso e decidi que não ia falar nunca mais nada sobre esse assunto”.*

Eva disse: “*pai, o senhor não tem culpa de nada... e nem a mãe. Eu vendi droga porque precisava sustentar filho. Só não quero que o senhor fique pensando isso e achando que tem culpa... eu fiz porque eu quis e vi que o dinheiro que ganhava no tráfico era maior do que qualquer emprego iriar me dar. Eu sei que causei muito sofrimento para vocês e toda a família e me arrependo apenas disso... mas não de ter buscado uma alternativa de dar uma vida melhor para meu filho”.*

Eva continuou “*o outro momento marcante, que eu nunca vou esquecer foi dentro do presídio, lá no Talavera. Uma colega começou a passar mal, sentir as dores do parto por volta das oito horas da noite, dentro da cela. Nós chamamos as agentes e falamos que ela estava passando mal. Elas ficaram olhando e ligaram para o médico. Elas não encostam a mãe na gente se estamos passando mal. Ela entrou em trabalho de parto, e devia ter facilidade para ter parto normal, porque já era umas quatro horas da manhã e o bebê – Maria Vitória – começou a nascer. Eu ajudei a fazer um parto dentro da minha cela. – Nesse momento, ela sorriu, orgulhosa – Todas as meninas pegaram*

*toalha, água... eu não tive parto normal mas deve ser uma dor insuportável porque ela gritava demais. Eu vi a cabecinha do neném saindo, peguei a minha toalha e segurei o bebê. Quando a ajuda chegou, o neném já estava até mamando... E você acredita que o médico só chegou no outro dia? Depois falam que dentro do Talavera as gestantes tem atendimento médico. Aí levou a mãe e a bebê para o hospital e depois elas foram para a creche”.*

Perguntei se ela se imaginou no lugar daquela mãe tendo o seu bebê dentro de uma cela de um presídio. *“Todas as horas do meu dia era o que eu mais tinha medo... eu me via naquela situação. E eu não queria isso para mim. Cheguei a pedir a Deus que minha gestação durasse mais tempo que o normal só para ter tempo de sair meu HC e eu poder voltar para casa e ficar perto da minha família e ter meu bebê perto das pessoas que me amam e que iam cuidar de mim”.*

Pedi a ela para explicar o que era a creche, e se ela sabia como funcionava? *“Sei sim. A social explica para gente e também conversei com algumas colegas que tinham voltado de lá. Toda mãe faz o parto no hospital. Ou pelo menos deveria, né? Durante o parto, elas ficam algemadas pela mão e pelo pé. Depois que saem do centro cirúrgico, elas vão para um quarto do hospital, só para elas. Lá no quarto, só tem uma cama e um berço junto da cama. A porta do quarto fica trancada por fora, e fica um agente vigiando do lado de fora. E mesmo assim, dentro do quarto que só tem uma cama e um berço, a mãe fica com uma mão algemada no ferro da cabeceira da cama. A mãe consegue mover a mão algemada pela cabeceira, e tem a outra mão livre para cuidar do seu filho. No hospital, o bebê recebe um kit maternidade, onde tem algumas roupinhas e fraldas. Você não pode levar nada para o bebê e nem para você. Você vai com a roupa do corpo e lá fica o tempo todo com aquele avental do hospital. A roupa que você vai é a mesma que você tem para voltar. Uma sacanagem isso, você já está presa, já pariu algemada, ninguém pode ir te visitar e ainda tem que fica pelada no hospital.... isso é um abuso! Quando recebem alta, vão para a creche. É um lugar, tipo uma fazenda, que fica bem longe, onde as mãe vão para ficar com seus filhos até eles completarem seis meses de idade. Elas ficam nesse lugar com seus filhos por causa da amamentação e tal. Lá é como se tivesse dois cômodos bem grandes. Em um tem uma sala com televisão e brinquedos para as crianças, no outro tem as camas com os bercinhos do lado. Conheci muita mãe que ficou em depressão depois que fez o desligamento. Nessa hora, que você nunca sabe qual é, porque os agentes chegam e*

*falam: ‘arruma suas coisas e do bebê porque sua mãe tá vindo buscar e você vai voltar para sua unidade’. Isso quando a presa tem família, porque quando não tem, a criança vai direto para um abrigo e é entregue à adoção. É muito triste. Tem gente que quer entregar o filho antes de completar seis meses porque quer voltar para a unidade logo. Só de lembrar que isso poderia ter acontecido comigo, me dá um trem aqui no peito“.*

Quando olho em volta, o pai de Eva está cabisbaixo e aparenta não ter coragem de olhar para Eva. A tia está mexendo no celular, a mãe está ouvindo mas prestando atenção na avó que apareceu na sala, a irmã está com o filho no colo tentando fazer ele mamar. Percebi que somente o pai não conhecia essa história e pergunto para ele: o que o senhor está sentindo ao ouvir sua filha contar essa história? *“Sei lá. Acho que mais remorso e muita vergonha... não consigo imaginar minha filha passando por isso. Não sabia que essas coisas poderiam acontecer lá. Sabe menina, quando somos pais fazemos tudo para não ver o filho sofrer e minha filha sofreu muito... a pressão psicológica lá dentro é muito grande”.* A voz dele fica mais baixa e o olhar de arrependimento é bem expressivo.

A avó, nesse momento, chama todos para tomar café. E mudamos para cozinha da casa da Eva. Era um espaço bem apertado, com uma mesa no centro e armários e eletrodomésticos ao redor. Tinha um cheiro de bolo e o filho que havia nos acompanhado pede um pedaço.

Durante o café a conversa continuou quando perguntei a todos como foi o dia em que eles receberam a notícia de que Eva estava voltando para casa, ou seja, saindo da cadeia. O pai foi o primeiro a sorrir e dizer que foi um alívio e todos concordaram com ele. Peço a Eva para detalhar como foi receber a notícia de que estava saindo. *“Estava um dia fazendo a minha unha, quando uma agente chamou meu nome e disse, vem cá que estão te chamando na Classificação”<sup>26</sup>. Eu pensei na hora, saiu minha*

---

<sup>26</sup>Da Classificação

Art. 5º Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.

Art. 6º A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório. (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 2003)

Art. 7º A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.

Parágrafo único. Nos demais casos a Comissão atuará junto ao Juízo da Execução e será integrada por fiscais do serviço social.

*sentença e meu filho vai nascer aqui. Fiquei muito nervosa. Quando cheguei à Classificação, recebi a notícia que eu tinha ganhado alvará e ia sair de monitoramento. Nem acreditei, foi o dia mais feliz da minha vida. Eu ainda falei assim com ela, a agente, ‘nem acredito, só vou acreditar quando sair, quando estiver na rua só com minha roupa do corpo’. E ela me perguntou, mas você não vai levar suas coisas? Eu não vou levar nada, vou deixar tudo aí para as coleguinhas... ficou roupa, comida, biscoito que ainda tinha, não trouxe nada. Queria deixar aquela vida para trás e as lembranças daquele lugar iam ficar só na memória.”*

A mãe fala: “Eva, conta daquele seu sonho.” E Eva diz: “É verdade, eu sonhei dentro do presídio, com meu filho falando: mãe não arruma suas coisas que você vai sair hoje não, mas amanhã. Isso ficou na minha cabeça, porque era o dia do aniversário da minha mãe e eu achava que ia sair nesse dia. E dez dias depois é aniversário da minha avó. E foi no dia do aniversário da minha vó que eu saí. Meu filho tinha avisado e eu não tinha entendido”. Depois dessa fala, ela sorri olhando para o menino que comendo o segundo pedaço de bolo, manda um beijo para ela.

Eva, você já tinha visto ou conhecia a tornozeleira? “Eu já tinha ouvido falar do monitoramento, mas não sabia bem como era. No dia que fiquei sabendo que ia sair, a social me explicou que tem dois tipos de ofício para o monitoramento, um onde você só pode ficar em casa e sair para ir ao médico e outro que você pode ficar na rua das 8h da manhã até às 18h da noite. Não pode sair aos finais de semana, e nenhum deles pode viajar, sair da cidade. Mas ela ainda não sabia qual ia ser o meu ofício. No outro

Art. 8º O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.

Parágrafo único. Ao exame de que trata este artigo poderá ser submetido o condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime semi-aberto.

Art. 9º A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá:

I - entrevistar pessoas;

II - requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado;

III - realizar outras diligências e exames necessários.

Art. 9o-A. Os condenados por crime praticado, dolosamente, com violência de natureza grave contra pessoa, ou por qualquer dos crimes previstos no art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA - ácido desoxirribonucleico, por técnica adequada e indolor. (Incluído pela Lei nº 12.654, de 2012)

§ 1o A identificação do perfil genético será armazenada em banco de dados sigiloso, conforme regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo. (Incluído pela Lei nº 12.654, de 2012)

§ 2o A autoridade policial, federal ou estadual, poderá requerer ao juiz competente, no caso de inquérito instaurado, o acesso ao banco de dados de identificação de perfil genético. (Incluído pela Lei nº 12.654, de 2012).

*dia, o meu ofício chegou, eles colocaram a tornozeleira, e a minha ficou desse modelo novo, que ainda é menor e mais leve do que as mais antigas, e eu fiquei esperando chegar o oficial que é quem solta, ele que veio com meu alvará.”.*

Pergunto para os outros se eles conheciam a monitoração de pessoas antes da Eva usar. A resposta foi unânime, eles desconheciam a tecnologia de monitoração. O pai da Eva falou mais uma vez, *“minha filha não é mercadoria para usar isso mas se essa é a forma que tenho para ter ela por perto.”.* Ele balança os ombros e faz um gesto afirmativo com a cabeça. A irmã diz que parece coisa de filme e a tia fala que realmente só tinha visto uma tornozeleira num filme e todos riem tentando lembrar o nome do filme.

Eva continua falando do dia que saiu do Talavera. *“ Quando voltei para cela, as meninas que gostavam de mim, eram quase todas mas tinha umas invejosas. tinham feito festa de despedida para mim, compraram bolo, refrigerante...foi um chororô danado. As meninas que se apegaram muito a mim ficaram tristes porque agora elas iam ficar sozinhas né?! E no outro dia eu saí... Não que eu seja egoísta, mas sair daquele lugar nojento, poder ficar perto das pessoas que eu amo, poder fazer as coisas na hora que eu quiser, foi um alívio muito grande.”.*

A tia aproveitou e completou: *“é uma coisa muito doida quando você sai. Você quer sair mas não quer deixar as amizades de lá. Eu dei sorte porque fiz amizade rápido e até passa pela sua cabeça ir visitar, levar as coisas e ajudar mas depois que você volta para a sua casa, dorme na sua cama e toma banho no seu chuveiro, com privacidade, você não quer voltar lá nem p rever as amizades”.*

*“No dia que Eva saiu, eu e meu marido fomos lá no Rio buscar ela. Demos um jeito de conseguir um carro e fomos até lá. É uma ansiedade danada porque não sabemos a hora que vai sair, tudo depende da hora que o oficial chega. E, menina, demorou demais. Minha irmã toda hora ligava daqui para saber se a Eva já estava comigo e me encheu o saco naquele dia. Mas lembro do meu coração acelerado na hora que ela saiu com aquele barrigão, de vestido estampado e havaianas. Linda, linda”.*

Eva continuou: *“demorou mesmo para o tal do oficial chegar... chegamos em Itaperuna, na minha outra casa, era onze e pouca da noite. E como era aniversário da minha avó, eles fizeram uma festa para ela e para mim. Minha mãe fez todas as comidas que gosto. Comi tudo que estava com vontade e não podia comer lá, primeiro*

*porque não tinha e quando tinha era muito caro e eu não tinha dinheiro”. A mãe, já ao lado de Eva, acaricia seus cabelos e diz: “sua chegada naquele dia foi um presente para nós duas, as duas aniversariantes do mês”.*

Voltamos para a sala e sentamos todos nas mesmas posições e lugares de antes. Observei a sala e naturalmente fiz uma comparação rápida com a outra casa que ela morou. Eram os mesmos sofás preto com um lençol colorido e listrado cobrindo, a mesma televisão com o mesmo desenho da Galinha Pintadinha, o mesmo ventilador e dessa vez a bebê estava assistindo desenho junto com o irmão. Notei como ela estava diferente e havia crescido. Nessa casa as paredes estavam limpas e pintadas e havia piso frio na casa toda, cortina na janela, alguns elementos de decoração, algumas fotos dela e das crianças, e só nesse momento observei que Eva não usava mais a aliança.

No nosso primeiro encontro, você Eva, disse que o monitoramento foi a melhor coisa que aconteceu para você. *“Eu usaria uma coleira no pescoço se fosse preciso para sair daquele lugar. E eu só estou com o monitoramento porque estava grávida. O parceiro que foi preso junto comigo ainda está lá”.* Você ainda vê o monitoramento como uma coisa boa, como um benefício para você? *“Não, não mesmo!!!”* O que mudou, o que fez você mudar de opinião? *“Quando nos conhecemos, acho que tinha quase 4 meses que tinha saído e ainda estava curtindo todo o barato de estar na rua de novo. Agora já tem mais de 1 ano que saí... eu tenho medo de perder o benefício e ter que voltar para a cadeia, mas que usar a pulseira é a melhor coisa, não é não.”.*

*“O principal problema que vejo com o monitoramento são os defeitos que ele dá. E dá muito defeito. Sempre tem um problema: bateria que queima, GPS que tem que atualizar, e todas as vezes que acontece isso eu tenho que ir a Campos, lá no Patronato para consertar. As vezes chego lá e não tem a peça, as vezes o agente que faz o conserto não chega na hora marcada, e aí tenho que vir embora para Itaperuna e voltar no outro dia. Tudo isso é um gasto extra e eu não estou trabalhando. Sem contar que tenho medo de acontecer alguma coisa no caminho. Eu vou de ônibus e sempre procuro usar calça jeans ou legging para as pessoas não ficarem comentando ou olhando, mas vai que tem alguém no ônibus com alguma droga, até eu provar que não tenho nada com isso, a droga vai ser de quem? De quem está com a tornozeleira”.*

Você se sente vigiada o tempo todo? *“Eu sei que tem alguém me vigiando, controlando onde eu vou, mas saber o que estou fazendo aí não tem como”.* Isso te incomoda? *“Não, porque eu não vejo a pessoa me vendo, me controlando...tipo, o que*

*os olhos não veem o coração não sente?! O que me incomoda é estar na rua mas não poder ir visitar minha tia, minha avó, sair de Itaperuna.... e não sinto que sofro tanto preconceito, as pessoas olham, elas tem curiosidade, mas nada que me incomode tanto”.*

Em algum momento, a tornozeleira atrapalhou você e seu marido nos momentos de intimidade? *“Era meio esquisito estar usando a tornozeleira e estar num momento desses mas tentava não pensar nisso. Deitar para dormir usando a tornozeleira também é meio doido... já cheguei a pensar que eles poderiam ouvir meus pensamentos. Isso é paranoia, eu sei!”.* E seu marido, alguma vez te relatou algum incômodo sobre você estar usando a tornozeleira? *“Maria, ele me conheceu bicho solto, sabia que eu fazia coisa errada. Acompanhou meu sofrimento em ficar presa, grávida do filho dele e longe do meu outro filho e da minha família, se ele tinha algum incômodo ele guardou para ele”.* Foi por causa da tornozeleira que vocês estão reavaliando a relação? *“Não. Sobre esse assunto, já te pedi para não colocar no trabalho.”* Disse que sem problemas, a pergunta foi só para deixar claro que foram outros problemas que levaram a essa situação e não o monitoramento.

Pergunto para os outros, como é conviver com alguém que está sendo monitorada eletronicamente 24h por dia. A irmã diz que nunca tinha pensado nisso porque elas convivem da mesma forma de sempre, para ela não tem importância ou faz diferença Eva estar usando a tornozeleira. A mãe já fala que no início teve medo do monitoramento. *“Achei que as pessoas iriam ver e ouvir tudo o que ela fazia dentro de casa, o que conversava com a gente e com marido. Achei que seria meio Big Brother. Cheguei a perguntar para o advogado se isso realmente não filmava nada”.* Todos riram. *“Tive medo também da Eva não se acostumar com isso e voltar para a cadeia, ou mesmo, usando isso, voltar a traficar. Eu peço a Deus que a proteja e dê juízo. Uma coisa é você estar dentro da cadeia cumprindo pena ou outra coisa é você estar na sua casa e cumprindo pena”.* Olho para Eva nesse momento, e ela nitidamente envergonhada, abaixa a cabeça e murmura: *“que coisa hein mãe!! Até parece que não tenho juízo, E é pior estar em casa cumprindo pena. Sua casa o local que você mais tem liberdade”.*

A irmã sai da sala para falar no celular deixando o filho no colo da tia. Quando retorna, me pede desculpas e explica que terá que sair e não poderá ficar até o final. O



marido estava a sua espera. Ela se despede de todos, pega o menino no colo, vai no quarto falar com a Avó e ao passar pela sala novamente, abraça a mãe e sai.

O pai, disse que no início tinha vergonha de falar que Eva usava a tornozeleira, achava que as pessoas iriam julgá-los e se afastar deles e que demorou para se sentir a vontade com Eva novamente. Inclusive achou que perderia o emprego por causa disso. *“As pessoas não querem saber o real motivo das coisas, é mais fácil apontar o dedo para o erro dos outros”*. A tia disse que compreenderia se Eva ficasse meio doida. *“Permanecer somente dentro de casa também não é fácil mesmo perto da sua família. Ela ainda está presa só tá tirando cadeia em casa. O pior de estar perto é que eles veem o nosso sofrimento e acredito que a Eva sofra preconceito (ela faz um gesto com a mão como se estivesse falando entre aspas a palavra preconceito) sim. E não só ela, todos nós!”*.

Goffman (1988), na obra Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, não se baseia nos atributos que estigmatizam, mas sim nas relações. Um atributo pode confirmar a normalidade de alguém ou não, portanto ele não é em si mesmo nem honroso e nem desonroso. A questão do estigma só surge onde há expectativas, de todos os lados, de que aqueles que se encontram numa certa categoria não deveriam apenas apoiar uma norma, mas também cumpri-la.

As pessoas que só tem uma pequena diferença acham que entendem a estrutura da situação em que se encontram os completamente estigmatizados. As pessoas, completa e visivelmente, estigmatizadas, por sua vez, devem sofrer do insulto especial de saber que demonstram abertamente a sua situação, que quase todo mundo pode ver o cerne de seus problemas.

Eva, seu filho já te perguntou sobre a tornozeleira? Sei como as crianças são curiosas. *“Perguntou sim e ele ainda pergunta. Quando cheguei ele perguntou o que era e eu expliquei, disse que era uma tornozeleira que não podia tirar e que a polícia colocou para eles saberem onde eu estava e porque estava usando isso é que eles deixaram eu voltar para casa para cuidar dele. Ele se deu por satisfeito por algum tempo. Depois perguntou se ele também podia usar uma”*. E o que você disse para ele? *“Isso não é coisa de criança, menino!. Da onde você tirou isso?”*.

*“Ele fica olhando e mexendo e querendo saber como funciona... agora ele está indo para a escola”*. Que bom, Eva! Me lembro de você ter dito que ele não estava estudando. Inclusive me lembro de você ter dito que se eles, na escola, fizessem alguma

coisa com seu filho, bulling ou se o tratassem de forma discriminatória porque você usa a tornozeleira, você não sabia o que era capaz de fazer. E agora que ele está indo para escola, essas coisas estão acontecendo? *“Até acredito que aconteça sim, mas nada tão sério ou grave que me obriga a arrumar problema. Acho que o preconceito vem mais dos professores e dos pais das outras crianças... só não aceito tratarem mal ou de forma diferente meu filho. Aí não dá para engolir. Ele é uma criança igual a todas as outras que tem lá dentro”*. O pai diz *“criança é o ser mais sincero do mundo, fala o que pensa e os coleguinhas dele tem curiosidade. Ele me disse uma vez que o R., melhor amigo da escola, tinha ido na casa dele e visto a Eva com a tornozeleira e perguntou para ele o que era aquilo e porque ela estava usando. Depois desse dia todos as crianças da classe dele ficaram sabendo”*. E como ele e vocês lidaram com essa situação? Perguntei. A mãe diz: *“ele é muito maduro, do jeitinho dele, ele conseguiu explicar que isso era uma coisa boa e que a tornozeleira que trouxe a mãe para casa”*. Eva, nitidamente envergonhada, diz que ainda está aprendendo a lidar com toda essa situação. E que vem se controlando para não fazer nada que o filho tenha vergonha dela. *“Mas que as vezes o sangue sobe e ferve, isso sim. Nessas horas ligo para minha tia e ela sempre dá um jeito de me acalmar, não é tia?!”*. As duas trocam olhares e percebo o carinho entre elas.

No nossos encontros anteriores, você estava usando uma tornozeleira diferente. *“Sim, a outra deu defeito e eles trocaram por essa... na verdade é a mesma coisa, só mudou a cor”*. Nesse momento peço para ver a tornozeleira, e ela levanta a perna e a coloca em cima do sofá. Ela me mostra a unidade de rastreamento, e me explica que nessa unidade é onde fica o GPS. Essa unidade não pode ficar mais de 5m de distância da tornozeleira. E fica bem claro que o que emite aviso sonoro não é a tornozeleira e sim a unidade de rastreamento. Nessa unidade tem um visor, que fica gravado o nome dela e a data e hora do dia atual. Ela é alimentada por bateria e precisa ser carregada diariamente. Quando acontece algum problema é enviada uma mensagem para a unidade de rastreamento e Eva tem que entrar em contato telefônico imediatamente com a Central de Monitoramento. Ela usa um aparelho celular para esses contatos telefônicos.

Ao olhar para a menina assistindo desenho pergunto do parto da neném. Ela me relata, que quando saiu do presídio no oitavo mês de gestação, procurou um médico para fazer o parto, já que ela sabia que esse dia estava perto, mesmo não tendo feito um

acompanhamento de pré-natal corretamente. *“Fui a um monte de médico obstetra de Itaperuna, e nenhum deles quis fazer o parto. Tinha dois motivos: eu não tinha dinheiro para pagar, e eles não queriam correr o risco de fazer a cesária de um bebê que não teve o pré-natal completo. No final, encontrei uma médica que aceitou fazer o parto e aceitou minhas condições financeiras. Eu fiquei aliviada”*.

E como foi o dia da internação? *“No dia que internei, fiquei um pouco nervosa, e avisei a minha mãe, ‘se você ouvir bate boca lá dentro, entra porque eu não vou engolir desaforo de ninguém, só eu sei o que passei’”*. Nesse momento ela sorri para a mãe e me olha pedindo aprovação, pedindo que eu concordasse com a fala dela.

Continuando, ela diz que fez o parto com a tornozeleira e que a Unidade de Rastreamento portátil ficou em uma mesa perto dela. A tornozeleira teve que ser isolada porque poderia causar queimaduras na pele dela na hora do corte do bisturi e da aplicação da anestesia. Todas as enfermeiras queriam ver a tornozeleira, e ficaram perguntando a ela o que era aquilo e o porquê daquilo.

*“Quando entrei no centro cirúrgico e fui trocar de roupa, uma enfermeira me disse assim: ‘Você foi uma menina levada ou ainda é?’ Eu disse que fui. E ela me perguntou o que tinha feito para estar usando aquilo. Eu disse que tinha sido homicídio. Tinha matado uma pessoa. Ela parou o que estava fazendo e me olhou meio assim, meio com medo. Aí eu falei, uma não. Duas pessoas! Ela disse que não acreditava que uma moça bonita tinha feito essas coisas – ela sorri meio constrangida – e eu disse que não fiz isso não. Foi por tráfico, Senhora, que fiquei presa. E durante os dias que precisei ficar no hospital repeti essa história por pelo menos umas três vezes. Eu e minha filha fomos bem tratadas por todos e em momento algum me senti mal por estar usando a tornozeleira”*.

A tia olha para Eva e diz, *“nem deu tempo de se sentir mal com a tornozeleira. A neném era gulosa só queria peito e você estava com toda sua atenção para ela”*. A mãe me olha e diz, *“eu que me senti mal pela Eva estar usando a tornozeleira e ficar exposta a tudo isso. As pessoas me olhavam como se eu fosse a culpada dela estar naquela situação. Em momento algum eles olharam para o pai dela com o mesmo olhar”*. O pai fala, *“se olharam eu nem percebi. Estava muito feliz pela Eva estar ganhando neném em casa”*.

Goffman (1988) ainda trás à discussão os desvios e comportamentos desviantes. O destoante é aquele membro que não adere às normas sociais referentes à

conduta e a atributos pessoais. O desvio é a peculiaridade deste indivíduo que se recusa a aceitar o lugar social que lhe é destinado e age de maneira irregular, às vezes, rebelde, no que se refere a nossas instituições básicas. O comportamento desviante é caracterizado pela negação da ordem social, eles são percebidos como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade e mostram assim, um desrespeito pelos superiores; falta-lhes moralidade e, dessa forma, representam defeitos.

Os desviantes sociais, os membros de minorias, as classes mais baixas, provavelmente colocam-se como estigmatizados e inseguros em relação à recepção dos demais indivíduos. Essa realidade é a experimentada pelos apenados que usam a tornozeleira de monitoramento eletrônico de presos.

Os apenados monitorados, geralmente, possuem sua identidade social marcada pelo desvio. Além dos atributos pessoais que caracterizam sua origem social e que são usualmente associados a uma série de estereótipos que marginalizam, existe a dificuldade de realização de todo o processo de tentativa de ressocialização.

Ainda falando do monitoramento, pergunto, então: já aconteceu de você esquecer a UPR em casa quando precisou sair? *“Sim. Muitas vezes. Quantas vezes minha mãe me ligou, Eva você esqueceu a unidade e esse troço tá apitando aqui. Já estava lá na rua e tive que voltar para buscar...”*. Isso gerou algum problema para você, como por exemplo uma ligação ou advertência da central de monitoramento? *“Algumas vezes eles mandam mensagem para eu ligar e para saber porque eu não estava próxima da unidade, mas na maioria das vezes que esqueci, porque esqueço mesmo, eles não ligaram, não fizeram nada”*. Tirando esses momentos de esquecimento, já aconteceu alguma coisa que eles entraram em contato com você? *“Uma vez eu fiquei num local de sombra lá na outra casa e eles me mandaram mensagem para que eu entrasse em contato com a central urgente. Quando liguei eles falaram que estava aparecendo que seu estava fora da área e queriam saber o que estava acontecendo. Eu já fui dizendo para eles olharem direito porque eu estava em casa e depois de alguns minutos de discussão eles pediram para eu trocar de lugar a unidade e ficar mais próxima dela e tudo foi resolvido. Mas vê bem, o sujeito em casa, quieto e eles querendo arrumar problema? Aposto que seu estivesse fazendo coisa errada, eles nem ia saber.”*

Pergunto a peridiciocidade com que ela tem que realizar a manutenção no equipamento. *“Praticamente umas três vezes ao mês eu tenho que ir a Campos para ver*

*alguma coisa. Agora nem tanto porque ela não tá funcionando e eles não tem as peças para arrumar. Lá no Patronato eles falaram que nem tem previsão de quando vai voltar a funcionar, que tudo ia depender do pagamento do estado”. Diante disso, você tem respeitado as áreas de inclusão? “Você me conhece um pouco – ela dá um sorriso debochado – sabe que eu não quero problema, mas como não tá funcionando eu não tô respeitando não. Tenho saído para levar o meu filho a escola, para ir na rua, supermercado, visitar minha avó, até fui a praia”. E como foi a sensação de poder fazer tudo isso usando a tornozeleira? Porque mesmo sabendo que ela não está funcionando você não rompeu o lacre, você permanece com ela. “Nas primeiras vezes que saí foi meio estranho, ao mesmo tempo que estava tudo bem, eu tinha um certo medo disso voltar a funcionar e eu estar fora e ter que voltar para cadeia. Mas agora, nem ligo, sei que não vai voltar nem tão cedo”. Eva diz que tem quase seis meses que a tornozeleira dela está com defeito e que ela só começou a sair da área de inclusão por volta de 60 dias.*

Os pais e a tia não esboçaram reação sobre essa “confissão” de Eva, apenas falaram com um tom de decepção e repreensão que ela sabia muito bem o que estava fazendo era só não chorar depois.

Como foi, Eva, saber da publicação da sua sentença? *“Esse momento foi um que eu queria que nunca chegasse. Eu fui condenada há 10 anos e graças a Deus eu não perdi a pulseira”. Alguma coisa mudou depois disso? “Eu tinha medo de perder a pulseira mas como não perdi, ah sei lá...acho que não mudou nada não”. A tia diz que tudo muda depois da sentença. “Até então, mesmo você sabendo que fez coisa errada e que precisa ser punido por isso, você não quer ser condenado. Quem quer? E aí bate uma depressão e vergonha, principalmente da família”. Eva completa “Ah tia para. Vergonha de quê? Você nem teve que usar a pulseira, saiu na boa. Eu para sair tive que levar isso mesmo antes da minha sentença., e para mim não mudou nada. Sempre me senti meio condenada já”.*

Pergunto se ela se arrepende de ter aceitado sair usando a tornozeleira. *“Em alguns momentos sim, mas quando penso que poderia estar longe dos meus filhos e da minha mãe passo a amar a pulseira”.*

Peço a ela para contar uma situação que viveu usando a tornozeleira que ela considera constrangedora e a fez ficar arrependida de usar a tornozeleira. *“Uma vez eu fui a Campos fazer a manutenção da tornozeleira, e meu filho estava comigo. Esse dia*

*estava muito quente e eu estava de vestido*”. A interrompi, porque essa fala é muito importante, encobrir a tornozeleira com roupas é uma prática comum de quem as utiliza, então perguntei: Você, quando sai, prefere usar roupas que possam esconder a tornozeleira? *“Sim. Sempre uso calças largas e vestidos longos, mas tem dias que aqui não dá para fazer isso. Tem dia que está muito quente. Uso esse tipo de roupa, que não gosto, para evitar o olhar curioso e a conversa fiada*”. E qual tipo de roupa você gosta de usar? *“Eu gosto de shortinho, camiseta, salto alto, vestido curto, calça jeans bem apertada*”.

A ideia de que a tornozeleira de monitoramento eletrônico é pequena e pode ser facilmente encoberta, principalmente por roupas, é falsa. Por dois motivos, estamos num país tropical onde usar roupas compridas geram muito incômodo e mesmo usando roupas que poderiam encobrir a tornozeleira ela ainda é aparente por fazer volume sobre a roupa.

Assim sendo, Goffman (1988) afirma que:

Está, então, implícito, que não é para o diferente que se deve olhar em busca da compreensão da diferença, mas sim para o comum. A questão das normas sociais é, certamente, central, mas devemos nos preocupar menos com os desvios poucos habituais que se afastam do comum do que com os desvios habituais que se afastam do comum (GOFFMAN, 1988).

Pedi que ela continuasse a história. *“Fui de ônibus e para variar não consegui fazer a manutenção. Quando cheguei em Itaperuna e estava esperando o ônibus para ir pra casa, uma viatura da polícia, com os policiais que me prenderam me viu. Um deles me perguntou assim, me olhando de cima: ‘O que você está fazendo aqui? Já está solta?’ Eu disse: pra você ver, você não disse que eu ia ficar mofando e ter meu filho dentro da cadeia. ‘Você tá morando aonde? No mesmo lugar?’ Não. Tô morando com meu marido. Aí, eles olharam para minha perna e viram a tornozeleira. Aí um falou para o outro assim: ‘Ela está de tornozeleira. Deixa eu ver seu ofício?’ Tá aqui não. Eu tô chegando de Campos da manutenção. ‘Você deve tá querendo levar uma dura, né?!’ Cheguei mais perto da porta da viatura e falei: cês não fazer isso comigo aqui no meio da rua na frente do meu filho.. não tem cabimento isso! Se vocês quiserem me levar em casa eu pego o ofício e mostro. Eu só não tenho como ir pra casa voando, tô no ponto de ônibus esperando pra ir pra casa. ‘Fica esperta Eva e vai direto pra casa, estou de olho em você. Se te pegar na rua denovo não vou te dar essa colher de chá não. Vou te*

*levar pra delegacia'. Nessa hora eu me senti um nada. Foi constrangedor porque meu filho ficou tão nervoso que ele urinou na roupa e depois porque as pessoas em volta ouviram o que ele falou e depois elas ficaram me julgando pelo olhar. Foi horrível aquele dia e o ônibus não chegava”.*

Diante dessas relações o termo estigma apresenta uma dupla perspectiva. Ao assumir a postura de que todos conhecem o seu estigma ou ele é facilmente reconhecido o indivíduo se torna uma pessoa desacreditada. E quando assume a postura de que não conhecem seu estigma e ele também não é facilmente reconhecido o indivíduo se torna uma pessoa desacreditável. Por vezes o autor afirma que a maioria dos indivíduos já passaram por ambas as situações e que em alguns momentos não conseguem separar uma da outra.

Quando uma pessoa é desacreditada é provável que ela sinta que estar na presença de pessoas normais a expõe a invasões de privacidade. E esse desagrado em se expor pode ser acentuado quando estranhos, usando da desculpa da curiosidade ou oferecendo ajuda que não é necessária ou desejada ou se mostrando simpáticos ou solidários à sua situação, se sentem livres para conversar sobre o seu estigma. Essas situações colocam os estigmatizados na defensiva, onde eles se aproximam com certa agressividade o que provoca nos outros respostas desagradáveis.

Observo que Eva tem medo e preocupação de ser julgada, de não ser aceita, de ser comparada e ser humilhada. Isso deixa claro para mim que ela entende que ela carrega uma coisa que a faz diferente das outras pessoas. A angústia da situação já faz com que ela se previna antes do contato com a sociedade, antes do enfrentamento da vida social. Ela nunca saberá o que os outros estão realmente pensando dela, e dessa forma, ela possui e desenvolveu uma habilidade para lidar com essas situações e isso inclui ‘camuflar’ a tornozeleira. Mesmo que diga ou pense que os olhares curiosos não a incomodam ela age como se assim o fizessem.

A convivência com pessoas normais pode evidenciar o auto ódio, a auto depreciação, a auto exigência e o ego. Essa relação com pessoas normais sempre vai ser guiada pela “aceitação”. Nas palavras de Goffman (1988):

Aqueles que têm relações com ele não conseguem lhe dar o respeito e a consideração que os aspectos não contaminados de sua identidade social os haviam levado a prever e que ele havia previsto receber; ele faz eco a essa negativa descobrindo que alguns de seus atributos a garantem.

Assim a pessoa estigmatizada tenta corrigir diretamente o que considera a causa, a base de seu defeito. E nesse ponto, o autor trás a questão da predisposição à vitimização e os extremos que eles podem chegar e, portanto a angústia da situação que os leva a tais extremos.

O estigmatizado pode também ver as suas privações como benção, principalmente devido à crença de que o sofrimento pode ensinar sobre a vida e sobre a pessoa. Sob a ótica do apenado que usa a tornozeleira de monitoramento eletrônico de presos, esse sentimento é uma realidade.

Peço um copo de água a Eva, estava suando demais e sentia que minha pressão está subindo. A mãe e a tia também percebem e perguntam se estava tudo bem. Eu estava grávida de quatro meses e esses picos de pressão estavam sendo recorrentes. O pai me pergunta se eu quero que chame alguém ou se quero ir para o hospital. Eles começam a perguntar um monte de coisa da minha gestação e vida particular. Isso me distraiu um pouco e em alguns minutos eu já estava um pouco melhor. A filha de Eva me pede colo e fica brincando. E nesse momento eu percebi que meu contato com Eva estava chegando ao final. Entendi que o momento de me afastar estava bem próximo, não porque o campo estava acabando, mas porque o meu envolvimento estava ficando muito grande. Eu estava falando da minha vida e respondendo perguntas, os papéis estavam se invertendo.

E para finalizar esse encontro, pergunto sobre os planos para o futuro. Eva diz que quer voltar a estudar, e realizar o sonho de poder fazer um curso de Técnico de Enfermagem e arrumar um emprego. A mãe só quer ser feliz e viver em paz, sem sobressaltos com as aventuras das filhas. O pai quer ficar mais próximo possível dos netos e acompanhar o crescimento deles. A tia também quer voltar a estudar e abrir sua própria loja de sex shop.

Agradei imensamente a todos a disponibilidade e a contribuição com minha pesquisa. Reconheci que foi penoso relembrar, falar e ouvir certas coisas que eles preferiam ter deixado guardado ou só no pensamento e por isso eu estava muito feliz e grata por terem confiado em mim e me permitido contar a história deles.

Mantive contato com a Eva pelo Whatsapp e marcamos um encontro na casa dela 40 dias após o nascimento da minha bebê. E esse encontro foi minha despedida. Levei presentes para todos. Conversamos bastante e eu disse que estava me despedindo, que assim que terminasse de escrever a dissertação enviaria uma cópia para ela.



Sobre a família de Eva, a mãe realmente se mudou para Macaé e estava feliz. Não tinha conseguido emprego ainda mas não queria voltar para Itaperuna. O pai foi demitido e não trabalha mais de vigia está se virando fazendo os bicos. A tia continua trabalhando numa loja de roupas. A irmã continua com a mesma vida, tomando conta do filho e do marido. A avó passou por maus pedaços e estava internada no hospital com pneumonia. As crianças estavam saudáveis e agora todos iam à escola. Eva se separou do marido e estava morando em outra casa. Arrumou um namorado e estava feliz com esse relacionamento. Eva, também me contou que mesmo com medo de ir presa novamente, voltou a traficar. Ela me contou isso sem coragem para me olhar e disse que é um ciclo que está se repetindo. *“Estou sozinha novamente e agora com dois filhos para sustentar. O pai da menina manda um dinheiro para ela e como se apegou ao menino manda para ele também. Só que é pouco e eu sei que é o que ele pode mandar, mas não dá para fechar o mês... o jeito foi voltar. Tô devagar. Só vendo um negocinho ali outro aqui e não deixo nada guardado aqui em casa. Estar usando a tornozeleira não me impediu não, até porque ela não está funcionando”*.

Pergunto sobre o namorado e ela diz que ele é um cara legal e que curte as crianças. *“Nos conhecemos no dia que fui nos meninos pedir para voltar. Ele tava lá conversando também. Nunca tinha visto ele por ali e quando nos olhamos nos apaixonamos. Conversamos um pouco lá mesmo e naquele dia mesmo já rolou um namoro e ficamos juntos. As vezes ele vem pra cá e passa noite aqui, brinca com as crianças, trás presentes, leva para passear. Mas dessa vez não quero homem morando aqui em casa não”*.

### 3.3 – Trabalhar e nunca mais voltar ao crime: planos de uma Aline.

Aline é uma mulher jovem que possui muitas experiências para compartilhar. Na época das nossas primeiras conversas pelo Whatsapp no ano de 2015 ela tinha 38 anos. Ela é branca, tem um corpo que chama atenção, pois na juventude praticou fisiculturismo, tem duas filhas e que na época da prisão dela tinham 12 e 18 anos cada. As três juntas parecem trigêmeas.

Aline nunca casou e durante um tempo conviveu maritalmente com o pai das filhas. Essa foi uma experiência interessante, ela diz: *“quando morei com o pai das meninas, vivíamos uma vida limpa, chata e careta. Nunca tinha pensado em entrar para o crime e ainda falava mal das mulheres que estavam nessa vida. Mas uma coisa não posso deixar de falar, eu e o pai das meninas sempre fizemos de tudo para elas. Eu trabalhava como corretora de imóveis e elas sempre estudaram no melhor colégio, tinham as melhores roupas e sapatos, sempre tinham o que comer e em abundância. Todas as férias viajavamos, inclusive já fomos para fora do Brasil. O pai delas trabalhou por muito tempo em um banco e isso nos deixava numa situação confortável e quando decidimos que não dava mais para gente ficar junto, ele continuou sustentando as filhas. A mim não, eu não quis. Nosso relacionamento, após a separação, sempre foi tranquilo”*.

O que é uma vida limpa, chata e careta? *“Ah nós éramos um casal saúde.. Comíamos corretamente e impusemos isso as meninas. Não fumávamos e nem bebíamos... no máximo um vinho em ocasiões especiais. Ficávamos sempre fazendo tudo muito certinho. Nunca saímos da rotina e tudo ficava chato demais”*.

Ela é uma moça que sabe falar e escrever muito bem. Estudou até o segundo período de Administração de Empresas e dentro do presídio se declarava a frequentadora mais assídua da biblioteca do Nilza. Toda semana ela lia de dois a três livros. Gostava de ficar atualizada e lia de tudo um pouco. Esse comportamento me deixava curiosa em relação à entrada dela na criminalidade.

*“Depois que me separei passei uma situação delicada. Eu perdi meu emprego na corretora, tive que sair da faculdade e acabei usando droga como escape dos problemas diários. Estava acomodada e deprimida. Não dava atenção a minha família. Só queria usar droga. E pensei em me matar umas quatro vezes. Aí um dia eu fui comprar drogas e eles perguntaram se eu não queria trabalhar para eles, eu poderia usar a droga que quisesse e de graça. E eu disse sim. E foi assim que virei a gerente do*

*negócio, era a gerente do tráfico e era internacional. Ganhei muito, mas muito dinheiro”.*

*“Fiquei nesse negócio até ser presa em 2011. No dia que fui presa, foi uma repercussão muito grande na cidade. Foi uma mega operação das polícias. Saiu no jornal e tudo. Foi pela manhã, por volta das 06 horas. Eu morava numa casa de três andares. No primeiro andar, tinha a área da piscina, sauna e churrasqueira, uma sala de estar enorme, um banheiro e a cozinha. O meu quarto ficava no segundo andar e os das meninas no terceiro andar. Eu tava dormindo no meu quarto e tinha mais três amigos dormindo na sala e as meninas no quarto delas lá em cima. Eu ouvi bem longe alguém chamando meu nome e dizendo para abrir que era a polícia. Eu levantei meio tonta de sono, abri a porta e eles mandaram eu por a mão na cabeça, meus amigos acordaram e eles também receberam a ordem de por a mão na cabeça, daí eles nos algemaram e disseram que havia mandado de busca e apreensão. Eles não encontraram nada na minha casa, até porque eu não deixava nada lá. Só caí por causa da escuta telefônica. E eles não conseguiram provar o tráfico internacional. Eu e mais vinte e seis pessoas fomos presos naquele dia. Esse dia foi horrível para mim. Minhas filhas presenciaram aquele horror, as palavras ofensivas da polícia, me viram sair de casa algemada e humilhada”.*

*“Depois desse dia, as meninas ficaram sem falar comigo e só no ano passado elas perceberam que eu mudei. Elas estavam muito magoadas e com razão. Eu sou a mãe, a pessoa que deveria cuidar delas e não estou por perto tem um bom tempo. Hoje elas tem orgulho de mim e viram em mim outra Aline. Nosso relacionamento é maravilhoso, eu mudei da água para o vinho. Ao ser presa Deus me deu outra chance”.*

*“Fui condenada há 08 anos, cumpri 04 anos e 06 meses. Fiquei presa em Magé, Bangu 8, Bangu 7 e aqui em Campos. O que passei mais tempo depois do Nilza, foi Bangu e ele foi o local mais hostil de todos. Em Magé era uma carceragem da Polinter<sup>27</sup> para 30 pessoas e havia lá dentro 120. Vivi momentos terríveis lá... seu eu achei que o momento em que fui presa foi horrível ficar na Polinter era um milhão de vezes pior. O que mais me incomodava era a quantidade de pessoas, e não era uma*

---

<sup>27</sup> A Polinter é a divisão da Polícia Judiciária Civil responsável pelo cumprimento de mandados de prisão, cadastramento, envio e recebimento de cartas precatórias e recambiamentos de presos interestaduais. A Polícia Interestadual (Polinter) é o órgão de ligação entre as polícias de todo o Estado.

*carceragem exclusiva de mulheres, havia homem lá também, o que retirava ainda mais a pouca intimidade e privacidade que se pode ter num lugar desses”.*

*“Quem tira cadeia em Magé, tira em qualquer lugar. Quando cheguei no Nilza eu estava casca grossa... já conhecia todo o funcionamento da prisão e já sabia com quem podia falar e em quem podia ‘confiar’. A realidade aqui é muito diferente do Rio, capital. Aqui as presas são menos treteiras. Elas passam a maior parte do tempo dormindo. Elas usam muita medicação para dormir. O Caos só acontece quando não tem remédio e aí como já estão viciadas elas não conseguem dormir e aí arrumam problema com todo mundo e depois que passa a crise elas nem lembram porque brigaram. Existe também o comércio de calmante e remédio para dormir dentro do Nilza. Como eu não uso mais nada, tô totalmente limpa desde a morte do meu pai, eu nem me envolvo”.*

*Como é a rotina no Nilza? “Bem maçante... todo dia é a mesma coisa .mas isso é em qualquer presídio. Acordamos por volta das 07h, existe o toque da alvorada, rs. É o grito da agente, ‘Confere’. No confere todas saímos da cela e ela faz a contagem na parte da manhã e a noite ela chama todas pelo nome e confere com uma lista de nomes e fotos. Depois do confere, você volta para cela para esperar o café. O Café da manhã geralmente é pão e café. Aí começa o movimento lá dentro. Você já ouve as meninas conversando outras cantando e andando... a maioria volta para dormir. Como eu trabalhava começava a arrumar as coisas cedo porque é um banheiro só para 22 mulheres, e eu tinha horário. Depois nós almoçávamos e a comida lá é bem ruim. Ruim porque tem dias que vem estragada, tem dias que vem com bicho, tem dias que vem sem carne e tem dias que vem tudo certo...mas o sabor e o aspecto da comida é péssimo. Não dá para comer. Já reclamei um monte de vezes. Eu ainda aproveitava para escrever para o juiz, desembargador e contar a minha situação e a situação do presídio.”.*

*“Fiz muitas amizades lá dentro e o meu convívio era ótimo com as outras presas. É um lugar de sofrimento, um lugar onde você não é livre nem para pensar. E lá tem muitas pessoas boas e inocentes que estão sofrendo por crimes que não cometeram. Sobreviver lá dentro como ser humano é uma prova de fogo”.*

*“Lá dentro eu trabalhava de faxina e ajudava a Social. As agentes gostavam de mim, nunca dei trabalho, sempre fiquei na minha. Tinha acesso livre a todos os espaços do presídio e a todas as pessoas. Numa conversa com um agente bem antigo lá, ele*

*disse que ia me ajudar, disse que sempre me via trabalhando e que eu era tranquila. Eu comentei que estava em época de progredir de regime e foi ele que conseguiu o emprego que estou agora aqui fora, de garçomete num restaurante na Pelinca<sup>28</sup>.”.*

Pergunto se enquanto esteve nos outros lugares/presídios, quantas vezes a família foi visita-la. *“Eu passei todo o tempo que estive presa sem receber visita da minha família. Ninguém foi me ver. Eu tinha notícias deles porque falava com minha mãe e meu pai pelo telefone. Todo o dinheiro que juntei nessa vida de gerente do tráfico eu deixei para bancar as meninas e pagar meu advogado. O dinheiro estava no banco numa conta da minha mãe. No início os caras do negócio pagaram um advogado para mim, mas como eu não gostei dele, dispensei e arrumei outro. Ele falava muita mentira e achava que eu era trouxa.”.*

Perguntei como era o relacionamento dela com os pais. *“Meus pais sempre foram meu exemplo. Ficaram casados por mais de 35 anos e eu nunca vi meu pai alterar o tom de voz com minha mãe ou comigo e minha irmã. Saí da casa dos meus pais para ir morar com o pai das minhas filhas. Minha mãe sempre foi do lar e meu pai era marceneiro. Hoje minha mãe é viúva e mora com as minhas filhas na minha casa. Quando meu pai faleceu, vendemos a minha casa em Cordeiro e todas elas se mudaram para Friburgo.”.*

Quando você se separou do pai das suas meninas, como foi que a sua família recebeu essa notícia? *“Bem, meu pai ficou triste porque para ele eu tinha o casamento dos sonhos. A minha mãe me disse: ‘filha minha não foi criada para ser desquitada’. KKKKK. Eu ri muito quando ela falou isso... durante um bom tempo ela me encheu o saco para eu voltar para ele. Eu podia arrumar namorado que ela falava com o meu namorado sobre o quanto ela gostava do meu ex-marido. Era bem constrangedor em algumas situações”.*

Você disse que praticou fisiculturismo, conta mais sobre sua participação no esporte. *“Rs. Eu adorava moldar o corpo e ver o resultado da minha disciplina. Particpei de algumas competições e ganhei umas. Numa competição em Juiz de Fora que conheci o pai das meninas, ele era treinador de uma outra competidora. Quando fomos morar juntos ele me treinava mas aí fiquei grávida e precisei diminuir os treinos e como o dinheiro começou a ficar curto, ele aceitou o emprego de caixa no banco.*

---

<sup>28</sup> Bairro onde se localiza o centro comercial e financeiro da cidade de Campos dos Goytacazes.

*Com o tempo ele foi sendo promovido no banco e o tempo para treinar foi diminuindo. Logo depois fiquei grávida da minha segunda filha e aí não sobrou tempo mesmo para o esporte”.*

*“Não posso negar que fui feliz durante o tempo em que estive ‘casada’ com o pai das meninas. Ficamos juntos por dez anos e achei que ia morrer velhinha ao lado dele. Mas nem sempre as coisas acontecem como desejamos. Nos dois últimos anos de convivência eu não estava mais feliz. Fizemos uma viagem linda para Argentina, mas quando voltamos tudo caiu na rotina denovo. Nos separamos num ano complicado e a separação me deixou arrasada, mesmo eu sabendo que as coisas não estavam bem. Hoje ele está em outro relacionamento e somos amigos. O relacionamento dele com as meninas sempre foi bom. Ele ajuda a pagar a faculdade da mais velha, que estuda administração de empresas e cobre todas despesas da mais nova”.*

*Você se arrepende de ter se separado e ter vivido como gerente do tráfico? “Sabe que não. Eu me separei na hora certa... aquela rotina estava me definhando aos poucos. Como te falei, eu era muito corajosa, hoje nem tanto, mas na época eu não estava nem aí, achava que nunca ia cair. Achava que estava fazendo tudo certo e que era muito esperta. Acabei eu mesma me entregando quando resolvi falar pelo telefone coisas que só deveria ter dito pessoalmente.”.*

*Após 20 dias da nossa primeira conversa, ela me chama no Whatsapp e diz que queria conversar, se eu estava disponível. “Maria Luiza, boa noite. Você pode conversar, tô querendo falar com alguém”. Quando pude retornei a mensagem e ela disse “Então, tô sozinha aqui em casa e não tenho ninguém para conversa. Já liguei para minha mãe, para as meninas e elas estão bem. Perdi o sono e queria jogar conversa fora.”.*

*Começamos a conversar e ela me contou como tinha sido o dia dela. “Acordei cedo, tomei café da manhã, fiz uma série de exercícios e tomei um banho. Carreguei a tornozeleira. Coloquei a minha roupa para ir trabalhar, porque tenho que chegar cedo para arrumar o restaurante e como dependo de ônibus tenho que sair mais cedo ainda. E hoje o dia foi bem cansativo, andei demais porque o restaurante estava muito cheio. Cheguei em casa do trabalho era quase 16h. Tomei um banho, fiz um lanche, fui ao supermercado comprar umas coisas que estava precisando e voltei para casa. Fiz uma jantinha e fiquei aqui pensando na vida. Liguei para casa, falei com todos por lá, assim*

*como todos os dias faço. Assisti um pouco de televisão e fui deitar para dormir. Perdi o sono e estou falando com você”.*

*Aline, como é sair de casa para ir trabalhar usando a tornozeleira? “No início foi uma situação complicada. Eu tinha medo e viver com medo não é bom, tinha medo de alguém me perguntar o que eu fiz para estar usando aquilo... ninguém quer ficar contando aos quatro ventos que está cumprindo pena. A primeira vez que alguém me perguntou sobre a tornozeleira foi dentro do ônibus indo trabalhar, eu estava usando um vestido longo e na hora que sentei a tornozeleira apareceu. A menina me perguntou ‘o que é isso na sua perna que fica com uma luzinha piscando?’, quando respondi o que era, ela mudou de lugar dentro do ônibus. Me senti a pessoa mais suja e perigosa do mundo”.*

*“Já vivi uma outra situação em que estava na rua com calça bem justa e as pessoas que estavam perto ficaram olhando e chegaram ao ponto de perguntar se estava com uma tornozeleira. E quando eu disse que sim, elas saíram imediatamente de perto de mim. Senti muito ódio, nesse dia, principalmente porque eu nunca quis essa bendita pulseira. Sempre quis sair de outra forma. Fiquei com ódio contra a justiça...ela é muito cruel com a gente. Não é egoísmo da minha parte, muitas até querem uma tornozeleira, mas eu já estava saindo todo dia, trabalhando e esperando a condicional e tive que sair assim.” Perguntei o que ela acha da justiça “a justiça é muito injusta. Existe uma pobreza de espírito e cultura dentro do judiciário e por isso ela, a justiça, não me decepcionou”.*

Goffman (1988) afirma que pode-se tomar como estabelecido que uma condição necessária para a vida social é que todos os participantes compartilhem um único conjunto de expectativas normativas, sendo as normas sustentadas, em parte, porque foram incorporadas. Quando uma regra é quebrada, surgem medidas restauradoras; o dano termina e o prejuízo é reparado, quer por agências de controle, quer pelo próprio culpado. O uso da tornozeleira deixa a mostra que o usuário quebrou uma regra, uma norma sustentada.

E diante de todas essas situações o uso da tornozeleira pode vir a afirmar a normalidade dos outros indivíduos, quando se encontram nos contatos mistos, ou seja, situações em que os normais estão na mesma situação social dos estigmatizados. Isso acontece quando o monitorado está em prisão domiciliar e sua socialização acontece

com seus familiares, e quando o monitorado não está em prisão domiciliar e precisa enfrentar a sociedade.

Entretanto, a simples previsão dessas situações pode levar os indivíduos a esquematizar a rotina a fim de evitar esses contatos sociais mistos. Lógico que esse esforço será maior e com consequências maiores para os estigmatizados. E assim o indivíduo sem o retorno saudável da convivência social cotidiana tende a se isolar, se tornar mais desconfiado, deprimido, hostil, confuso e ansioso. E quando ocorre o encontro entre os indivíduos normais e estigmatizados que tentam manter uma conversação, ambos os lados, enfrentarão diretamente as causas e efeitos do estigma. *“O indivíduo estigmatizado pode descobrir que se sente inseguro em relação à maneira como os normais o identificarão e o receberão”*. (GOFFMAN, 1988).

*“Desde que cheguei no Nilza eu trabalho pra remir pena, nunca tive parte disciplinar, o que significa que tinha bom comportamento, tudo isso pensando no livramento condicional sem o uso e ou intervenção da pulseira”*.

*“No meu trabalho, todos que estão lá sabem que uso a tornozeleira. Minha chefe me contratou sabendo que estava cumprindo pena. Imagino que para ela isso não seja nenhum problema e para os outros funcionários que estão lá também não. Lógico que uso sempre a calça de uniforme mais larga para não aparecer. Acredito que se algum cliente ficar sabendo que uso a tornozeleira isso não vai ser bom para mim”*.

Goffman (1988) baseando-se nessas relações, os normais criam estereótipos que tendem a ter um efeito de descrédito muito grande. Ainda sobre esses estereótipos que são criados, tem-se as preconceções que são exigências e expectativas normativas que estabelece os meios de categorizar a sociedade. E dentro dessa perspectiva os monitorados são estereotipados, uma vez que carregam e exteriorizam a sua pena. As tornozeleiras de monitoramento eletrônico não deixam de ser uma marca, um símbolo de onde o cidadão vem.

Assim, o autor apresenta o conceito de identidade social real e identidade social virtual. Identidade social real é o que somos de verdade; são os verdadeiros atributos que temos e a identidade social virtual é o que pensamos que o outro é, seja num primeiro momento ou não. São as características que imputamos a ele e a partir daí o incluimos ou excluimos de algum grupo social.

Essa inclusão ou exclusão pode afastar o indivíduo da categoria que ele poderia pertencer e por vezes ele acaba sendo diminuído, depreciado e considerado uma pessoa



estragada, perigosa ou fraca. Numa ressalva, o autor menciona que nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente aqueles incongruentes com o estereótipo criado.

Os seus patrões te pediram em algum momento para você não contar ou esconder a tornozeleira durante o expediente? *“Pedir, pedir esconda a tornozeleira, não! Mas eles falam assim: ‘se o cliente ver a tornozeleira ele pode não querer ser atendido por você e aí pode ficar ruim para o restaurante. Não podemos perder cliente, não é para isso que te contratei’”*.

*“Por isso que te falo, eu recusei a pulseira outras duas vezes anteriores e ia recusar essa daqui, só não deu tempo de fazer isso. Mas o juiz determinou e eu fui obrigada a usar. Isso aqui é desumano. Imagina você ficar com um fio atado no seu tornozelo para ter que colocar para carregar? Imagina ter que ficar sentado ou em pé duas horas esperando a tornozeleira carregar? Não queria sair com a pulseira porque sabia que não seria totalmente livre. Eu não uso roupa que aparece, tenho que ter regras como não poder sair em feriados e fins de semana e isso me atrapalha muito no convívio social, principalmente no meu trabalho”*.

Numa tentativa de estabelecer uma diferença entre identidade social e identidade pessoal, Goffman (1988), afirma que ambos os tipos de identidade podem ser mais facilmente compreendidas em conjunto e de serem contrastadas se forem chamadas de identidade do “eu” ou identidade experimentada.

Como já pontuado, o indivíduo estigmatizado constrói a imagem que tem de si próprio a partir do mesmo material que as pessoas normais construíram sua identidade, logo, as identidades social e pessoal são parte, antes de mais nada, dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão.

Os interesses podem surgir antes mesmo dos sujeitos nascerem e continuam depois dele haver sido enterrado. Apesar disso, a identidade do eu é uma questão subjetiva e reflexiva, precisa ser experimentada pelo indivíduo em jogo. Nas palavras do autor, Goffman (1988):

*“O conceito de identidade social nos permitiu considerar a estigmatização. O de identidade pessoal nos permitiu considerar o papel do controle de informação na manipulação do estigma. A ideia de identidade do eu nos permite considerar o que o indivíduo pode experimentar a respeito do estigma e sua manipulação, e nos leva a dar atenção especial à informação que ele recebe quanto a essas questões.”*

Pergunto a ela como foi a primeira vez que a família dela a viu com a tornozeleira. *“Foi o que esperava. Elas estavam curiosas para ver e entender como funcionava o equipamento. Pacientemente respondi todas as perguntas”*. Pergunto se nesse momento o pai dela já havia falecido. *“A minha maior tristeza, meu maior arrependimento foi ter dado esse desgosto ao meu pai, me ver presa. Ele já havia falecido quando saí de pulseira. Meu pai faleceu no dia que saiu minha sentença nos braços da minha irmã quando ela falou para ele que eu fui condenada ele infartou e morreu. Muito castigo e tristeza na minha vida. Me arrependo, única e exclusivamente, de não ter dado orgulho para meu pai e ele ter morrido sabendo que estava lá. Me arrependo muito por isso”*.

*“Meu pai era muito importante para mim. Eu o amava muito e ele a mim. Eu mudei por ele. Quando vi que Deus estava me dando outra chance, e que meu castigo e arrependimento é levar a morte do meu pai na minha conta, eu mudei. E ainda vou conquistar mais e mais por ele. Rs.”*

Aline, voltando a uma questão, a sua tornozeleira está funcionando? *“Não está funcionando não. Vou ao Patronato dia sim e dia não, e eles não tem as peças.. os equipamentos que estão lá todos estão com defeito. TODOS”*. E como não está funcionando, você respeita as normas? *“Você quer a verdade? Eu até sigo durante a semana, mas no final de semana eu não sigo não. Eu saio, vou trabalhar e faço extra como garçomete em festas e fico até depois do horário trabalhando, vou a Friburgo ver a minha mãe, saio para restaurantes, fui a Cordeiro visitar uns amigos, fui a Cachoeira... e não deu nenhum problema e nem vai dar.. isso é Brasil. A tornozeleira está com defeito e eles não tem a peça e nem outra para colocar por causa da crise.”*

*“A tornozeleira funcionando ou não, não impede ninguém de cometer crime. E você deve saber, tem um monte de gente que tira a pulseira sem quebrar o lacre e deixa em casa para sair e zuar. No YouTube tem até vídeo ensinando como tirar. Eu nunca tentei tirar não, até porque se algo der errado eu perco tudo que já conquistei e volto para o regime fechado”*.

Pergunto qual o sonho dela e planos para o futuro. *“Meu maior sonho agora é ir para a condicional e tirar essa porcária do tornozelo. E depois é começar uma faculdade de gastronomia junto com minha filha mais nova e escrever um livro sobre minha vida. Eu adoro cozinhar para a minha família e amigos e agora trabalhando*

*num restaurante eu vejo o funcionamento de cozinha profissional e a cada dia tô mais certa que é isso que quero para minha vida”.*

Peço a ela para criar um grupo no Whatsapp e colocar as filhas e mãe para que eu possa conversar com elas também. Marcamos um dia para isso e no dia combinado, eu iniciei a conversa no grupo, pedindo para que elas se apresentassem com os nomes que gostariam que eu as chamasse. Joana a filha mais nova e Beatriz a mãe, a filha mais velha não participou da conversa. Ela estava online, acompanhando tudo, só não quis participar.

Beatriz é uma mulher com a voz bem baixinha e cansada. Ela quem ‘cuida’ das meninas. Na verdade a Joana falou que elas que cuidam da Beatriz. Elas são bem unidas e o relacionamento delas parece ser bem transparente, a liberdade de falar o que pensa e sente é visível. Começo perguntando como foi lidar a situação da Aline presa.

*“Quando fiquei sabendo ela estava sendo presa eu fiquei sem chão. Meu velho não sabia o que fazia, chorava e dizia porque a filha dele, ‘porque minha filha? Porque você fez isso comigo?’... eu estava preocupada com as meninas e como faríamos dali para frente. A Aline estava na penitenciária da Polinter em Magé, lá em Magé e nós cá em Cordeiro, a distância sempre foi uma coisa que dificultou a nossa convivência nesses últimos anos”.*

*“Pois é, eu só tinha 12 anos e para mim foi pior. Na escola o alvo das sacanagem era eu. Eu perdi minhas amigas porque as suas mães não deixavam elas falar comigo. Fiquei com raiva da minha mãe um bom tempo por causa disso e por não estar perto quando mais precisei... A minha irmã foi muito importante para mim, porque em muitas vezes foi minha mãe”.*

Como foi receber a mãe de vocês com a tornozeleira? *“Foi bom...foi bom vê-la fora daquele lugar mesmo usando a tornozeleira que ela não queria. Pena que ela ainda não pode estar aqui mais perto da gente”.* Pergunto se elas já cogitaram a hipótese de se mudaram para Campos. *“Por um tempo nós cogitamos essa hipótese. Eu fui lá umas duas vezes para ver a cidade mas as pessoas de lá não me receberam bem, não me senti bem naquele lugar. Não sei como a minha mãe aguenta aquela cidade. É um povo muito metido”.* Joana disse.

Ainda sobre a tornozeleira, o que vocês mais tinham curiosidade? *“Eu tinha muita curiosidade sobre o funcionamento da localização, e fiz uma pesquisa rápida na internet e entendi como funcionava, mas ver a minha mãe usando aquilo era muito*

*louco. Tipo, a mãe estava presa cumprindo pena de boa, queríamos que ela saísse e quando ela saí é com um equipamento que monitora ela. Mas ela não saiu? Pra quê a tornozeleira? Se a pessoa que sai tem planos de reconstruir a vida, usando isso é mil vezes mais difícil.”*

*“Todas as vezes que saímos com a mãe todas as pessoas ficam olhando para gente. Mas é todas mesmo... eu me sinto incomodada com isso, imagina minha mãe. As pessoas adoram julgar e falar mal e com certeza minha mãe é julgada por onde passa. Não que ela seja uma santa, mas ter o dedo apontado na cara sempre é muito ruim”.*

*“Minha filha, eu ainda tenho medo dessa tornozeleira. Você ter que ficar sentado com isso ligado na tomada esperando carregar é no mínimo humilhante e arriscado. Imagina se ela toma um choque, ela pode até morrer. Esse é meu maior medo, ela morrer com um choque. Como eu quase não saio de casa mesmo, para mim ter a Aline em casa mesmo com a tornozeleira é um alívio muito grande”. Essa foi a fala da Beatriz. Ela ainda diz “eu sabia que ela estava fazendo coisa errada, sabia que minha filha estava sofrendo e eu não fiz nada. Deixei ela sozinha e nem disse que eu estava lá. Isso me mata”.*

*“A Aline que sempre gostou de usar roupa agarrada no corpo e roupa curtinha agora está tendo que se adaptar. Em casa ela fica mais a vontade, sabe que não vamos ficar olhando e perguntando toda hora. Mas as experiências que ela viveu na rua lá em Campos fazem com que ela saia de casa com roupas que escondam o negócio do pé. Mas nem sempre funciona... ela já deve ter te contado a vez que ela estava no ônibus e a menina mudou lugar porque a Aline usava a tornozeleira. Quando ela me contou isso meu coração ficou partido. Minha filha é uma boa pessoa, cometeu um erro e está pagando por ele, mas agirem com ela como se ela fosse mortal, como se ela estivesse com uma doença é cruel demais”.*

*“Hoje eu e as meninas fazemos terapia. Lidar com toda essa situação não é fácil. Fico com medo da história se repetir e as meninas começarem a fazer coisa errada também, afinal o exemplo que a mãe deu não é o ideal. Para elas aprenderem a lidar com o misto de sentimentos que sentimos quando tem um parente numa situação dessa, presa, é fundamental”.*

A Joana continua: *“eu ainda tenho curiosidade sobre como é se sentir vigiada, portando um equipamento que se eu fizer alguma coisa errada, ou socialmente errada, ele me entrega. E às vezes você só está no lugar errado e na hora errada e acaba*

*pagando o pato. Converso com a mãe sobre isso, mas ainda estou curiosa. Talvez quando passarmos a ficar mais tempo juntas eu consiga entender. Acho que deve incomodar ter que ficar com a tornozeleira agarrada e não poder tirar para nada... aí que deve dar mais vontade de tirar, você saber que não pode”.*

*Pergunto como era a convivência com a Aline antes dela ser presa: “A Aline quando era mais jovem sempre foi muito corajosa, não tinha medo de nada, era dedicada e disciplinada. Sempre foi a filha que eu quis ter... E por não ter medo de nada sempre me deixava com o coração apertado. Todo domingo ia lá para casa com as crianças e passavam o dia todo comigo e com meu velho. Quando ela competia, o pai babava e investia nela para ela praticar o esporte. Ela era muito apegada e agarrada a esse pai e ele à ela. Os dois se falavam todos os dias, enquanto ela não ligasse ele não sossegava e nem ia dormir. Me lembro de um dia em que ela veio aqui falar com ele, foi alguns dias dela ser presa. Ela veio pedir alguma coisa a ele que eu não me lembro o que era, mas só sei que eles conversaram, conversaram e quando cheguei na sala estavam os dois em pé e abraçados e eles ficaram assim por um bom tempo. Pareci até que estavam se despedindo”.*

*“Durante um tempo na minha vida, a Aline nem sabe disso, eu culpei ela pela morte do meu velho. Se não fosse tanto desgosto que ela estava dando para ele, ele estaria vivo. O coração dele parou de bater por ela, pelo desgosto dela estar sendo condenada por tráfico. A minha terapeuta me ajuda muito nisso. Ela diz que ninguém é culpado pela morte de ninguém. Todos nós vamos morrer e não sabemos a hora que isso vai acontecer...coincidentemente a morte dele foi no dia que saiu a sentença da Aline. Imagino que isso para ela também deve ser bem complicado. Perdoar não é uma coisa fácil e que nem acontece de uma hora para outra.”.*

*Joana diz: “minha mãe era uma mãe muito boa. As minhas recordações são sempre dela sorrindo, malhando e cantando. Ela brincava comigo de boneca, me levava ao cinema, para o inglês, natação, para andar de patins. Ela era uma mãe muito presente. Não lembro da minha mãe chamando a nossa atenção ou brigando conosco. Bem perto dela ser presa ela estava um pouco diferente e quase não brincava mais comigo, sempre dizia que estava com sono... mas mesmo assim ela me ajudava na lição de casa”.*

*Pergunto quais são os planos para o futuro. “Eu quero entrar na faculdade e vou fazer gastronomia junto com a minha mãe. Esse é o n osso plano secreto de dominar o*

*mundo. Kkkkk. E ficar cada dia mais perto dela dando carinho e fazendo com que ela se sinta a pessoa mais amada do mundo”.* Beatriz diz que o seu plano para o futuro é poder viver mais um tempo para ver os sonhos das netas e das filhas se concretizarem. *“Meu sonho é ver todas elas juntas e felizes”.*

A Aline está na conversa e também quase não fala. Pergunto diretamente a ela como foi ouvir tudo aquilo que elas falaram. *“Foi intenso ouvir tudo isso. Essas coisas me fazem pensar muito na vida e pensar que a minha mudança faz muita gente feliz. E só tenho a agradecer a Deus pela família que me deu e pela segunda chance. Dessa vez eu quero fazer tudo certo e fazer tudo funcionar.”.*

*“Se Deus quiser eu vou fazer a faculdade de gastronomia junto com a Joana, vamos ter nossa própria cozinha, porque ela gosta de cozinhar o salgado e eu o doce. Vou dar orgulho a minha mãe, que é uma guerreira. E ao meu pai, vou fazer ele ter orgulho onde quer que ele esteja. Nem pensar em voltar para o tráfico”.*

Alguns dias depois dessa conversa, recebo uma mensagem desesperada da Aline dizendo que foi mandada embora do emprego e que precisa trabalhar urgente. Com essa mensagem entendi que meu momento de despedir da Aline estava se aproximando também. Respondi para ela que estava triste com o que tinha acontecido, mas que essas coisas acontecem mesmo. Que ela precisa ficar calma que vai aparecer um emprego. E marcamos um encontro para tomar um suco e para conversar e eu poder me despedir dela.

Aline, como foi participar dessa pesquisa? *“Nossa, foi muito bom e triste ao mesmo tempo. Falar de mim e da minha vida, eu imaginava que seria mais fácil, mas não é. Eu sei que você não me julgou em momento nenhum e espero que o leitor também não faça isso. Mas relembrar momentos que foram bem difíceis foi doloroso. Você tem toda autorização para publicar o que for preciso e usar a minha história para mostrar como as mulheres sofrem dentro do sistema prisional. Sempre que conversamos você me deixou a vontade para falar dos meus sentimentos e impressões e isso me dava segurança e vontade de falar mais e mais. Espero que eu tenha contribuído”.*

Em junho de 2016, Aline progrediu mais uma vez de regime e agora está em liberdade condicional e sem a tornozeleira de monitoração eletrônica de pessoas. Ela continua morando em Campos dos Goytacazes e conseguiu um emprego em outro

restaurante. Os planos para o futuro se mantêm e ela começou a fazer um curso de confeitaria. Boa sorte Aline! Que a vida lhe traga mais oportunidades e crescimento.

#### **4 – Considerações finais**

Este trabalho é o resultado de reflexões críticas que buscaram contemplar os objetivos da pesquisa que versam acerca das mulheres encarceradas e das mulheres que usam a tornozeleira de monitoramento eletrônico de presos.

Desde 2014, de acordo com dados publicados pelo Conselho Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e Ministério da Justiça, o Brasil vem ocupando o terceiro lugar num ranking internacional dos países com a maior população no sistema prisional, com números que ultrapassam 700 mil pessoas. Esse quantitativo de presos demasiado elevado acarreta um déficit de vagas.

A demanda mais comum hoje é de segurança e dessa forma, o sistema prisional acaba tendo que suportar além da superlotação, o déficit de vagas, a reincidência, as condições precárias das instalações penitenciárias, com problemas de higiene, alimentação, ausência de atividades laborais e violência acentuada. Certamente, a solução não é endurecer a legislação penal.

Mais de 37.000 mulheres, de acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional, estão no sistema prisional e no período de 2000 a 2014 o aumento da população feminina foi de 567,4%, enquanto a média de crescimento masculino, no mesmo período, foi de 220,20%, refletindo, assim, a curva ascendente do encarceramento em massa de mulheres. Contudo, saliento que ainda existe uma deficiência nos dados oficiais dos governos o que contribui para a invisibilidade dessas mulheres.

Conforme afirmado por Lemgruber, as mulheres que adentram o sistema prisional são duplamente penalizadas e estigmatizadas como transgressoras, tanto pela ordem social quanto do seu papel materno e familiar. O encarceramento feminino compõe o processo de reprimir, encerrar e repreender as mulheres tanto no espaço público quanto no privado.

O perfil das mulheres que estão no sistema prisional nos mostra um público jovem, com faixa etária entre 18 e 30 anos, solteiras, de baixa renda, negras ou pardas, com baixa escolaridade, em geral mães, responsáveis pela provisão do sustento familiar, exerciam atividades de trabalho informal em período anterior ao aprisionamento e com histórico de vulnerabilidade social muito semelhante. Mais da metade das mulheres presas foram condenadas pelo crime de tráfico de drogas.



As mulheres no sistema econômico que se faz presente na organização do tráfico de drogas ocupam posições inferiores, desempenhando as piores funções, sendo altamente controladas e submetidas aos mandos dos homens e da ocasião de seu aprisionamento são facilmente substituídas.

Ainda no sistema carcerário a mulher precisa conviver com o abandono afetivo e econômico, além lidar com a maternidade. Quando elas chegam ao cárcere mães existe a perda dos laços afetivos com seus filhos que muitas das vezes não a visitam. Quando elas se tornam mães durante o cumprimento de pena vários direitos das crianças e da parturiente são ignorados. Elas ainda precisam lidar com a maternidade, cuidar sozinha de um bebê 24 horas por dia; com a não possibilidade de decisão acerca da criação dos filhos e com a probabilidade de qualquer momento serem separadas de seus filhos.

Assim, o retrato e a realidade, que perdura por bons anos, do sistema carcerário feminino trás um grande desafio para a justiça penal, para política penal e para a política de segurança pública, uma vez que ele é revestido de peculiaridades, como a invisibilidade e a posição de dominada que a mulher ocupa no sistema prisional, o que majoram o sofrimento dessas mulheres.

A metodologia da história de vida foi utilizada com a intenção de se dar voz as mulheres que usam a tornozeleira de monitoramento eletrônico de pessoas, pois buscase com a narrativa dessas histórias mostrar o cotidiano e experiências delas para que no futuro o mundo possa vê-las como seres humanos, como pessoas cujas conquistas, desafios, medos e superações devem ser reconhecidas sem a sombra de algum homem e sem serem coisificadas, e cujas histórias precisam ser respeitadas.

Com o objetivo da redução da superlotação carcerária; redução dos gastos penitenciários e a redução da taxa de reincidência a política pública de execução penal, monitoração eletrônica de pessoas, passa a ser implementado no Brasil.

As discussões acerca do uso da tornozeleira eletrônica de monitoração de pessoas ainda são incipientes nas ciências sociais. É mister que essa discussão ganhe fôlego pois há processos sociais essenciais que precisam ser debatidos e que melhorariam a gestão da política. A discussão deve partir da premissa de que o monitorado apenas está com o seu direito de ir e vir reduzido mas que ele permanece como um sujeito de direitos, direitos estes que não podem e nem devem ser reduzidos a benefícios.

Os dados informados neste trabalho caracterizam uma expansão na implementação da monitoração eletrônica e esse crescimento sem que sejam realizados

estudos e análises sociais sobre sua real efetividade e utilidade e sem a existência de protocolos e normas na atuação das centrais de monitoramento é preocupante.

Existe uma inconstância e conflitos nos dados acerca da quantidade de usuários da política no Estado do Rio de Janeiro. A empresa responsável pelo monitoramento informa um quantitativo de pessoas monitoradas e os dados publicados pelo Depen em pesquisa recente apresentam outro quantitativo. Esses dados foram apresentados no capítulo 3.

Desde o ano de 2014 o Departamento Penitenciário Nacional e o Ministério da Justiça com apoio do PNUD vem elaborando diretrizes e protocolos para melhorar a experiência de uso e gestão da política pública de monitoração eletrônica de pessoas. Conforme detalhado e mostrado no capítulo 1 desse trabalho as mulheres aprisionadas apresentam uma realidade distinta dos homens que se encontram no cárcere e dessa forma merecem um olhar mais cuidadoso, inclusive no que tange ao uso da tornozeleira de monitoração eletrônica. Contudo, esse documento que trás diretrizes e protocolos não aborda a especificidade das mulheres que se encontram dentro da política.

A mulher que usa a tornozeleira fica mais exposta e vulnerável aos olhos da sociedade. Quando da necessidade de realizar manutenção, atualização do sistema ou qualquer outra intervenção no equipamento e elas precisam ir até a Central de monitoração onde ficam expostas aos olhares curiosos e julgamentos. É necessário que as centrais de monitoramento melhorem o sistema de monitoração e o equipamento.

Os processos sociais vividos pelas mulheres monitoradas são carregados de preconceito e situações estigmatizantes. No estado do Rio de Janeiro não existe a atuação de uma equipe multidisciplinar que faz acompanhamento psicológico e social das pessoas monitoradas, o que as deixa sem qualquer amparo.

Não existe por parte da política qualquer cuidado com a mulher gestante que porta o equipamento uma vez que ela precisa ser submetida a cirurgia de parto portando o equipamento, já que os lacres não podem ser rompidos, o que coloca em risco sua integridade física bem como a expõe a situações constrangedoras, estigmatizantes e opressoras.

Conforme já pontuado no trabalho, a tornozeleira é um símbolo do cárcere e retoma o corpo como eixo da ação penal. E como símbolo ligado ao cárcere o porte do equipamento imputa ao monitorado um estigma. Ao afirmar que o equipamento é facilmente escondido por roupas também é um ponto delicado para mulheres. Nem

sempre elas conseguem fazer isso, e elas não devem esconder o equipamento, o mesmo que precisa ser menor e de fácil carregamento para que não haja a necessidade dessa atitude.

De acordo com a leitura das diretrizes para o tratamento dos dados pessoais dos monitorados, existe uma falta de ‘diálogo’ entre a política pública da monitoração com as centrais, devido a política na prática ser vista como uma política de segurança pública, o compartilhamento de dados da monitoração com a polícia é realizado sem a necessidade de autorização judicial emitida no âmbito de inquéritos policiais específicos. É necessário que o debate acerca dos dados pessoais dos monitorados ganhe destaque na legislação brasileira, uma vez que carece de normatização.

A complexidade que envolve o uso da tornozeleira de monitoramento eletrônico de pessoas, principalmente de mulheres e o sistema carcerário feminino não me permite findar, aqui, o debate abordado nesta pesquisa e espero que a discussão proposta sirva de embasamento para outros estudos acerca de toda temática apresentada.

## Referências Bibliográficas

ADORNO, Sérgio. Crise no sistema de justiça criminal. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 54, n. 1, June 2002. Available from

<[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252002000100023&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000100023&lng=en&nrm=iso)>. access on 19 jun. 2016.

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. *Mulheres que matam: Universo imaginário do crime feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. UFRJ: Núcleo de Antropologia da política.

ARAÚJO, Vera; DANTAS, Tiago; BORGES, Stella. Monitoramento de condenados com tornozeleiras eletrônicas é sujeito a falhas no Rio. 2015. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/rio/monitoramento-de-condenados-com-tornozeleiras-eletronicas-sujeito-falhas-no-rio-15517444>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. *Filhas do mundo: infração juvenil no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a08v10n1>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

AZEVEDO, Maria Helena Petrucci Rangel de. *Controle e resistência em uma penitenciária feminina: o caso do Talavera Bruce*. 2010. 238 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BAHIA, Joana. *Estrangeiras na prisão: o cotidiano das mulheres presas no Brasil*. *Sociedad y Discurso: Universidad de Aalborg, Dinamarca*, v. 23, p.60-77, 2012. ISSN 1601-1686.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. (Org.). *Sistema prisional*. 2010. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.210, de 11 de julho. 1984. Texto compilado Institui a Lei de Execução Penal.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.528, 15 de junho de 2010. Instituiu o monitoramento eletrônico de pessoas.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.403, de 04 de julho de 2011. Previu um conjunto de medidas cautelares diversas da prisão.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça / Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Infopen – Junho de 2014. Brasília: DEPEN, 2015.

- \_\_\_\_\_. Ministério da Justiça / Departamento Penitenciário Nacional. A implementação da política de monitoração eletrônica de pessoas no Brasil: Análise crítica do uso da monitoração eletrônica de pessoas no cumprimento da pena e na aplicação de medidas cautelares diversas da prisão e medidas protetivas de urgência. Brasília: DEPEN, 2015a.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Justiça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Excesso de Prisão Provisória no Brasil: um estudo empírico sobre a duração da prisão nos crimes de furto, roubo e tráfico (Bahia e Santa Catarina, 2008-2012). Série Pensando o Direito, n° 54, Brasília, 2015b.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. Gabinete da Presidência. Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil / Secretaria Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília: Presidência da República, 2015c.
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A Aplicação de Penas e Medidas Alternativas – relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, 2015d.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Justiça / Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de informações penitenciárias. Infopen mulheres – Junho de 2014. Brasília: DEPEN, 2015e.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Justiça / Departamento Penitenciário Nacional. Diretrizes para tratamento e proteção de dados na monitoração eletrônica de pessoas. Brasília: DEPEN, 2016.
- BATISTA, Vera Malaguti. Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BATISTA, Nilo. Justiça e linchamento, In: Discursos Sediciosos, Rio de Janeiro, n. 12, 2002.
- BATISTA, Eurico. CNJ aprova plano de gestão para as varas criminais. Disponível em: <<http://emporiadodireito.com.br/prisoos-latino-americanas/>>. Acesso em: 25 mar. 2015.
- BECKER, Howard - A história de vida e o mosaico científico, Métodos de pesquisa em ciências sociais, São Paulo: Hucitec, 1993, p. 101-116.
- BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. Usos & Abusos da História Oral. 8. Ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas: 2006.
- CARVALHO, Márcia Lazaro de et al. Perfil dos internos no sistema prisional do Rio de Janeiro: especificidades de gênero no processo de exclusão social. Profile of prisoners

in the Rio de Janeiro prison system: specificities of gender in the social exclusion process. Rio de Janeiro: 2006.

CAIADO, Nuno. Monitoramento eletrônico e ética - um olhar de um prático. In: ROSA, Alexandre Moraes; PRUDENTE, Neemias Moretti. Monitoramento eletrônico em debate. Rio de Janeiro: Lumen Juris Ltda, 2012. p. 163-185. (Coleção Judiciário do futuro).

CENTRO PELA JUSTIÇA E PELO DIREITO INTERNACIONAL (Brasil). Relatório sobre mulheres encarceradas. 2007. Disponível em:

<[http://www.ajd.org.br/noticias\\_ver.php?idConteudo=681](http://www.ajd.org.br/noticias_ver.php?idConteudo=681)>. Acesso em: 10 mar. 2015.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres: LEMBRUGER, Julita. 2º ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999. Sociologias, Porto Alegre, v. 13, n. 7, p.338-345, jan/jun 2005.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/>>. Acesso em: 04 nov. 2014  
DIP, Andrea. Ex-detenta que ganhou processo por parto com algemas fala pela primeira vez. 2014. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/08/ex-detenta-que-ganhou-processo-por-parto-com-algemas-fala-pela-primeira-vez/>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

COUTINHO, Jacinto Nelson Miranda; CARVALHO, Edward Rocha. Teoria das janelas quebradas: e se a pedra vem de dentro? Disponível em: <http://www.direitopenal.adv.br/artigos.asp?pagina=28&id=974> Acesso em: 05 de mar. de 2015.

CONTE, Christiany Pegorari. Execução penal e o direito penal do futuro: uma análise sobre o sistema de monitoramento eletrônico de presos. Revista dos Tribunais, São Paulo, ano 1999, n. 894, p. 419, abr. 2010.

CRISE não afeta setor de tornozeleiras eletrônicas. Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/100000790092/crise-passa-longe-do-setor-de-tornozeleiras-eletr%C3%B4nicas.html>>. Acesso em: 22 fev. 2016

FERREIRA, Alessandro. Sem tornozeleiras, mais de 900 pessoas voltam para as ruas no RJ. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/07/sem-monitoramento-mais-de-900-pessoas-voltam-para-ruas-no-rj.html>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: História da violência nas prisões. 41. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. 291 p. Tradução Raquel Ramallete.

FREITAS, Carolina. Guerra às drogas. O sexo obscurizado nos processos de criminalização da pobreza. [S.1]: PUCVIVA, 2010. Ano 11, n. 39.

GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A, 1988. 158 p. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

HERINGER, Caroline. Empresa que vai fornecer tornozeleiras eletrônicas para presos do Rio foi escolhida sem licitação. Disponível em: <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/empresa-que-vai-fornecer-tornozeleiras-eletronicas-para-presos-do-rio-foi-escolhida-sem-licitacao-16313131.html>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

HERINGER, Caroline. Major responsável por monitoramento de presos com tornozeleiras eletrônicas deixa carga após denúncias do Extra. Disponível em: <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/empresa-que-vai-fornecer-tornozeleiras-eletronicas-para-presos-do-rio-foi-escolhida-sem-licitacao-16313131.html>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano; MACEDO, Celina Maria. O Brasil e o monitoramento eletrônico, in Monitoramento eletrônico: uma alternativa à prisão? Experiências internacionais e perspectivas no Brasil. Brasília: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Ministério da Justiça, 2008. p. 14-15.

KARAM, Maria Lúcia ; DARKE, Sacha . Prisões latino americanas. [S.l.: s.n.], 2016. 12 p. v. 1. Disponível em: <<http://emporiododireito.com.br/prisoes-latino-americanas/>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

KUNZE, Nádia Cuiabano. Insituição Total. 2222. 6 p. Resenha de livro (Centro Federal de Educação Tecnológica do Mato Grosso), Mato Grosso, 2009.

LIMA, Ricardo Vieira. TJERJ e SEAP realizam monitoramento eletrônico de presos. Interação, Rio de Janeiro, v. 39, p.9, 2011. Disponível em: <[http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/30092/informativo\\_39.pdf](http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/30092/informativo_39.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2014.

LUXEMBURGO, Rosa . O Estado Patriarcal e o Estado Penal: filhos do mesmo homem. [S.l.]: PUCVIVA, 2010. Ano 11. n. 39.

MACIEL, Wellinton Caixeta. Os "Maria da Penha": uma etnografia de mecanismos de vigilância e subversão de masculinidades violentas em Belo Horizonte. 328 p. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Antropologia Social)- Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

- MACHADO, Nara Borgo Cypriano. O monitoramento eletrônico e a viabilidade de sua utilização no ordenamento jurídico penal, in Monitoramento eletrônico: uma alternativa à prisão? Experiências internacionais e perspectivas no Brasil. Brasília: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Ministério da Justiça, 2008. p. 190.
- MARIATH, Carlos Roberto. Monitoramento eletrônico: liberdade vigiada. 2008. Disponível em: <[www.mj.gov.br/depen/publicacoes/main.asp](http://www.mj.gov.br/depen/publicacoes/main.asp)>. Acesso em: 22 jul. 2014.
- MELLO, Daniela Canazaro de. Quem são as mulheres encarceradas. 2008. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, Porto Alegre, 2008.
- OLIVEIRA, Rayane Noronha. Mulheres, crime e sexualidade. Brasília: Universidade de Brasília, 2012. Pesquisa do Programa de Iniciação Científica CNPq - ProIC/DDP/UnB
- OLIVEIRA, Janaina Rodrigues; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. O monitoramento eletrônico de apenados no Brasil. In: MORAIS DA ROSA, Alexandre et al. (Org.). Monitoramento eletrônico em debate. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. p. 105-127. v. 1.
- PEREIRA, Larissa Urruth; ÁVILA, Gustavo Noronha de. Política de drogas e aprisionamento feminino – O tráfico e o uso na lei de drogas. Rio Grande do Sul: PUC RS, 2013. 15 p. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/cienciascriminais/IV/46.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- PRUDENTE, Neemias Moretti. Sozinho mas não esquecido: uma análise sobre o sistema de monitoramento eletrônico de infratores. In: MORAIS DA ROSA, Alexandre et al. (Org.). Monitoramento eletrônico em debate. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. p. 137-161. v. 1.
- RINALDI, Alessandra de Andrade. Violência e gênero – A construção da mulher como vítima e seus reflexos no Poder Judiciário: a lei Maria da Penha como um caso exemplar. 2007. Disponível em: <[http://www.estacio.br/publicacoes/direitovivo/pdf/Artigo\\_Menezes.pdf](http://www.estacio.br/publicacoes/direitovivo/pdf/Artigo_Menezes.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2015.
- RODRIGUES, Adriana Severo. Raça, gênero e sistema prisional: primeiras aproximações com mulheres negras que cumprem pena. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/faced/direitoshumanos/monografias/ADRIANA\\_SEVERO RODRIGUES.pdf](http://www.ufrgs.br/faced/direitoshumanos/monografias/ADRIANA_SEVERO_RODRIGUES.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2015.



ROSA, Alexandre Morais da . Monitorar para além da prisão: não sabemos nada e temos medo de tudo!. In: MORAIS DA ROSA, Alexandre et al. (Org.). Monitoramento eletrônico em debate. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. p. 1-10. v. 1.

SALLA, Fernando; GAUTO, Maitê; ALVAREZ, Marcos César. A contribuição de David Garland: a sociologia da punição. Tempo soc., São Paulo , v. 18, n. 1, p. 329-350, June 2006 . Available from  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702006000100017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000100017&lng=en&nrm=iso)>. access on 03 Oct. 2016.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702006000100017>.

SEAP. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:  
<<http://www.rj.gov.br/web/seap/exibeconteudo?article-id=1484134>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. Prisioneiras vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2002. 152 p. Disponível em:  
<[https://books.google.com.br/books/about/Prisioneiras.html?hl=pt-BR&id=dCnqIBT\\_Ml0C](https://books.google.com.br/books/about/Prisioneiras.html?hl=pt-BR&id=dCnqIBT_Ml0C)>. Acesso em: 21 mar. 2015.

SOUZA, Kátia Ovídia José de. A pouca visibilidade da mulher no tráfico de drogas. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 14, n. 4, p.649-657, dez. 2009. Disponível em:  
<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122129005>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

SPACECOM. Monitoramento eletrônico de presos. Disponível em:  
<<http://www.spacecom.com.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

VALPASSOS, Carlos Abraão Moura. Narrativas Sobre Abortos: Uma pesquisa sobre Segredos. Revista Interseções. Volume 15, n02. Rio de Janeiro, 2013.

WACQUANT, Loic. As prisões de miséria. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. 207 p. Tradução André Telles.

WALMSLEY, R. World Prison Population List, 10th edn., International Centre for Prison Studies. 2013. Disponível em:  
[www.prisonstudies.org/sites/prisonstudies.org/files/resources/downloads/wppl\\_10.pdf](http://www.prisonstudies.org/sites/prisonstudies.org/files/resources/downloads/wppl_10.pdf)  
Acesso em 10 de agosto de 2015.

## ANEXO 1

### **Sistema SAC 24 - Dispositivo de duas peças**

Os dispositivos são equipados com diversos mecanismos antifraude que garantem a integridade do sistema. Além das informações de posições e de diversos status, o sistema monitora as possíveis fraudes:

- + Ruptura da tira de fixação da tornozeleira;
- + Violação do invólucro da tornozeleira;
- + Violação da UPR;
- + Afastamento máximo da UPR;
- + Detecção de movimentação sem sinal de GPS;
- + Detecção de encobrimento proposital do sinal;
- + Detecção de tentativa de geração de falsa posição.

O dispositivo visa também a segurança e comodidade do sentenciado:

- + Equipamento não é ligado à rede elétrica e ao corpo do sentenciado, evitando choques devido a descargas na rede elétrica comuns em muitas residências do país;
- + Tornozeleira pequena, leve, confortável e não compromete o bem-estar do monitorado. Permitindo inclusive a prática de atividades físicas sem qualquer prejuízo.

#### Área de Cobertura

#### Características Técnicas

UPR - Unidade Portátil de Rastreamento:

##### 1. Características físicas:

- + Material: ABS injetado de alto impacto.

##### 2. Sistema de localização:

- + GPS de super sensibilidade (super sensing);
- + Tempo de aquisição de coordenadas configurável;
- + Acuracidade de 1 a 5 metros;
- + GPS assistido (AGPS).

##### 3. Comunicação GPRS:

- + Utilização de 2 operadoras de telefonia na transmissão de dados (redundância);
- + Comunicação criptografada utilizando protocolo proprietário;

+ Tempo de transmissão ajustável.

#### 4. Memória:

+ 50.000 pontos de armazenamento de dados contínuos (dependendo das condições de uso).

#### 5. Bateria:

+ Li-Ion;

+ Durabilidade mínima da bateria estimada em 1.000 recargas (dependendo das condições de uso).

#### 6. Transmissor:

+ Frequência de transmissão de 915 MHz;

+ Comunicação criptografada e bidirecional utilizando protocolo proprietário.

#### 7. LEDs de sinalização:

+ Indicação de falta de comunicação GPRS

+ Ausência de sinal de GPS;

+ Afastamento da tornozeleira;

+ Indicação de chamada de contato para o supervisor.

+ Nível de bateria baixo.

#### 8. Alertas Sonoros:

+ Movimento sem GPS;

+ Afastamento da tornozeleira;

+ Nível de bateria baixo;

+ Descumprimento das regras de áreas de inclusão e exclusão;

+ Indicação de chamada de contato para o supervisor.

#### Tornozeleira:

##### 1. Características físicas:

+ Cinta de fixação com fibra óptica embutida, tamanho ajustável e hipoalergênica;

+ A prova d'água.

##### 2. Bateria:

+ Vida útil de 12 meses (dependendo das condições de uso).

##### 3. Transmissor:

+ Frequência de transmissão de 915 MHz;

+ Comunicação criptografada e bidirecional utilizando protocolo proprietário.

## ANEXO 2

### **Sistema SAC 24 – dispositivo de peça única**

O dispositivo é equipado com diversos mecanismos antifraude que garantem a integridade do sistema. Além das informações de posições e de diversos status, o sistema monitora as possíveis fraudes:

- + Ruptura da tira de fixação da tornoeleira;
- + Violação do invólucro da tornoeleira;
- + Detecção de movimentação sem sinal de GPS.

#### Características Técnicas

##### 1. Características físicas:

- + Material: ABS injetado de alto impacto;
- + Cinta de fixação com fibra óptica embutida, tamanho ajustável e hipoalergênica;
- + À prova d'água;
- + Peso: menos de 200 gramas.

##### 2. Sistema de localização:

- + GPS de super sensibilidade (super sensing);
- + Tempo de aquisição de coordenadas configurável;
- + Acuracidade de 1 a 5 metros;
- + GPS assistido (AGPS).

##### 3. Comunicação GPRS:

- + Utilização de 2 operadoras de telefonia na transmissão de dados (redundância);
- + Comunicação criptografada utilizando protocolo proprietário;
- + Tempo de transmissão ajustável.

##### 4. Memória:

- + 50.000 pontos de armazenamento de dados contínuos.

##### 5. Bateria:

- + Li-Ion;
- + Durabilidade mínima da bateria estimada em 1.000 recargas (dependendo das condições de uso).

##### 6. Transmissor:

- + Frequência de transmissão de 915 MHz;
- + Comunicação criptografada e bidirecional utilizando protocolo proprietário.

#### 7. LEDs de sinalização:

- + Indicação de falta de comunicação GPRS;
- + Ausência de sinal de GPS;
- + Indicação de chamada de contato para o supervisor;
- + Nível de bateria baixo.

#### 8. Alertas sonoros:

- + Movimento sem GPS;
- + Nível de bateria baixo;
- + Descumprimento das regras de áreas de inclusão e exclusão;
- + Indicação de chamada de contato para o supervisor.